

UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA
CAEd – CENTRO DE POLÍTICAS PÚBLICAS E AVALIAÇÃO DA EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO PROFISSIONAL EM GESTÃO E
AVALIAÇÃO DA EDUCAÇÃO PÚBLICA

GABRIELA MACHADO CARRÊ

A PRESENÇA DAS CIÊNCIAS HUMANAS NAS AVALIAÇÕES EXTERNAS
ESTADUAIS: O CASO DO SISTEMA BAIANO DA EDUCAÇÃO - SABE

JUIZ DE FORA
2014

GABRIELA MACHADO CARRÊ

**A PRESENÇA DAS CIÊNCIAS HUMANAS NAS AVALIAÇÕES EXTERNAS
ESTADUAIS: O CASO DO SISTEMA BAIANO DA EDUCAÇÃO - SABE**

Dissertação apresentada como requisito parcial à conclusão do Mestrado Profissional em Gestão e Avaliação da Educação Pública, da Faculdade de Educação, Universidade Federal de Juiz de Fora.

**Orientadora: Lina Kátia Mesquita de
Oliveira**

JUIZ DE FORA

2014

TERMO DE APROVAÇÃO

GABRIELA MACHADO CARRÊ

A PRESENÇA DAS CIÊNCIAS HUMANAS NAS AVALIAÇÕES EXTERNAS ESTADUAIS: O CASO DO SISTEMA BAIANO DA EDUCAÇÃO - SABE

Dissertação apresentada à Banca Examinadora designada pela equipe de
Dissertação do Mestrado Profissional CAEd/ FAGED/ UFJF, aprovada em
__/__/__.

Orientadora: Lina Kátia Mesquita de Oliveira

Membro da banca Externa

Membro da Banca Interna

Juiz de Fora, de de 2014.

Dedico esse trabalho para minha mãe,
Margareth de Souza Machado, por
sempre ter acreditado no meu potencial
e por todo amor e apoio oferecidos
longo da minha vida.

AGRADECIMENTOS

A Deus em primeiro lugar, por ser o criador todas as coisas e possibilitar que esse momento esteja acontecendo na minha vida.

À minha família, em especial minha mãe, Margareth, minhas tias Romilda e Clélia (in memoriam), meu avô Carmelo, por sempre terem me apoiado no prosseguimento dos meus estudos e pela compreensão das ausências nesses últimos dois anos.

Aos professores do Programa, em especial a minha orientadora, Lina Kátia, por possibilitar o meu contato com os professores e profissionais do SABE na Bahia, além das considerações acerca do direcionamento desse trabalho.

Aos membros da Equipe de Dissertação do Mestrado: Kelmer, Maria Cecília e Thamyres, pelo suporte precioso durante o processo de escrita oferecido ao longo do curso, sem o qual provavelmente não teria chegado até aqui.

Ao CAEd, por ter me fornecido a possibilidade de participação nesse Mestrado Profissional, e aos meus colegas LACE, sobretudo os da equipe de Ciências Humanas, por me incentivarem a participar da seleção para esse Mestrado e pelas discussões sobre como as disciplinas da área estão presentes nas avaliações, o que foi de grande auxílio para o meu aprofundamento sobre a temática.

Aos profissionais de educação do estado da Bahia, tanto os professores entrevistados, quanto à coordenadora de Avaliação Fátima, por suas importantes contribuições para a construção do caso analisado.

Aos professores Joaquim Soares Neto e Cassiano Amorim por oferecerem, respectivamente, um maior dimensionamento sobre o processo de desenvolvimento das avaliações externas no país e uma melhor compreensão da operacionalização das avaliações na área de Ciências Humanas nos sistemas estaduais.

Em nossa trajetória de vida, são muitos aqueles que contribuem para nossas vitórias, por isso, não teria como listar todas as pessoas que contribuíram para que hoje eu esteja finalizando essa etapa, mas deixo o meu obrigado a todos além dos já citados, que foram importantes para que eu alcançasse mais esse objetivo.

“A educação é um processo social, é desenvolvimento. Não é a preparação para a vida, é a própria vida”. (John Dewey)

RESUMO

Esse trabalho analisa a presença das Ciências Humanas nas avaliações externas estaduais, e mais aprofundadamente um sistema estadual específico, o Sistema de Avaliação Baiano da Educação – SABE, por este contar desde a sua implementação, em 2007, com todas as disciplinas de Ciências Humanas no seu processo avaliativo do Ensino Médio. A justificativa para a sua elaboração pauta-se na menor presença das disciplinas dessa área do conhecimento nas avaliações externas realizadas pelos estados, frente às outras disciplinas como Língua Portuguesa e Matemática. A metodologia empregada nesse trabalho consistiu na pesquisa bibliográfica, análise documental, entrevistas de roteiro semiestruturados e entrevistas. A primeira parte desse trabalho volta-se para a apresentação da posição historicamente ocupada pelas Ciências Humanas na educação; passando pela presença dessa área nas avaliações externas realizadas no país e a sua presença nos sistemas de avaliação estaduais que avaliam o Ensino Médio, finalizando com a descrição e análise do desenho do SABE, com foco no Avalie Ensino Médio. A segunda parte apresenta os fatores responsáveis pela transformação da posição ocupada pelas Ciências Humanas na educação brasileira, como a influência da Teoria do Capital Humano na educação brasileira na segunda metade do século XX e a consequente desvalorização das Ciências Humanas nesse período; o processo de revalorização das Ciências Humanas na década de 1990; além de apresentar como esse processo de desvalorização/revalorização das Ciências Humanas impactou na presença das disciplinas dessa área do conhecimento nas avaliações externas, em especial os sistemas de avaliações estaduais. Essa parte é finalizada com a demonstração de como um sistema fruto que conta com a presença das Ciências Humanas, o Avalie Ensino Médio, vem influenciando ações educacionais no estado da Bahia. A partir dos dados e reflexões realizadas nas partes anteriores, a terceira e última parte do trabalho será voltada para a realização de um Plano de Ação Educacional – PAE, que consistirá em um protocolo de implementação das disciplinas de Ciências Humanas nas avaliações estaduais, tendo como base a experiência do Avalie Ensino Médio, onde constarão as primeiras etapas a serem pensadas e os passos serem seguidos para a realização dessa implementação.

Palavras-chave: Avaliação externa, Ciências Humanas, SABE.

ABSTRACT

This dissertation analyzes the presence of Humanities in external evaluations state, and further a specific state system, the Sistema de Avaliação Baiano da Educação – SABE, By this count since its implementation in 2007, with all disciplines of Humanities in its evaluation process of high school. The rationale for its development agenda in the presence of smaller disciplines this area of knowledge in external assessments by states, versus other disciplines such as English Language and Mathematics. The methodology used in this work consisted of literature research, document analysis, interviews and semi-structured interviews script. The first part of this dissertation turns to the presentation of the position historically occupied by the Humanities in education; passing through the area in the presence of this external evaluations carried out in the country and their presence in state assessment systems that evaluate high school, ending with a description and analysis of design SABE, focusing on Evaluate High School. The second part presents the factors responsible for the transformation of the meaning of the Human Sciences in Brazilian education, as the influence of the Theory of Human Capital in Brazilian education in the second half of the twentieth century and the consequent devaluation of Humanities position in this period; the process of revaluation of the humanities in the 1990s; besides showing how this process of devaluation/ revaluation of the humanities disciplines impacted in the presence of this area of knowledge in external evaluations, in particular the systems of state assessments. This part concludes with a demonstration of how a system that has the presence of Humanities, the Avalie Ensino Médio, has influenced educational activities in the state of Bahia. From the data and reflections made in the previous parts, the third and final part of the work will be directed toward the completion of a Plan of Action Educational - PAE, which consist of a protocol for implementing the disciplines of Humanities in state assessments, with the Rate based on the experience of Avalie Ensino Médio, which contain the first steps to be considered and the steps to follow to carry out this implementation.

Key words: External evaluation, Humanities, SABE

LISTA DE ABREVIATURAS

BDE – Bônus de Desempenho Educacional
BSCS – Biological Sciences Curriculum Study
CBA – *Chemical Bond Approach*
CAEd – Centro de Políticas Públicas e Avaliação da Educação
CETPP – Centro de Estudos de Testes e Pesquisas Psicológicas
DIREC – Diretoria Regional de Educação
EDURURAL – Educação Básica para o Nordeste Brasileiro
EMC – Educação Moral e Cívica
ENEM – Exame Nacional do Ensino Médio
Epl – Educação profissional Integrada ao Ensino Médio
Idego – Índice de Desenvolvimento da Educação de Goiás
IDEPE – Índice de Desenvolvimento da Educação Básica de Pernambuco
INEP – Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira
ISP – Centro de Estudos Interdisciplinares do Setor Público
LACE – Laboratório de Avaliação de Competências da Educação Básica
LDBN – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional
MEC – Ministério da Educação e Cultura
NUPAIp – Núcleos de Acompanhamento Central e Regional
PAAE – Programa de Avaliação da Aprendizagem Escolar
Paebes – Programa de avaliação da Educação básica do Espírito Santo
PaiP – Projeto de monitoramento, Acompanhamento, Avaliação e intervenção Pedagógica
PCN - Parâmetros Curriculares Nacionais
PROALFA - Programa de Avaliação da Alfabetização
PROEB - Programa de Avaliação da Rede Pública de Educação Básica
PSSC - *Physical Sciences Study Committee*
OCDE - Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico
OSPB - Organização Social e Política Brasileira
SAEB – Sistema de Avaliação da Educação Básica
SABE – Sistema de Avaliação Baiano da Educação
SADEAM – Sistema de Avaliação do Desempenho Educacional do Amazonas

SAEGO – Sistema de Avaliação Educacional do Estado de Goiás

SAEMS – Sistema de Avaliação da Educação da Rede Pública de Mato Grosso do Sul

SAEP – Sistema de Avaliação da Educação Básica do Paraná

SAEPE – Sistema de Avaliação da Educação Básica de Pernambuco

SAEPI – Sistema de Avaliação Educacional do Piauí

SAERJ – Sistema de Avaliação da Educação do Estado do Rio de Janeiro

SAERO – Sistema de Avaliação Educacional de Rondônia

SAERS – Sistema de Avaliação do Rendimento Escolar do Rio Grande do Sul

SARESP – Sistema de Avaliação de Rendimento Escolar do Estado de São Paulo

SAVEAL – Sistema de Avaliação Educacional de Alagoas

SEAPE – Sistema Estadual de Avaliação da Aprendizagem Escolar

SEDUC – Secretaria de Educação do estado de Goiás

SEE/MG – Secretaria de Estado da Educação de Minas Gerais

SIMAVE – Sistema Mineiro de Avaliação da Educação Pública

SISPAE – Sistema Paraense de Avaliação Educacional

SMSG - *School Mathematics Study Group*

SPAECE – Sistema Permanente de Avaliação da Educação Básica do Ceará

TRI - Teoria de Resposta ao Item

UFJF – Universidade Federal de Juiz de Fora

UNESCO - Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura

USAID - Agência dos Estados Unidos para o Desenvolvimento Internacional

LISTA DE FIGURAS

FIGURA 1: Fragmento da Matriz de Referência com domínios e descritores delimitados	45
---	----

LISTA DE GRÁFICOS

GRÁFICO 1: Número de unidades escolares avaliadas pelo Avalie Ensino Médio –2008/2012.....	39
ORGANOGRAMA 1: Parâmetros da TRI	44

LISTA DE QUADROS

QUADRO 1: Sistemas de Avaliação Estaduais e suas principais características	42
QUADRO 2: Padrões de Desempenho do SABE e seus Significados.....	46
QUADRO 3: Sugestão de cronograma de execução da etapa de definição do desenho da avaliação	92
QUADRO 4: Sugestão de cronograma de elaboração dos componentes da avaliação	96

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	14
1. A INSERÇÃO DAS CIÊNCIAS HUMANAS NAS AVALIAÇÕES EXTERNAS E O CASO DO SISTEMA DE AVALIAÇÃO BAIANO DE EDUCAÇÃO	18
1.1 A trajetória das Ciências Humanas na Educação Básica brasileira	19
1.2 A presença das Ciências Humanas nas avaliações externas nacionais	24
1.3 Sistemas de avaliação estaduais que avaliam o Ensino Médio	26
1.3.1 Programa de avaliação da Educação básica do Espírito Santo – PAEBES	28
1.3.2 Sistema de Avaliação do Desempenho Educacional do Amazonas – SADEAM..	28
1.3.3. Sistema de Avaliação Educacional do Estado de Goiás – SAEGO	29
1.3.4 Sistema de Avaliação da Educação da Rede Pública de Mato Grosso do Sul – SAEMS	29
1.3.5 Sistema de Avaliação da Educação Básica do Paraná – SAEP.....	30
1.3.6 Sistema de Avaliação da Educação Básica de Pernambuco – SAEPE	31
1.3.7 Sistema de Avaliação Educacional do Piauí – SAEPI	31
1.3.8 Sistema de Avaliação da Educação do Estado do Rio de Janeiro – SAERJ	32
1.3.9 Sistema de Avaliação Educacional de Rondônia – SAERO	33
1.3.10 Sistema de Avaliação do Rendimento Escolar do Rio Grande do Sul – SAERS	34
1.3.11 Sistema de Avaliação do Tocantins – SALTO	34
1.3.12 Sistema de Avaliação de Rendimento Escolar do Estado de São Paulo – SARESP.....	35
1.3.13 Sistema de Avaliação Educacional de Alagoas – SAVEAL	36

1.3.14 Sistema Estadual de Avaliação da Aprendizagem Escolar – SEAPE	36
1.3.15 Sistema Mineiro de Avaliação da Educação Pública – SIMAVE	37
1.3.16 Sistema Paraense de Avaliação Educacional – SISPAE	38
1.3.17 Sistema Permanente de Avaliação da Educação Básica do Ceará – SPAECE	39
1.4 A presença das Ciências Humanas nos Sistemas de Avaliação Estaduais	42
1.5 Contextualização do Sistema de Avaliação Baiano da Educação – SABE.....	44
1.5.1 O Sistema de Avaliação Baiano da Educação – SABE	45
1.5.2 Avalie Ensino Médio	48
1.5.3 Componentes do Avalie Ensino Médio	51
CAPÍTULO 2 – ANÁLISE DA PRESENÇA DAS CIÊNCIAS HUMANAS NAS AVALIAÇÕES EXTERNAS: O CASO DO SABE	58
2.1 Ferramentas Metodológicas	58
2.2 A diminuição da participação das Ciências Humanas na Educação Brasileira a partir da segunda metade do século XX	59
2.2.1 A Teoria do capital humano: educação como produtora de tecnologia	60
2.2.2 A Influência da teoria do capital humano na educação brasileira	62
2.2.3 A desvalorização das Ciências Humanas no Brasil	64
2.3 A revalorização das Ciências Humanas - A união da produção de cidadania e tecnologia	67
2.4 O processo de desvalorização/revalorização das Ciências Humanas nas avaliações externas	72
2.5 O efeito da presença das Ciências Humanas no SABE para a educação do estado da Bahia	76
2.5.1 A influência do SABE em Outras Políticas Educacionais do Estado	77

2.5.2 O programa Avalie Ensino Médio e seus resultados na Área de Ciências Humanas a partir da visão dos professores	79
2.5.3 A Percepção dos professores sobre o Avalie Ensino Médio e seus resultados ...	80
2.5.4 Os pontos positivos e negativos do Avalie Ensino Médio e as melhorias necessárias para o seu funcionamento.....	83
2.6 Considerações sobre a presença das Ciências Humanas nos sistemas de avaliação estaduais e as acarretações do Avalie Ensino Médio para a educação Baiana	85
3. PLANO DE AÇÃO EDUCACIONAL	87
3.1 Protocolo para a expansão da presença das ciências humanas nas avaliações estaduais com base na experiência do SABE	87
3.1.1 Definição do desenho da avaliação de Ciências Humanas	90
3.1.2 Elaboração dos Componentes da Avaliação	93
CONSIDERAÇÕES FINAIS	99

INTRODUÇÃO

A avaliação em larga escala surge no contexto educacional brasileiro com a função de promover um maior estímulo à promoção de melhorias no funcionamento dos sistemas de ensino e, conseqüentemente, maior aprendizado dos alunos, além de estimular a definição de metas para que esses objetivos sejam alcançados.

Ao longo da sua inserção na educação nacional, as avaliações externas privilegiaram algumas áreas do conhecimento em detrimento de outras, especialmente Matemática e Língua Portuguesa; enquanto as Ciências Humanas e da Natureza contavam com menor presença dentro do processo avaliativo. Esse quadro se reflete nas avaliações estaduais, onde o campo das Ciências Humanas começou a ganhar maior espaço recentemente, ainda sendo pequena a quantidade de estados que se propõem a avalia-las, sendo apenas cinco no país¹.

Dentre os estados que incluíram as Ciências Humanas no seu sistema de avaliações está o estado da Bahia, que implementou o Sistema de Avaliação Baiano da Educação (SABE), em 2007. (Boletim Avalie Ensino Médio – Revista da Avaliação, 2011). A avaliação estadual desse estado segue nessa direção ao promover a aferição do desempenho dos estudantes de sua rede pública. Essa avaliação é composta também por questionários contextuais, que medem as características socioeconômicas dos alunos, as práticas pedagógicas e de gestão, as condições do clima escolar, dentre outros, buscando promover um panorama do ensino ofertado e auxiliar a superação dos problemas enfrentados na educação.

O SABE abrange dois projetos distintos: o Avalie Alfa, voltado para as séries iniciais do Ensino Fundamental; e o Avalie Ensino Médio, responsável pela avaliação do Ensino Médio e a Educação Profissional da Bahia. Somente o Avalie Ensino Médio conta com a presença das Ciências Humanas em seu processo avaliativo, e por isso, será utilizado como referência dentre os sistemas de avaliação estadual desse estudo dissertativo.

O sistema de avaliação da Bahia – mais especificamente o Avalie Ensino Médio – foi escolhido como o sistema de avaliação referência para a proposição a ser realizada nessa dissertação, por ter sido um dos primeiros sistemas que adotaram as Ciências Humanas em seu processo avaliativo; além de, diferentemente de outros

¹Os estados avaliadores de Ciências Humanas são: Amazonas, Bahia, Espírito Santo, São Paulo, Rio de Janeiro e Ceará (2012).

sistemas, já ter sido concebido com o interesse de avaliá-las no segmento do Ensino Médio. Um fator importante é o caráter longitudinal do sistema, que faz com que uma amostra populacional seja avaliada em continuum durante toda a etapa do Ensino Médio.

O interesse pela temática em foco nesta investigação relaciona-se tanto à minha graduação – Geografia pela Universidade Estadual Paulista – UNESP quanto pela atuação profissional - no Centro de Políticas Públicas e Avaliação da Educação – (CAEd)², na função de Analista de Instrumentos de Avaliação, no Laboratório de Avaliação de Competências da Educação Básica (LACE), uma unidade do CAEd na cidade do Rio de Janeiro. Como analista de instrumentos de avaliação, meu trabalho consiste na elaboração de itens de Geografia para as avaliações estaduais e para a composição de um banco de itens do CAEd. Esses itens são elaborados com base nas matrizes de referências estaduais, produzidas com base nos currículos dos estados que adotam o sistema de avaliação.

Um estudo dissertativo que proponha tais medidas é de suma importância para o trabalho de profissionais que elaboram itens de Ciências Humanas, visto que a bibliografia existente sobre o assunto ainda é escassa, o que o tornará uma ferramenta de apoio para o aprimoramento das avaliações dessa área não apenas no estado da Bahia, mas para todos os estados que já a avaliam; além de contribuir para que as Ciências Humanas sejam avaliadas em outros estados.

Um estudo dessa natureza implica em benefícios para no próprio trabalho de elaboração de itens, pois quanto mais pesquisados os sistemas de avaliação, maiores serão os conhecimentos sobre o seu funcionamento, o que refletirá na elaboração dos componentes das avaliações, como as Matrizes de Referência e os itens.

Esta dissertação se propõe, assim, analisar a presença das Ciências Humanas nos sistemas de avaliação estaduais, tendo como base o Sistema de Avaliação Baiano – SABE, com o objetivo de entender a sua inclusão e consolidação nesse sistema de avaliação estadual. A partir da compreensão de como as Ciências Humanas historicamente estão representadas nas avaliações externas no país, e como elas são avaliadas dentro de um sistema de avaliação estadual, será proposto um plano de ação

²O Centro de Políticas Públicas e Avaliação da Educação – CAEd é uma empresa que realiza avaliações do rendimento escolar para os estados, oferecendo também cursos de formação para profissionais da área da educação.

que vise contribuir para a expansão da avaliação externa da área de Ciências Humanas no país, sobretudo nos sistemas estaduais.

Para a realização desse trabalho dissertativo, a metodologia empregada consiste em: análise documental, pesquisa bibliográfica, entrevista com profissionais responsáveis pela execução da política trabalhada.

A partir dessas ferramentas metodológicas, serão realizadas no primeiro capítulo: a descrição e a análise do desenho do SABE, com foco no Avalie Ensino Médio; passando pela posição historicamente ocupada pelas Ciências Humanas na educação; a presença dessa área nas avaliações externas realizadas no país.

Busca-se com isso, a descrição dos seguintes pontos: o desenho do SABE, o contexto no qual ele está inserido, e uma política educacional estadual na qual ele interfere.

O segundo capítulo abordará elementos como: a Teoria do Capital Humano e sua influência na educação brasileira na segunda metade do século XX; a desvalorização das Ciências Humanas nesse período; a revalorização das Ciências Humanas a partir da década de 1990; a influência do processo de desvalorização/revalorização das Ciências Humanas na presença dessa área de conhecimento nas avaliações externas, sobretudo nos sistemas estaduais de avaliação; as acarretações que a avaliação das Ciências Humanas pelo Avalie Ensino Médio traz para a educação da Bahia.

Busca-se com esses elementos elaborar uma hipótese que forneça os fatores responsáveis pela transformação da posição ocupada pelas Ciências Humanas na educação brasileira e como eles influenciaram a sua menor presença nas avaliações externas, além mostrar como um sistema que conta com a presença das Ciências Humanas, o Avalie Ensino Médio, vem influenciando ações educacionais no estado da Bahia.

O terceiro capítulo apresenta o desdobramento da análise de caso apresentada pelos capítulos anteriores, ao apresentar o Plano de Ação Educacional – PAE, composto por uma proposição direcionada para os sistemas estaduais que não avaliam disciplinas da área de Ciências Humanas no Ensino Médio.

A proposição consistirá em um protocolo de implementação das disciplinas nas avaliações estaduais, tendo como base a experiência do Avalie Ensino Médio, onde

constarão as primeiras etapas a serem pensadas e os passos serem seguidos para a realização dessa implementação.

Para finalizar, serão elaboradas algumas considerações finais acerca dos desdobramentos do caso estudado e as proposições elaboradas a partir dele.

1. A INSERÇÃO DAS CIÊNCIAS HUMANAS NAS AVALIAÇÕES EXTERNAS E O CASO DO SISTEMA DE AVALIAÇÃO BAIANO DE EDUCAÇÃO

Para melhor conhecer a política avaliada e o seu contexto de formação, este capítulo será dividido em três partes principais, como intuito de apresentar: a trajetória das Ciências Humanas na Educação Básica, a presença dessa área do conhecimento nas avaliações externas do Ensino Médio realizadas tanto a nível nacional quanto estadual, o sistema de avaliação do estado da Bahia, o SABE.

Na primeira parte, será observada a posição histórica da área de Ciências Humanas na educação brasileira ao longo dos séculos XIX a XXI, de modo a se compreender o porquê das Ciências Humanas terem perdido espaço ao longo do tempo, o que contribui para compreender sua menor inserção nas avaliações externas realizadas no país.

A segunda parte se configurará na apresentação das avaliações em larga escala no Ensino Médio, apresentando conjuntamente os principais sistemas de avaliação externa no país, tanto os de âmbito nacional quanto os de alcance regional, que avaliam esta etapa de ensino até o ano de 2013.

Essa segunda parte será dividida em três itens: o primeiro foca no surgimento da avaliação externa no país, até focar especificamente no Ensino Médio, com a apresentação do sistema nacional de avaliação, o SAEB; a segunda seção segue esse enfoque, ao centra-se nos sistemas de avaliações estaduais que avaliam o Ensino Médio.

No primeiro item, será feita uma breve apresentação sobre a presença das avaliações externas no Brasil e, em seguida, apresenta a avaliação de escala nacional que avalia o Ensino Médio.

O segundo item é dedicado aos sistemas de avaliação a nível estadual que avaliam o Ensino Médio, com o objetivo de identificar as características dessa abordagem em cada estado, como se contam ou já contaram com disciplinas do campo das Ciências Humanas em suas avaliações. O processo realizado nesse tópico se faz importante para definir como foi a trajetória das Ciências Humanas no cenário das avaliações em larga escala nacional, no início dos anos 1990, até a implementação do Sistema de Avaliação Baiano da Educação, em 2007.

Conjuntamente com a trajetória das Ciências Humanas nas avaliações, esse capítulo provê uma breve amostra de como os outros estados estão avaliando ou avaliaram as disciplinas desse campo do conhecimento, o que demonstra que eles têm objetivos em comum ao estado da Bahia no campo da avaliação.

Na terceira parte, será apresentado o objeto de estudo do presente trabalho, o Sistema de Avaliação Baiano da Educação – SABE. Nesse momento, serão apresentados os antecedentes da implementação desse sistema, as características do sistema, seu processo de implantação.

Em suma, o primeiro item está voltado para a compreensão de como se iniciou o processo de avaliação externa no estado, com a apresentação do programa anterior ao SABE, o Programa de Avaliação Externa da do Estado da Bahia, que funcionou entre o período de 1999 a 2004. Já o segundo focalizará o Sistema Baiano de Avaliação da Educação Pública (SABE), apresentando as principais características que definem o sistema, e os programas: o Avalie Alfa e o Avalie Ensino Médio. Como este último programa conta com Ciências Humanas, haverá um maior enfoque no seu funcionamento, com a explanação sobre os seus principais componentes: Matriz de Referência, Itens, Escala de Proficiência, e os Padrões de Desempenho.

Para uma melhor compreensão sobre como se processou a presença das Ciências Humanas dentro das avaliações externas realizadas no país, no próximo item será realizada uma breve elucidação sobre a trajetória das Ciências Humanas dentro da educação básica brasileira.

1.1. A trajetória das Ciências Humanas na Educação Básica brasileira

Para a compreensão da menor inserção do campo das Ciências Humanas no processo de avaliação externa empreendido no Brasil, frente a disciplinas como a Língua Portuguesa e a Matemática, é preciso entender como se deu o tratamento das disciplinas pertencentes a esse campo nas diferentes trajetórias que a educação brasileira seguiu ao longo de sua existência.

Para que essa compreensão seja feita de maneira efetiva, é preciso realizar uma retomada ao passado, e relembrar um conceito anterior ao de Ciências Humanas, o de “humanidades”, que abrangia áreas como as línguas e cultura clássicas, a língua e a

literatura vernáculas, as principais línguas estrangeiras modernas e suas literaturas, a Filosofia, a História e as Belas Artes.

Esse conceito de humanismo, segundo os Parâmetros Curriculares do Ensino Médio – Ciências Humanas e suas Tecnologias, fazia alusão à cultura clássica antiga e ao humanismo renascentista, atribuindo uma formação moral e cultural de essência elitista aos estudantes. No Brasil, seu maior difusor foi o Colégio Pedro II, pois era escola mais frequentada pela elite entre o século XIX e parte do XX.

Com a ascensão do Regime Republicano, que tem as suas bases ideológicas centradas no positivismo, ocorre uma reformulação do papel da escola secundária, rompendo com a tradição “bacharelesca”, e voltando-se a para uma escola direcionada à solução dos problemas práticos, com o objetivo de superar o atraso econômico e social do país. (BRASIL, 1999)

Essa reformulação fez com que o ensino das humanidades fosse colocado em cheque, ao mesmo tempo em que eram desenvolvidos os estudos que culminariam na criação das atuais Ciências Humanas, seguindo o mesmo pragmatismo adotado em outras áreas do conhecimento, como as naturais. Com isso, as humanidades foram sendo paulatinamente extraídas do ensino escolar, dando lugar às Ciências Humanas, não apenas no Brasil, mas em toda educação ocidental.

[...] não foi só no Brasil que isso se deu. A História, a Sociologia, a Ciência Política, o Direito, a Economia, a Psicologia, a Antropologia e a Geografia – esta última, a meio caminho entre as Ciências Humanas e as Naturais – contribuíram por toda a parte para a superação das humanidades clássicas. Em sua constituição, voltaram-se para o homem, não com a preocupação de formá-lo, mas de compreendê-lo. Assim fazendo, passaram a circundar em torno de um mesmo objeto principal: o humano, explorado em todas as suas vertentes. (BRASIL, 1999, p.6)

Em suma, com a inserção das Ciências Humanas na educação, passa-se a serem estudadas as ações humanas na sociedade, sendo que a forma como essas ações serão tratadas por esse campo sofrerão alterações de acordo com os diferentes tempos históricos.

A partir do século XX, o viés positivista das Ciências Humanas começa a ser relativizado, com o surgimento de novas perspectivas históricas, como o marxismo³. Nesse período, as Ciências Humanas passam a ter uma maior responsabilidade na realidade social, estimulada pela influência dos pressupostos teóricos de Marx e Engels nas pesquisas da área. No entanto, uma característica anterior permaneceu que é “dotar os homens de instrumentais de controle sobre a vida em sociedade, na perspectiva de se direcionar a própria história”. (BRASIL, 1999, p.6)

O quadro que gerou essa mudança na concepção das Ciências Humanas foi a crise de confiança ocasionada por eventos mundiais como a Primeira Guerra Mundial e pelas crises econômicas, que demandaram, a partir da década de 1930, num processo de revisão da visão positivista até então predominante. (BRASIL, 1999)

Uma característica dessa revisão foi a experiência interdisciplinar, com a união de pesquisadores de diferentes disciplinas do campo de humanas com o objetivo de tentar entender as razões dessa crise. Especificamente no Brasil, esse movimento se deu por meio da atuação de autores como Gilberto Freire, Caio Prado Júnior, Sérgio Buarque de Holanda e Fernando de Azevedo, que apresentavam um forte engajamento político. (BRASIL, 1999). Sobre esse movimento, no documento dos Parâmetros Curriculares do Ensino Médio – Ciências Humanas e suas Tecnologias afirma que:

É rico de lições perceber que, no momento mesmo em que atingiam sua maturidade, as Ciências Humanas buscassem a alternativa interdisciplinar como solução para seus impasses. Desse enriquecimento, surgiram abordagens diversas e inovadoras, em antropohistória, geohistória, sociolinguística, história e geografia econômicas etc. (BRASIL, 1999, p.7)

Após a ocorrência da Segunda Guerra Mundial, as Ciências Humanas passam a ter influência de órgãos multilaterais internacionais, como a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura - UNESCO que aponta um novo caminho para a área, inclusive no Brasil:

³O marxismo é uma teoria política, social e econômica – também conhecida como socialismo científico - criada em 1848 por Karl Marx (1818-1883) com colaboração de Friedrich Engels (1820-1895), que é considerada uma crítica ao capitalismo e a sociedade burguesa, pois os materiais de produção pertencem aos que não os utilizam para o trabalho, a burguesia, enquanto que os trabalhadores são donos apenas da sua força de produção, o que gera uma luta de classes. De acordo com Marx os trabalhadores tomariam consciência de sua posição e formariam um novo modelo de sociedade, onde seriam donos integrais de sua força de trabalho e meios de produção. (ALVES, 2009)

Para a UNESCO, o conteúdo das disciplinas da área de Humanas (História, Geografia, Antropologia, Sociologia, Filosofia) deveria revestir-se com idéias de teor mais humanístico e menos radicais nos discursos nacionalistas, voltando seus estudos para os processos de desenvolvimento econômico das sociedades, assim como dos avanços tecnológicos, científicos e culturais da humanidade. Dever-se-ia, pois, fazer uma história com inspirações pacifistas (PIRES, 1996 apud RIBEIRO, 2003, p.2).

Essa visão acerca da área de Humanas já apresenta características da concepção que tomaria força no ideário de educação durante as décadas posteriores, 1950 e 1960, tanto a nível internacional quanto nacional, com a Teoria do Capital Humano.

A Teoria do Capital Humano preconizava uma educação escolar voltada para a formação profissional e produção tecnológica para o desenvolvimento das economias, dando especial atenção às Ciências Naturais e exatas, em detrimento das Ciências Humanas. (BROOKE, 2012)

No Brasil, essa concepção educacional ganha força especialmente com a instauração do Regime Militar em 1964, que prioriza uma educação tecnicista e pautada no caráter moral. O governo militar considerava o conhecimento oriundo da área de Ciências Humanas como ideologicamente suspeito, e por essa razão, promoveu algumas ações que culminaram com a diminuição de sua abrangência, especialmente na área da educação.

Dentre essas ações, está o banimento das disciplinas de História e Geografia, que passaram a estar inseridas nos “Estudos Sociais”, conjuntamente com a disciplina “Educação Moral e Cívica”, o que consistia em uma “tentativa de atualização para as massas de uma educação de caráter moral, sem o componente cultural próprio às humanidades”. (BRASIL, 1999, p.7) Essa tendência é resultado também da influência norte-americana nos currículos escolares nacionais, que indicava uma visão mais tecnicista da educação. (RIBEIRO, 2003)

Já no Ensino Médio, História e Geografia foram mantidas, agora juntas com “Organização Social e Política do Brasil”. Essa disciplina funcionava como uma “Geopolítica aplicada a noções básicas de Sociologia, Política e Direito. A “área” podia enriquecer-se ora pela Filosofia, ora pela Sociologia, ora pela Psicologia, com conteúdos diversificados, mas não obrigatórios”. (BRASIL, 1999, p.7)

Nesse período, a educação de caráter humanista é posta de lado, junto a disciplinas como Artes e Filosofia, para dar lugar a uma educação voltada para estimular o desenvolvimento econômico, apoiado principalmente nas Ciências Naturais, responsáveis pela produção tecnológica almejada. Essa tendência não tinha vigência apenas no Brasil, era dominante na maioria das sociedades ocidentais no período.

Em suma, a vigência do Regime Militar contribui para que as Ciências Humanas perdessem o espaço e a importância que possuíam na sociedade e na educação escolar em tempos passados. Como resultado dessa perda, adquiriu um papel considerado inferior frente a outras disciplinas, como Língua Portuguesa e Matemática, o que refletiu posteriormente nos processos de avaliação educacional, que relegaram as Ciências Humanas a uma posição secundária.

Após o reestabelecimento do governo democrático, em 1985, o prognóstico das Ciências Humanas na educação brasileira começa lentamente a passar por melhoras. No entanto, é a partir da década de 1990, a partir de medidas como a criação das Diretrizes e dos Parâmetros Curriculares Nacionais, em 1996 e 1999, respectivamente, vem ocorrendo a revalorização das Ciências Humanas no cenário educacional.

No entanto, essa revalorização coloca o conhecimento produzido pelas Ciências Humanas como complementares com os de outras áreas de conhecimento, formando um saber integrado, conforme é explicitado nos Parâmetros Curriculares do Ensino Médio – Ciências Humanas e suas Tecnologias:

Busca-se, com isso, uma síntese entre humanismo, ciência e tecnologia, que implique a superação do paradigma positivista, referindo-se à ciência, à cultura e à história. Destituído de neutralidade diante da cultura, o discurso científico revela-se enquanto representação sobre o real, sem se confundir com ele. (BRASIL, 1999, p.7)

Atualmente, os desafios encarados pelos profissionais da área é promover um saber que esteja em consonância com as demandas da sociedade tecnológica atual, mas sem perder o papel de compreender o papel do homem nessa sociedade.

Diante desse cenário a avaliação externa se torna uma das ferramentas mais presentes no cotidiano educacional. Elas vêm sendo utilizadas no país, especialmente nas esferas federal e estadual, com o objetivo de diagnosticar o desempenho dos alunos nas disciplinas presentes em sala de aula, e a partir desse diagnóstico, formular

ações que visem à superação das dificuldades no aprendizado dos alunos. Dessa forma, a avaliação externa contribui para a construção de uma educação capaz de cumprir o objetivo de formar cidadãos ativos e trabalhadores qualificados.

Diante da sua importância no cenário educacional atual, o próximo item apresentará os principais sistemas de avaliação do país, a nível nacional e estadual.

1.2. A presença das Ciências Humanas nas avaliações externas nacionais

No Brasil, as avaliações em larga escala sempre estiveram relacionadas à avaliação de programas educacionais. As primeiras experiências na área remonta a década de 1960, com o desenvolvimento de estudos sobre testes educacionais pelo Centro de Estudos de Testes e Pesquisas Psicológicas - CETPP, da Fundação Getúlio Vargas do Rio de Janeiro, no ano de 1966. (GATTI, 2009)

No entanto, foi somente na década de 1980 que a avaliação externa começa a ganhar terreno no país, sendo o primeiro projeto de fato avaliado a Educação Básica para o Nordeste Brasileiro (EDURURAL), desenvolvido nos estados do Piauí, Ceará e Pernambuco entre 1982 e 1986, que fez uso de instrumentos padronizados criados com base em exemplos de exercícios de sala de aula com o objetivo de analisar o desempenho dos alunos e gerenciar o andamento do projeto como um todo. (BROOKE, 2006)

Essa iniciativa foi um marco inicial para que houvesse uma inserção cada vez maior de políticas de avaliação em larga escala no Brasil, sobretudo no campo educacional, contribuindo para o debate sobre a falta de dados sobre o rendimento escolar, já no final da década de 1980, o que culminou com as primeiras avaliações da Educação Básica realizadas pelo Ministério da Educação e Cultura (MEC) em 1988, com a posterior implantação de programas de avaliação em escala nacional, como o Sistema de Avaliação da Educação Básica (SAEB) em 1990.

No histórico das avaliações externas, o campo das Ciências Humanas começou a ganhar espaço no final da década de 1990, com a criação do Exame Nacional do Ensino Médio – ENEM e a experiência do Sistema de Avaliação da Educação Básica – SAEB. No entanto, as primeiras experiências no campo educacional que envolveu esta avaliação datam de momentos anteriores, do final da década de 1980 e início de 1990, especificamente, quando foi incluído Estudos Sociais em uma avaliação no estado

Paraná e quando História e Geografia foram avaliadas dentro do projeto Escola Padrão⁴.

Após essas primeiras experiências regionais, a avaliação das Ciências Humanas pouco se expandiu ao longo da década de 1990, mantendo-se a preferência por parte dos gestores e estudiosos da área em focar nas disciplinas de Língua Portuguesa e Matemática. Nesse período, as poucas avaliações que incluíram Ciências Humanas foram voltadas para avaliar o Ensino Médio, diferentemente do que havia ocorrido anteriormente, quando as avaliações focaram séries do Ensino Fundamental, sendo essas avaliações o SAEB – que avaliou apenas no 3º do Ensino Médio – e o ENEM, que também avalia o mesmo ano. (BRASIL, 2013)

Atualmente, o SAEB é o único sistema que avalia o rendimento dos alunos do Ensino Médio em âmbito nacional, e como já incluiu disciplinas da área de Ciência Humanas ao longo do seu processo, ele será mais bem elucidado, pois a existência dele é um fator importante para o surgimento e expansão dos sistemas estaduais de avaliação, como o do estado da Bahia.

De acordo com o Portal do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira – INEP, o SAEB tem como objetivo avaliar no espaço de dois anos, o sistema educacional brasileiro e identificar os principais problemas encontrados nos desempenhos dos alunos, tendo como amostra o 5º e o 9º ano do Ensino Fundamental e o 3º ano do Ensino Médio.

Até o ano de 2013, no SAEB foram avaliadas somente as disciplinas de Português e Matemática, não estando incluídas as Ciências Naturais e Humanas. Essas disciplinas chegaram a ser avaliadas nos anos de 1997 e 1999, somente no Ensino Médio, conforme é explicitado no site do INEP:

Nas edições de 1997 e 1999, os alunos matriculados nas 4ª e 8ª séries foram avaliados em Língua Portuguesa, Matemática e Ciências, e os alunos de 3º ano do Ensino Médio em Língua Portuguesa, Matemática, Ciências, História e Geografia. (BRASIL, 2013, p.1)

⁴As Escolas Padrão consistiam em um projeto de inovação curricular realizado pela Secretaria Estadual de Educação do Estado de São Paulo, a partir do ano de 1992, com o objetivo de verificar se os alunos cujas escolas recebiam insumos diferenciados, as Padrão, apresentavam melhores resultados educacionais. Para isso, foram realizadas avaliações com os alunos de 8ª série, envolvendo Língua Portuguesa, Redação, Matemática, Ciências, História e Geografia, e um questionário para sondagem de características dos estudantes. Foi mantido até o ano de 1994, quando o governo do estado implementa o Saresp – Sistema de Avaliação do Rendimento Escolar no Estado de São Paulo.

Porém, nos anos posteriores, as Ciências Naturais e Humanas não permaneceram no quadro das disciplinas avaliadas, conforme explicita João Luís Horta Neto: “Além das áreas de linguagem e matemática [...] outras foram acrescentadas e retiradas ao longo dos diversos ciclos. A partir de 2001, essas áreas passaram a serem as únicas avaliadas”. (NETO, 2007, p.10)

O professor Joaquim Soares Neto⁵ apresenta os fatores que provavelmente tiveram responsabilidade para que a experiência de avaliar Ciências Humanas promovida pelo SAEB não tivesse prosseguimento nos anos posteriores:

Parte dos motivos são operacionais. Como você vai operacionalizar um plano, você precisa de uma estrutura operacional de criação de itens, revisão de itens. O Inep na década de 1990, não tinha ainda uma estrutura forte, e por isso, naquele tempo era importante aprofundar a na questão da Língua Portuguesa e Matemática, e posteriormente, começou, no ano passado (2013), a inserir as Ciências Humanas e Natureza. (NETO, 2014)

A presença das Ciências Naturais e Humanas no SAEB só volta a ser discutida no INEP a partir do ano de 2013, quando a partir de um processo de aperfeiçoamento dos instrumentos de avaliação, propõe-se a sua volta nas avaliações, bem como uma revisão e atualização das matrizes das áreas até então trabalhadas. (BRASIL, 2013)

Diante desse quadro, tornou-se cada vez mais importante para alguns estados brasileiros a implementação de um sistema de avaliação que tenha como objetivo a verificação do rendimento de seus alunos em todos os anos do Ensino Médio, sem que esta avaliação tenha um propósito conjunto de seleção, mas apenas de um diagnóstico sobre a qualidade do ensino ofertado nos estados.

No próximo item serão apresentados os sistemas estaduais que avaliam o Ensino Médio, com o intuito de compreender como começou esse movimento de avaliação em larga escala a nível estadual no Brasil e quais são os seus principais objetivos.

1.3 Sistemas de avaliação estaduais que avaliam o Ensino Médio

⁵Pesquisador na área de avaliação pela Universidade Na de Brasília- UNB. Expôs seus argumentos ao longo de uma entrevista realizada durante o I Seminário de Pesquisas em Avaliação de Competências da Educação Básica realizado na Universidade Federal de Juiz de Fora, no dia 16 de maio de 2014.

Os sistemas de avaliação estaduais experimentam no Brasil, ao longo da década de 1990, uma expansão da avaliação externa na educação brasileira, em consonância com o que ocorre em outros países, conforme explicita Brooke *et al* (2011):

A torrente de mudanças educacionais múltiplas e simultâneas nas diversas regiões do mundo na década de 1990 não foi aleatória. As semelhanças entre as reformas dos diferentes países, como se estivessem seguindo um receituário, denunciavam uma história de origens comuns. As origens imediatas podem ser encontradas, em parte, nos eventos internacionais que galvanizaram os formuladores das políticas educacionais e também no papel dos bancos de desenvolvimento, as agências de assistência bilateral e até as ONGs internacionais na disseminação mundial das propostas de reforma. (p.14)

Essas mudanças ocorridas nas concepções educacionais, que tinham como um dos pilares a implementação de sistemas de avaliação, foram importantes para que os primeiros sistemas de avaliação estaduais fossem criados. Os estados pioneiros foram: Minas Gerais e Ceará, com a criação do Programa de Avaliação do Sistema Estadual de Ensino de Minas Gerais e do Sistema Permanente de Avaliação da Educação Básica em Ceará (SPAECE), ambos no ano de 1992.

Os estados passaram a desenvolver sistemas próprios de avaliação com o objetivo de obter um diagnóstico sobre a qualidade dos sistemas de ensino no país, por meio da aferição do desempenho dos alunos. A partir dos seus resultados, passaram então a promover ações para a melhoria na educação ofertada, considerando as especificidades e demandas de cada local.

Um fator importante também a ser destacado nas avaliações dos estados é a possibilidade de diminuir o tempo que os alunos ficam sem ser avaliados externamente. Dessa forma esses estados passaram a produzir um maior número de informações sobre o aprendizado escolar.

Observou-se então uma grande expansão dos sistemas estaduais de avaliação, sendo que ao longo da década de 1990 e as primeiras décadas de 2000, mais de 17 estados brasileiros passaram a apresentar pelo menos um programa de avaliação externa.

Uma característica comum a todos esses sistemas é a inserção do Ensino Médio no processo avaliativo, priorizando especialmente o 3º ano desta etapa de ensino.

Para a compreensão mais aprofundada sobre esses sistemas, será realizada uma breve introdução sobre cada um, evidenciando as suas principais características, período em que foram implementados e se apresentam a avaliação de disciplinas da área de Ciências Humanas. O único sistema de avaliação que não será abordado nesse momento é o da Bahia, pois ele será tratado separadamente, em uma seção específica para seu caso.

1.3.1 Programa de avaliação da Educação básica do Espírito Santo – PAEBES

O Espírito Santo foi um dos estados que incluiu disciplinas da área de Ciências Humanas no seu sistema de avaliação, o Programa de avaliação da Educação básica do Espírito Santo – PAEBES.

O PAEBES foi instituído pela Secretaria de Educação do Estado do Espírito Santo – SEDU-ES – no ano 2000, com o objetivo de avaliar, de modo permanente e contínuo, o sistema de ensino. Esse programa visa a diagnosticar o desempenho dos alunos em diferentes áreas do conhecimento e níveis de escolaridade, bem como subsidiar a implementação, a reformulação e o monitoramento de políticas educacionais, contribuindo, dessa forma, para a melhoria da qualidade da educação no Estado. (PORTAL DA AVALIAÇÃO- PAEBES)

Até o ano de 2012, as disciplinas avaliadas eram Língua Portuguesa, Matemática e as que compõem o campo das Ciências da Natureza. Porém no ano de 2012, o PAEBES passou a incluir as disciplinas de História e Geografia em seu quadro avaliativo, avaliando-as no 5º e 9º ano do Ensino Fundamental e no 3º ano do Ensino Médio. (ESPIRITO SANTO, 2012).

1.3.2 Sistema de Avaliação do Desempenho Educacional do Amazonas – SADEAM

O estado do Amazonas foi um dos primeiros estados a inserirem Ciências Humanas em seu sistema de avaliação, o Sistema de Avaliação do Desempenho Educacional do Amazonas - SADEAM -, no ano de sua criação, em 2008, além de,

juntamente com o sistema de avaliação baiano, passou a abranger as disciplinas de Sociologia e Filosofia. Sobre a atuação do SADEAM, este tem como objetivo, de acordo com a Revista do Sistema (2011), de avaliar a aprendizagem dos alunos do 5º e 9º anos do Ensino Fundamental, 3º ano do Ensino Médio e dos que estiverem terminando o Ensino Médio/EJA em escolas na capital e no interior.

As Ciências Humanas foram inseridas somente nas avaliações do 3º ano do Ensino Médio. Já no seu primeiro ano, 2008, o SADEAM já avalia disciplinas do campo de Ciências Humanas no 3º ano do Ensino Médio, inicialmente apenas História e Geografia. A partir do ano de 2010, a avaliação passa a ser realizada por áreas do conhecimento, passando a incluir as disciplinas de Filosofia e Sociologia, como parte integrante das Ciências Humanas. (AMAZONAS, 2011, p.20). No ano de 2012, passa a ser avaliado também o 1º ano do Ensino Médio, da mesma forma que o 3º ano. (CAED, 2013)

1.3.3. Sistema de Avaliação Educacional do Estado de Goiás – SAEGO

O Sistema de Avaliação Educacional do Estado de Goiás - SAEGO - foi criado no ano de 2011, com o objetivo de promover um diagnóstico sobre a qualidade do ensino e aprendizagem nas escolas da rede estadual de Goiás. Segundo a Secretaria de Educação do estado de Goiás – SEDUC, o SAEGO visa:

[...] monitorar de maneira contínua e permanente o desempenho dos estudantes da rede estadual para, a partir do diagnóstico obtido com os resultados da avaliação, fomentar, orientar e acompanhar as políticas educacionais do Estado como, por exemplo, a formação de professores. (GOIÁS, p.1, 2011)

Nesse sistema, é avaliado anualmente o desempenho dos alunos nas disciplinas de Língua Portuguesa e Matemática, no 3º, 5º e 9º anos do Ensino Fundamental e do 3º do Ensino Médio, por meio da utilização da Teoria de Resposta ao Item - TRI. As disciplinas da área de Ciências Humanas não são avaliadas por esse sistema de avaliação.

Os resultados obtidos por meio das avaliações do SAEGO são utilizados para gerar o Índice de Desenvolvimento da Educação de Goiás (Idego), que indica o quadro situacional da educação da rede estadual goiana, dando subsídios para que sejam

determinadas quais unidades precisam de uma ação pedagógica mais intensa, além de ser um elemento norteador para a atuação dos profissionais da escola. (GOIÁS, 2011)

1.3.4 Sistema de Avaliação da Educação da Rede Pública de Mato Grosso do Sul – SAEMS

O Sistema de Avaliação da Educação da Rede Pública de Mato Grosso do Sul - SAEMS foi criado em 2003, com o objetivo de avaliar a aprendizagem de estudantes da rede estadual do estado do Mato Grosso do Sul. Para tal, avalia as competências e habilidades de estudantes do 5º e 9º ano do Ensino Fundamental e do 3º ano do Ensino Médio nas disciplinas de Língua Portuguesa e Matemática, além de aplicar questionários contextuais aos estudantes, professores e diretores, para averiguar o clima escolar e a situação socioeconômica dos estudantes.

A partir dos resultados das avaliações do desempenho dos estudantes, que são divididos em Padrões de Desempenho, no caso do SAEMS, eles são divididos em: Muito Crítico, Crítico, Intermediário e Adequado. Por meio desses Padrões, é possível realizar uma interpretação pedagógica das habilidades desenvolvidas pelos estudantes. (REVISTA DO SISTEMA – SAEMS 2012, 2012).

Os processos avaliativos externos destacam-se como importantes ferramentas de aferição da qualidade da educação e oferecem indicadores fidedignos, os quais são utilizados na elaboração de ações governamentais, para melhorar e aprimorar a qualidade do ensino, além de contribuir para a consolidação da cultura de avaliação. (MATO GROSSO DO SUL, 2012, p.)

1.3.5 Sistema de Avaliação da Educação Básica do Paraná – SAEP

O Sistema de Avaliação estadual do Paraná foi criado no ano de 2012, com o objetivo de monitorar a qualidade da educação pública do estado. De acordo com a Revista Pedagógica SAEP 2012 – Língua Portuguesa 9º Ensino Fundamental:

O Saep vai além dos resultados médios de proficiência ou produção de um indicador. Esta avaliação visa, também, diagnosticar os fatores extra e intraescolares que interferem no desempenho dos alunos. Com isso, será possível apontar novos caminhos para as escolas e para cada turma. Assim, SEED, NRE, escolas e comunidade terão

condições de redefinir ações pedagógicas e administrativas, visando à melhoria da qualidade da educação. (PARANÁ, 2012, p.7)

Para tal, são avaliados alunos do 9º ano do Ensino Fundamental e o 3º ano do Ensino Médio das redes estadual e municipal, nas disciplinas de Língua Portuguesa e Matemática. (CAEd, 2014, p.1) O objetivo principal do SAEF é a contribuição para a construção de um sistema educacional mais justo e inclusivo, por meio do emprego de seus resultados “como base para intervenções destinadas a garantir o direito do estudante a uma educação de qualidade”. (CAEd, 2014, p.1)

1.3.6 Sistema de Avaliação da Educação Básica de Pernambuco – SAEPE

O estado de Pernambuco criou primeiramente o Sistema de Avaliação da Educação Básica de Pernambuco - SAEPE no ano 2000, e após um período de cinco anos, foi aplicado novamente em 2005. No entanto, o SAEPE passou a ser aplicado anualmente a partir de 2008.

O SAEPE tem como função o monitoramento das habilidades e competências de alunos do 3º, 6º e 9º anos do Ensino Fundamental e o 3º ano do Ensino Médio, nas disciplinas de Língua Portuguesa e Matemática. (PERNAMBUCO, 2012), por meio do uso da Teoria de Resposta ao Item - TRI.

Essa avaliação tem como principais objetivos: a produção de informações sobre como está o aprendizado dos alunos; contribuir para promover práticas pedagógicas em consonância com as necessidades dos alunos; diminuir as desigualdades entre as escolas e contribuir para a composição do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica de Pernambuco – IDEPE.

O IDEPE foi criado para medir a qualidade da educação, tendo como base os resultados obtidos no SAEF, bem como os índices de aprovação dos alunos. Seu resultado promove o repasse do Bônus de Desempenho Educacional – BDE, para as escolas que alcancem pelo menos 50% das metas do estado.

1.3.7 Sistema de Avaliação Educacional do Piauí – SAEPI

O Sistema de Avaliação Educacional do Piauí - SAEPI foi criado em 2011, com o objetivo de diagnosticar o desempenho dos estudantes, o clima escolar e as condições socioeconômicas da rede estadual do estado do Piauí.

Para isso, são avaliados alunos do 5º e 9º do Ensino Fundamental, e o 1º e 3º ano do Ensino Médio, nas disciplinas de Língua Portuguesa e Matemática. Conjuntamente à avaliação, são aplicados questionários contextuais aos estudantes, professores e diretores sobre aspectos pedagógicos e de gestão.

Os dados obtidos na avaliação do SAEPI serão alocados em uma Escala de Proficiência, dividida em Abaixo do Básico, Básico, Adequado e Proficiente - que indica o quadro de aprendizagem dos alunos.

A partir desse diagnóstico e dos dados obtidos pelos questionários contextuais, são fornecidos subsídios para que as políticas educacionais sejam implementadas e/ou reformuladas. (SISTEMA DE AVALIAÇÃO EDUCACIONAL DO PIAUÍ, 2014). Essas ações são realizadas com o objetivo fornecer “um subsídio para mudanças que atendem ao dever do estado de oferecer uma educação gratuita e de qualidade, e ao direito da população em recebê-la”. (PIAUÍ, 2012, p.10)

1.3.8 Sistema de Avaliação da Educação do Estado do Rio de Janeiro – SAERJ

O Sistema de Avaliação da Educação do Estado do Rio de Janeiro - SAERJ foi criado em 2008, com o objetivo de analisar o desempenho dos alunos da rede pública do estado. Para realizar esse objetivo, são avaliados alunos do 5º e 9º anos do Ensino Fundamental e da 3ª série do Ensino Médio, nas disciplinas de Língua Portuguesa e em Matemática.

Por meio dessa avaliação, são obtidos dados importantes para a averiguação da qualidade da educação do estado como: “o número de alunos que realizaram o teste, a proficiência média alcançada pela escola e o percentual de alunos distribuídos pelos níveis da escala de proficiência (Baixo, Intermediário, Adequado e Avançado).” (RIO DE JANEIRO, 2014)

Junto ao SAERJ, o estado do Rio de Janeiro também criou um programa de avaliação voltado para avaliar o processo de aprendizado nas escolas, o Programa de Avaliação Diagnóstica do Desempenho Escolar – Saerjinho.

Ele é parte integrante do Sistema de Avaliação da Educação do Estado do Rio de Janeiro – SAERJ, e apesar de avaliar o aprendizado escolar sob uma perspectiva diferente, seu resultado contribui para buscar uma educação de qualidade.

Além da perspectiva diferenciada do processo de avaliação, o Saerjinho também abrange um número de disciplinas diferente do SAERJ, sendo incluídas as Ciências Naturais e as Ciências Humanas como parte do processo avaliativo. Sobre a implementação do Saerjinho:

A Secretaria de Estado de Educação deu início, em abril de 2011, ao **Saerjinho**, sistema de avaliação bimestral do processo de ensino e aprendizagem nas escolas. A partir de agora, os alunos do 5º e 9º ano do Ensino Fundamental e das três séries do Ensino Médio das escolas estaduais de ensino regular presencial farão, ao final de cada bimestre, provas de Língua Portuguesa e de Matemática. O objetivo é acompanhar mais de perto o rendimento dos estudantes, detectando de maneira mais ágil e fiel as dificuldades de aprendizagem. (RIO DE JANEIRO, 2013)

Durante as duas primeiras edições do Saerjinho, realizadas nos anos de 2011 e 2012, não foram avaliadas nenhuma disciplina do campo das Ciências Humanas, iniciando, a partir de 2013, a avaliação das disciplinas de Geografia e História, como pode ser compreendido a partir do informe da Subsecretaria de Comunicação do Estado do Rio de Janeiro:

Na rede estadual, o Saerjinho será realizado [...] pelos alunos do 5º e do 9º anos do Ensino Fundamental e do Ensino Médio, que são avaliados nas disciplinas de Língua Portuguesa; Matemática; Ciências (Ensino Fundamental) ou Química; Física e Biologia (Ensino Médio); História e Geografia. (RIO DE JANEIRO, 2013)

1.3.9 Sistema de Avaliação Educacional de Rondônia – SAERO

O Sistema de Avaliação Educação de Rondônia – SAERO é um sistema de avaliação criado em 2012 para verificar o desempenho dos alunos da rede pública do estado de Rondônia, realizar uma investigação sobre o clima escolar bem como as condições socioeconômicas das escolas. No conteúdo da Revista do Sistema de Avaliação – SAERO 2012 é explicado o porquê da criação do sistema:

Já temos o sistema que o ministério da Educação utiliza para aferir o desempenho escolar, o IdEB, mas nós queremos ter o nosso, que seja aplicado com regularidade e assim podermos avaliar o desempenho dos nossos alunos e tomar medidas rápidas e ligeiras para corrigir distorções que possam surgir nas escolas que não estejam indo bem.(RONDÔNIA, 2012, p.7)

Para realizar esses objetivos, são avaliados alunos do 2º, 5º, 6º e 9º ano do Ensino Fundamental, e do 1º, 2º e 3º ano do Ensino Médio, nas disciplinas de Língua Portuguesa e Matemática. Além da avaliação dos alunos, também são aplicados questionários aos estudantes, professores e diretores.

Os dados obtidos a partir do SAERO serão utilizados para organização de ações educacionais adequadas com as necessidades específicas das escolas, em busca de uma melhoria da educação rondoniense.

1.3.10 Sistema de Avaliação do Rendimento Escolar do Rio Grande do Sul – SAERS

O Sistema de Avaliação do Rendimento Escolar do Rio Grande do Sul – SAERS é o sistema de avaliação criado pelo governo do estado do Rio Grande do Sul em 2005, primeiramente de forma amostral, e a partir de 2007, censitário, para a averiguação da qualidade da educação das escolas do estado.

Para tal, são avaliados alunos do 3º e 5º ano do Ensino Fundamental, além do 1º ano do Ensino Médio, nas disciplinas de Língua Portuguesa e de Matemática. Conjuntamente à avaliação, são aplicados questionários aos alunos, professores e diretores, para se ter uma compreensão mais aprofundada sobre as condições internas e externas da escola. (RIO GRANDE DO SUL, 2014)

A importância do SAERS para a educação do estado do Rio Grande do Sul está na sua contribuição para que as escolas possam reorientar suas ações e estratégias. Dentre essas ações, segundo o Portal de Avaliação do SAERS está a: “formação continuada de seus professores e, no caso das secretarias, ao exercício da função redistributiva em relação a suas escolas quanto à alocação de recursos humanos e/ou materiais.” (SAERS, 2014, p.1), tendo como objetivo comum a diminuição das desigualdades no campo da educação e o aumento da qualidade do ensino.

1.3.11 Sistema de Avaliação do Tocantins – SALTO

O Sistema de Avaliação do Tocantins – SALTO – foi criado no ano de 2011, para avaliar a qualidade da educação no estado do Tocantins, tendo como amostra as escolas da rede estadual e municipal. Para isso, são avaliados 5º e 9º anos do Ensino Fundamental e o 3º ano do Ensino Médio, nas disciplinas de Língua Portuguesa, Matemática e Ciências. Conjuntamente à avaliação dos alunos, é aplicado um questionário sobre o contexto sócioeducacional.

Sobre a contribuição do SALTO para a educação tocantinense, a assessora executiva do programa, Maria Antônia Almeida Costa, apresenta uma explanação no site da Câmara Municipal de Cariri do Tocantins:

Ações realizadas até o presente momento sinaliza que ao fornecer elementos sobre a situação de cada escola, ao acompanhar e assessorar o processo de ensino e aprendizagem constitui-se numa ferramenta imprescindível à reformulação e ao monitoramento de políticas voltadas para a melhoria da qualidade da educação no Estado”. (COSTA, 2013, p.1)

Para as escolas que conseguiram obter melhorias efetivas na qualidade da educação são premiadas pelo Prêmio de Valorização Pública da Educação do Tocantins. Esse prêmio beneficia as unidades escolares, professores e alunos, que podem receber viagens e incentivos em dinheiro pelos bons resultados obtidos.

1.3.12 Sistema de Avaliação de Rendimento Escolar do Estado de São Paulo – SARESP

O estado de São Paulo também conta com a avaliação de disciplinas de Ciências Humanas em sistema, o Sistema de Avaliação de Rendimento Escolar do Estado de São Paulo – SARESP. Para explicar seus objetivos, é utilizada a definição presente no documento de apresentação SARESP:

O Sistema de Avaliação de Rendimento Escolar do Estado de São Paulo – SARESP – é uma avaliação externa da Educação Básica, realizada desde 1996 pela Secretaria da Educação do Estado de São Paulo – SEE/SP. O SARESP tem como finalidade produzir informações consistentes, periódicas e comparáveis sobre a situação da escolaridade básica na rede pública de ensino paulista, visando orientar

os gestores do ensino no monitoramento das políticas voltadas para a melhoria da qualidade educacional. (SÃO PAULO, 2012, p.1)

Atualmente o SARESP conta “com a participação de todas as escolas da rede pública estadual que oferecem ensino regular e de todos os alunos do 2º, 3º, 5º, 7º e 9º anos do Ensino Fundamental e da 3ª série do Ensino Médio”. (SÃO PAULO, 2013). Desde 2009, inclui Ciências Humanas em seu processo avaliativo, incluindo História e Geografia entre 7º e 9º anos do Ensino Fundamental e da 3ª série do Ensino Médio. (SÃO PAULO, 2009)

1.3.13 Sistema de Avaliação Educacional de Alagoas – SAVEAL

O Sistema de Avaliação Educacional de Alagoas – SAVEAL foi criado pelo governo do estado de Alagoas no ano de 2001, com o objetivo de subsidiar, por meio da avaliação externa, políticas educacionais que promovam a melhoria da qualidade da educação.

No seu primeiro ano de aplicação, o SAVEAL avaliou apenas o 5º ano do Ensino Fundamental, e a partir do ano de 2003, passou a abranger o 9º ano do Ensino Fundamental e o 3º do Ensino Médio. Desde a sua criação, avalia as disciplinas de Língua Portuguesa e Matemática. (ALAGOAS, 2014)

De acordo com o site da Secretaria de Educação e Esporte de Alagoas, as ações que fundamentam a atuação do SAVEAL são: Avaliação nas turmas de 5º e 9º anos do Ensino Fundamental e 3º ano do Ensino Médio; divulgação dos resultados no início do ano letivo, para subsidiar as equipes pedagógicas da SEE, das Coordenadorias Regionais de Ensino e da SEMED, fornecendo informações necessárias para a reorientação da prática pedagógica nas escolas e, assim, elevar o desempenho escolar mediante utilização dos resultados do SAVEAL. (ALAGOAS, 2014, p.1)

Segundo o governo alagoano, a partir dessas ações, o Sistema de Avaliação Educacional de Alagoas contribui para que haja melhoria na qualidade da educação e o fortalecimento da comunidade escolar na rede estadual e municipal de Alagoas.

1.3.14 Sistema Estadual de Avaliação da Aprendizagem Escolar – SEAPE

O Sistema Estadual de Avaliação da Aprendizagem Escolar – SEAPE é o sistema de avaliação do estado do Acre, criado no ano de 2009, com o objetivo de analisar a qualidade do ensino dos estabelecimentos da rede pública. Para isso, são avaliados o desempenho dos estudantes do 5º e 9º do Ensino Fundamental, e o 3º ano do Ensino Médio, a partir dos parâmetros da Teoria de Resposta ao Item – TRI. Por meio dessa avaliação são estabelecidos Padrões de Desempenho alcançados pelos estudantes, divididos entre: Abaixo do básico, Básico, Adequado e Avançado. Esses Padrões possibilitam interpretar o nível de aprendizado dos estudantes.

Conjuntamente à avaliação dos estudantes, são aplicados questionários contextuais para averiguar os fatores externos e internos que influenciam nos seus resultados.

As informações obtidas com a aplicação do SEAPE são empregadas para subsídio de “políticas públicas voltadas à melhoria do processo de ensino aprendizagem e ao planejamento de propostas pedagógicas que possam propiciar o avanço necessário”. (ACRE, 2012, p.10)

De acordo com o secretário de Educação e Esportes do estado do Acre no ano de 2002, Daniel Zen, a importância da aplicação do SEAPE está:

[...] na possibilidade de podermos acompanhar o desenvolvimento das aprendizagens dos alunos ao longo dos anos, bem como os avanços obtidos em relação às expectativas de aprendizagem previstas para cada ano e disciplina, possibilitando a cada professor planejar o ensino a partir das necessidades identificadas, o que permite perceber nos relatórios da análise dos indicadores os percentuais de erros e acertos. (ACRE, 2012, p.6)

Com isso, compreende-se que o SEAPE contribui para que o governo do estado e seus profissionais da área de educação tenham um maior conhecimento sobre a realidade escolar e seus problemas, com o objetivo de promover a melhoria da qualidade da educação.

1.3.15 Sistema Mineiro de Avaliação da Educação Pública – SIMAVE

O Sistema Mineiro de Avaliação da Educação Pública - SIMAVE foi criado no ano 2000 pela Secretaria de Educação do Estado de Minas Gerais com o objetivo de

desenvolver programas de avaliação voltados para obtenção de informações sobre a aprendizagem dos alunos e planejamento de ações pedagógicas.

[...] o SIMAVE possibilita à Secretaria de Estado da Educação de Minas Gerais – SEE/MG realizar diagnósticos educacionais para identificar necessidades, e demandas do sistema, das escolas, dos professores e dos alunos. Em posse dos dados do SIMAVE, a SEE/MG estrutura políticas e ações diretamente vinculadas aos resultados de aprendizagem, à qualificação docente, à valorização da escola pública e ao fortalecimento da qualidade da educação em Minas Gerais. (MINAS GERAIS, p.1, 2013)

O sistema divide-se em duas modalidades: uma voltada para a avaliação interna e a outra para a externa. Para a avaliação interna, foi criado o Programa de Avaliação da Aprendizagem Escolar – PAAE⁶. Já para a avaliação externa, foram implementados o Programa de Avaliação da Alfabetização - PROALFA⁷ e Programa de Avaliação da Rede Pública de Educação Básica - PROEB.

É neste último programa, o PROEB, que realiza a avaliação - com base nos pressupostos da Teoria de Resposta ao item – TRI - das competências e habilidades de alunos do Ensino Médio, ao avaliar o 3º do Ensino Médio nas disciplinas de Língua Portuguesa e Matemática. O PROEB também avalia alunos do 5º e 9º ano do Ensino Fundamental.

O PROEB contribui, conjuntamente com o PROALFA, para a composição de metas e índices que demonstram o quadro situacional da aprendizagem dos alunos do estado e promovem uma política de bonificação que fornece um adicional de desempenho para os funcionários públicos que apresentem alta produtividade.

1.3.16 Sistema Paraense de Avaliação Educacional – SISPAE

⁶Segundo o site do Instituto Avaliar, o Programa de Avaliação da Aprendizagem Escolar – PAAE foi criado com o objetivo de fornecer subsídios aos professores e gestores da rede estadual de Minas Gerais para a realização de diagnósticos da aprendizagem escolar, para subsidiar o planejamento do ensino e suas intervenções pedagógicas. Para realizar essas funções, seus resultados são empregados para a gestão do currículo, orientada pelo estágio de desenvolvimento dos alunos e pelo Conteúdo Básico Comum – CBC.

⁷O Programa de Avaliação da Alfabetização – PROALFA foi aplicado pela primeira vez em 2005, para a verificação dos níveis de alfabetização dos alunos dos anos iniciais do Ensino Fundamental da rede pública do estado de Minas Gerais, sendo realizada de forma censitária no 3º ano, e amostral nos demais anos. Dentre as disciplinas que avalia está Língua Portuguesa e Matemática.

O Sistema Paraense de Avaliação Educacional – SISPAE foi implementado em 2013 para averiguar a qualidade do aprendizado dos alunos da rede estadual e municipal de municípios que aderiram ao Pacto dos Municípios, e quais fatores extraescolares influenciam nesse aprendizado.

Para tal, são avaliados no ano de 2014 alunos do 2º, 5º, 7º e 9º anos do Ensino Fundamental, além de todos os anos do Ensino Médio, nas disciplinas de Língua Portuguesa e Matemática. Conjuntamente à avaliação, são aplicados questionários socioeconômicos.

Os dados obtidos pelo SISPAE são empregados para auxiliar ações de melhorias na educação do estado em diversas escalas: na gestão municipal: na determinação das metas de gestão, ações pedagógicas e diretrizes para a formação de profissionais da educação; no campo da gestão escolar: dimensionar projetos pedagógicos, auxiliar no planejamento da gestão, acompanhar as ações propostas; na prática docente: revisão das práticas em sala de aula, reflexão sobre o currículo e aprimoramento dos instrumentos de avaliação. (PARÁ, 2014)

1.3.17 Sistema Permanente de Avaliação da Educação Básica do Ceará – SPAECE

O Sistema Permanente de Avaliação da Educação Básica do Ceará - SPAECE, segundo o Portal da Avaliação do CAEd, foi implementado em 1992 pela Secretaria de Educação (SEDUC) para identificar a proficiência e a evolução do desempenho dos alunos. Além dos estados já citados acima, o Ceará também incluiu as Ciências Humanas em suas avaliações, realizadas por meio do Sistema Permanente de Avaliação da Educação Básica do Ceará – SPAECE.

Desde o ano de sua implementação – 1992 – até o ano de 2011, o SPAECE avaliou apenas as disciplinas de Língua Portuguesa e Matemática, porém, no ano de 2012, foram avaliadas também as disciplinas da área de Ciências Humanas (História, Geografia, Filosofia e Sociologia), somente no 3º ano do Ensino Médio. O Portal da Avaliação do CAEd/UFJF explica como procedeu essa inserção:

Para os alunos do 3º ano do Ensino Médio também houve mudanças. Os testes das duas disciplinas estão em convergência com a proposta da Matriz de Referência para o Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM), recebendo a denominação de Testes de Linguagens e Códigos e suas Tecnologias e Matemática e suas Tecnologias. Foi

incluída ainda a aplicação da prova de Redação, bem como de testes para as áreas de Ciências da Natureza (Física, Química e Biologia) e de Ciências Humanas (História, Geografia, Filosofia e Sociologia). (PORTAL DA AVALIAÇÃO CAEd/UFJF, 2012)

Porém, ao contrário dos outros estados, o Ceará não deu continuidade ao processo de avaliação de Ciências Humanas, voltando a avaliar apenas Língua Portuguesa e Matemática em todos os segmentos no ano de 2013.

Atualmente, são essas as principais avaliações que monitoram o desempenho dos alunos do Ensino Médio de escolas públicas. Como pode ser observado, cada sistema de avaliação apresenta um modelo de atuação diferenciado um do outro, entretanto, apresentam como objetivo comum a realização de um diagnóstico da educação nos seus respectivos estados, que contribuirão para que sejam traçadas novas estratégias pedagógicas que visem a superação dos problemas educacionais existentes.

Com base nas informações apresentadas sobre os sistemas de avaliação estaduais que incluem o Ensino Médio, o quadro a seguir delineia as principais características desses sistemas:

Quadro 1: Sistemas de Avaliação Estaduais e suas principais características

Estados	Sistemas de Avaliação	Áreas de Conhecimento avaliadas	Anos Avaliados	Redes Avaliadas
Acre	SEAPE	Língua Portuguesa e Matemática	3º EF, 5º EF, 9º EF e 3º EM	Rede Estadual e Rede Municipal
Alagoas	SAVEAL	Língua Portuguesa e Matemática	3º EF, 5º EF, 7º EF, 9º EF, 1º EM e 3º EM	Rede Estadual e Rede Municipal
Amazonas	SADEAM	Língua Portuguesa, Matemática, Ciências da Natureza, Ciências Humanas	3º EF, 5º EF, 7º EF, 9º EF, 1º EM e 3º EM	Rede Estadual

Bahia	SABE	Língua Portuguesa, Matemática, Ciências da Natureza, Ciências Humanas	3º EF, 1º EM, 2º EM e 3º EM	Rede Estadual e Rede Municipal
Estados	Sistemas de Avaliação	Áreas de Conhecimento avaliadas	Anos Avaliados	Redes Avaliadas
Ceará	SPAECE	Língua Portuguesa, Matemática, Ciências da Natureza, Ciências Humanas	2º EF, 5º EF, 7º EF, 9º EF, 1º EM, 2º EM e 3º EM	Rede Estadual e Rede Municipal
Espírito Santo	PAEBES	Língua Portuguesa, Matemática, Ciências da Natureza, Ciências Humanas	1º EF, 2º EF, 3º EF, 5º EF, 7º EF, 9º EF, 2º EM e 3º EM	Rede Estadual, Rede Municipal e Rede Privada
Goiás	SAEGO	Língua Portuguesa e Matemática	2º EF, 5º EF, 7º EF, 9º EF, 2º EM e 3º EM	Rede Estadual
Mato Grosso do Sul	SAEMS	Língua Portuguesa e Matemática	2º EF, 3º EF, 4º EF, 5º EF, 8º EF, 2º EM e 3º EM	Rede Estadual e Rede Municipal
Minas Gerais	SIMAVE	Língua Portuguesa e Matemática	2º EF, 3º EF, 4º EF, 5º EF, 9º EF, 1º EM, 2º EM e 3º EM	Rede Estadual
Pará	SISPAE	Língua Portuguesa e Matemática		Rede Estadual

Paraná	SAEP	Língua Portuguesa e Matemática	6º EF, 9º EF, e 3º EM	Rede Estadual
Pernambuco	SAEPE	Língua Portuguesa e Matemática	3º EF, 5º EF, 9º EF e 3º EM	Rede Estadual e Rede Municipal
Estados	Sistemas de Avaliação	Áreas de Conhecimento avaliadas	Anos Avaliados	Redes Avaliadas
Piauí	SAEPI	Língua Portuguesa e Matemática	5º EF, 9º EF e 3º EM	Rede Estadual e Rede Municipal
Rio de Janeiro	SAERJINHO	Língua Portuguesa, Matemática, Ciências da Natureza, Ciências Humanas	5º EF, 9º EF, 1º EM, 2º EM e 3º EM	Rede Estadual e Rede Municipal
Rio Grande do Sul	SAERS	Língua Portuguesa e Matemática	3º EF, 6º EF, e 1º EM	Rede Estadual
Rondônia	SAERO	Língua Portuguesa e Matemática	2º EF, 5º EF, 6º EF, 9º EF, 1º EM, 2º EM e 3EM	Rede Estadual
São Paulo	SARESP	Língua Portuguesa, Matemática, Ciências da Natureza, Ciências Humanas		Rede Municipal e Rede Privada
Tocantins	SALTO	Língua Portuguesa e Matemática		Rede Estadual e Rede Municipal

Fonte: Elaborado pela autora.

Posterior ao conhecimento dos estados que apresentam sistemas de avaliação que constem o Ensino Médio, no próximo item será feita uma análise de como as Ciências Humanas estão inseridas dentro do contexto dos sistemas estaduais de avaliação.

1.4. A presença das Ciências Humanas nos Sistemas de Avaliação Estaduais

A avaliação das Ciências Humanas a nível estadual começou a ser realizada, a partir do final da década de 1980, quando se intensifica os debates sobre a necessidade de se medir o desempenho dos alunos.

A primeira experiência ocorreu em 1988, quando a Secretaria de Estado da Educação do Paraná realizou uma avaliação para os alunos da 2ª e 4ª séries do Ensino Fundamental, onde foram avaliadas as disciplinas Língua Portuguesa, Matemática, Ciências e Estudos Sociais. Essa avaliação foi produzida pelos professores do estado com base no currículo estadual. (GATTI, 2009)

No entanto, foi no início dos anos 1990, que as Ciências Humanas foram inseridas como parte de processo avaliativo de um projeto, o Escola Padrão, criado no ano de 1992 pela Secretaria Estadual do Estado de São Paulo, que chegou a abranger mais de mil escolas da rede de ensino do estado. Segundo Gatti (2009) o objetivo das avaliações no Escola Padrão era:

[...] verificar se com os insumos educacionais diferenciados que recebiam as escolas e professores se obtinham melhorias no nível de aprendizagem escolar por parte dos alunos. A avaliação então realizada abrangeu Língua Portuguesa, Redação, Matemática, Ciências, História e Geografia, tendo sido aplicado um questionário para sondagem de características dos alunos. (p. 9)

Como amostra para a realização da avaliação do projeto Escola Padrão foram escolhidas turmas de oitava série⁸, com a intenção de se analisar o desenvolvimento escolar dos alunos. A partir dos resultados, foram realizados estudos para a elaboração de ações pedagógicas nas escolas. No entanto, mesmo com o objetivo de melhorar a

⁸Com a sanção da Lei nº 11.274, em 06/02/2006, fica estabelecida a duração de nove anos do Ensino Fundamental, passando o 9º ano a corresponder à antiga 8ª série.

aprendizagem escolar, não foi dado prosseguimento ao projeto devido à mudança de administração da Secretaria de Educação do Estado. (GATTI, 2009)

Desse quantitativo, atualmente ainda é pequeno o número de estados que se propõem a avaliar Ciências Humanas. Dentre os estados que avaliam ou já avaliaram disciplinas dessa área do conhecimento até o ano de 2013 estão: Bahia, Amazonas, São Paulo, Espírito Santo, Rio de Janeiro e Ceará.

O estado da Bahia, cujo funcionamento do seu sistema de avaliação será aprofundado neste trabalho, incluiu o campo das Ciências Humanas no programa Avalie Ensino Médio a partir do ano de 2008. (BRASIL, 2011)

Diante das experiências que os estados vêm realizando em colocar disciplinas da área de Ciências Humanas, pode-se observar uma preocupação muito maior por parte desses estados em inseri-las no Ensino Médio, devido principalmente ao interesse em obter bons resultados nas avaliações do ENEM, enquanto poucos estados como o Rio de Janeiro, São Paulo e Espírito Santo avaliam séries do Ensino Fundamental.

Outro ponto observado é a alta adesão, dentre os estados que avaliam ou avaliaram Ciências Humanas, das disciplinas de História e Geografia, enquanto Sociologia e Filosofia ainda são pouco avaliadas – presentes somente no estado da Bahia, Amazonas e Ceará – o que demonstra haver ainda uma menor preocupação por parte dos estados em avaliar essas disciplinas.

Por meio das informações presentes nesse quadro, pode-se observar que o panorama geral das Ciências Humanas nas avaliações estaduais compreende alguns aspectos como: a sua recente inserção, sendo realizada a partir da segunda metade da década de 2000 em todos os sistemas; foco no Ensino Médio, visto que todos os sistemas inserem anos desta etapa de ensino em suas avaliações; quanto às disciplinas, as principais avaliadas são Geografia e História, presentes em todos os sistemas de avaliação.

Inserido nesse mesmo panorama, encontra-se o estado da Bahia, com o seu Sistema de Avaliação Baiano da Educação – SABE um dos pioneiros a avaliar as Ciências Humanas, cujo desenho será compreendido a partir das seções posteriores.

O próximo item iniciará a apresentação do sistema de avaliação Bahia, por meio da realização de sua contextualização dentro da trajetória educacional do estado e do país.

1.5. Contextualização do Sistema de Avaliação Baiano da Educação – SABE

Nessa seção, será aprofundado o estudo sobre o processo de implementação do Sistema de Avaliação Baiano da Educação – SABE, evidenciando-se para tal: cenário antecedente no estado referente às avaliações em larga escala; fatores que levaram ao estado demandar por uma avaliação com as características do SABE e as principais características desse sistema de avaliação.

Em relação ao cenário antecedente da avaliação externa no estado, será abordada a primeira experiência a nível estadual, que foi o Programa de Avaliação Externa da do Estado da Bahia, implantado no final década de 1990, com o objetivo de avaliar o desempenho de alunos do Ensino Fundamental.

Posteriormente, serão evidenciadas as principais razões que levaram ao estado da Bahia a desenvolver um sistema de avaliação a priori voltado para a avaliação do Ensino Médio e que incluía campos diversificados do conhecimento, diferentemente da experiência de avaliação anterior, que tinha como objetivo medir o desempenho de alunos de nível fundamental por meio de avaliações nas áreas de Língua Portuguesa e Matemática.

A partir do momento em que as razões para a criação do SABE são evidenciadas, será iniciado o aprofundamento de fato sobre a política alvo do desse estudo, apresentando suas principais características, os fatos considerados de maior importância no processo de implementação desse sistema.

1.5.1 O Sistema de Avaliação Baiano da Educação – SABE

A experiência do estado da Bahia com a avaliação externa inicia-se no final da década de 1990, quando foi implantado, no ano de 1999, o Programa de Avaliação Externa do Estado da Bahia. O projeto conjunto entre a Universidade Federal da Bahia e o Centro de Estudos Interdisciplinares do Setor Público (ISP), teve como objetivo elaborar um diagnóstico sobre o desempenho dos alunos, e permitir aos professores avaliarem o ritmo de ensino.

O programa de avaliação foi aplicado em municípios que faziam parte do convênio Educar Para Vencer, que segundo o Ministério Público da Bahia:

[...] se constitui Programa Estratégico, assumido pelo Governo do Estado, que agrega projetos prioritários para fortalecer a escola com o foco máximo na qualidade do Ensino Fundamental e Médio da rede pública. Para o seu desenvolvimento foram estabelecidas estratégias de gestão, a participação de instituições, destacando-se a Fundação Luis Eduardo Magalhães e as Universidades Estaduais, as Prefeituras Municipais e, principalmente, as equipes gestoras, professores e alunos das escolas públicas do Estado da Bahia. (BAHIA, 2014, p.1)

De acordo com Brooke (2011), a atuação do Programa de Avaliação Externa do Estado da Bahia se dividia em três eixos principais. O primeiro era composto pela aplicação de provas de Língua Portuguesa e Matemática para alunos da 4ª e 8ª séries do Ensino Fundamental, aplicação de questionários contextuais aos alunos de escolas públicas dos municípios conveniados.

O segundo eixo contou com o projeto Avaliação para Aprendizagem, iniciado em 2001, com a aplicação de testes de matemática para alunos da 1ª e 2ª séries do Ensino Fundamental em 130 escolas públicas localizadas em áreas urbanas dos municípios baianos, dando continuidade no ano seguinte, quando foram avaliados alunos de 1ª a 4ª série de 273 municípios.

Já o terceiro foi voltado para a criação de uma agência de avaliação independente, visando prosseguir com o processo avaliativo do desempenho escolar iniciado pela Secretaria de Educação da Bahia.

Apesar da elaboração dos eixos de atuação, o Programa de Avaliação Externa do Estado da Bahia foi interrompido no ano de 2004, devido a problemas relacionados à sua gestão. Apesar de seu término, os resultados obtidos foram divulgados em relatórios, pelos responsáveis pela avaliação e pelos funcionários da Secretaria de Educação do estado.

Após o término desse programa de avaliação, o estado da Bahia voltará a implantar um programa de avaliação externa a partir do ano de 2007, quando começa a elaboração do Sistema de Avaliação Baiano da Educação – SABE.

Segundo afirmou a coordenadora do Avalie Ensino Médio⁹ Fátima Cristina Dantas Medeiros, durante entrevista, o SABE foi criado tendo em vista “a

⁹A coordenadora do Avalie Ensino Médio concedeu as informações por meio de uma entrevista realizada durante a Oficina de Resultados do Avalie Ensino Médio 2013, realizada nos dias 24 e 25 de abril de 2014, na cidade de Salvador.

responsabilidade por parte da Secretaria Estadual de Educação do estado em acompanhar a qualidade da educação no Ensino Médio”. (MEDEIROS, 2014)

Ainda segundo a coordenadora, devido a essa responsabilidade, no ano de 2007 “foi firmado um acordo com o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira – INEP, para a realização de um estudo a partir da Matriz do Enem”. (MEDEIROS, 2014) Esse estudo foi realizado tendo como público os estudantes do Ensino Médio da Bahia, e a partir dele, foram realizadas as modificações no desenho dessa política a partir do ano posterior, em 2008.

Além das mudanças na constituição do Enem, esse estudo promoveu a criação do Sistema de Avaliação Baiano da Educação – SABE, ainda no ano de 2007. O SABE foi criado com o objetivo de avaliar a qualidade do ensino e da aprendizagem dos alunos do estado da Bahia se configurando em uma política pública de avaliação da educação.

Conjuntamente com o monitoramento da qualidade do ensino e da aprendizagem, o SABE tem função de gerar dados importantes para a realização de um diagnóstico sobre a educação oferecida pelas escolas baianas (BAHIA, 2011)

As avaliações do SABE passaram a ser aplicadas a partir de 2008, quando foi implementado o programa Avalie Ensino Médio, voltado para a avaliação do desempenho escolar dos alunos dos anos desse segmento e do Ensino Profissional.

Devido as suas características, o SABE adquiriu a tarefa de subsidiar as diretrizes que norteiam a educação do estado, além de estimular a criação de uma cultura de avaliação da educação pública, o que segundo foi colocado pelo estatístico Marcos Antônio Santos de Pinho, na Revista do Sistema de Avaliação da Rede Estadual de 2012:

[...] permite a ressignificação de processos desenvolvidos no âmbito das instituições e dos sistemas de ensino, oportunizando a vivência de uma prática educativa fundamentada no conhecimento de uma realidade, no diálogo estabelecido entre os sujeitos sobre a realidade apresentada e a tomada de decisão coletiva para a resolução dos problemas identificados. (BAHIA, 2012, p.14).

Para que essa tomada de decisão seja efetivamente coletiva, os princípios estruturantes do Sistema de Avaliação Baiano da Educação pauta-se no conhecimento, no diálogo e na decisão, de modo a estreitar a relação entre o estado e os municípios

“nos processos de mobilização, execução, divulgação e utilização dos resultados ao envolver um número maior de atores (gestores, diretores pedagógicos, professores e estudantes)”. (BAHIA, 2012, p.14)

Essa ressignificação dos processos educacionais busca, sobretudo, auxiliar na melhoria da educação, apresentando papel ativo em atividades como a formação continuada dos professores, o currículo das instituições do estado e na aprendizagem dos estudantes.

Para realizar uma monitoração eficiente do desempenho dos alunos de diferentes etapas da Educação Básica, o SABE, que inicialmente era voltado para a avaliação do Ensino Médio e Profissional, passa a também avaliar o Ensino Fundamental. Para tal, o sistema de avaliação é dividido em dois projetos de avaliação distintos: o Avalie Ensino Médio e o Avalie Alfa.

Quanto ao Avalie Alfa, este programa foi criado no ano de 2011, tendo relação com o Pacto de municípios, pois, conforme afirma a coordenadora do Avalie Ensino Médio: “a implementação do Avalie Alfa foi uma decisão do secretário, quando implantou o pacto com os municípios, para subsidiar a ação pactuada com os municípios que aderiram ao programa”. (MEDEIROS, 2014)

Até 2010, o processo avaliativo e a divulgação dos resultados eram realizados por meio da ação conjunta entre a Secretaria Estadual do Estado e o INEP, porém, a partir do ano seguinte, essas atividades deixam de serem realizadas com participação do INEP, e passam a serem realizadas em uma operação conjunta entre a secretaria do estado e o Centro de Políticas Públicas e Avaliação da Educação – CAEd.

A partir de 2010, o CAEd tornou-se o responsável por atividades como a elaboração de Matrizes de Referência, da avaliação, das Escalas de Proficiência, e, conjuntamente com a Secretaria de Educação do Estado da Bahia, pela divulgação dos resultados obtidos.

Em relação ao processo de divulgação dos resultados, o mesmo é feito principalmente em veículos como o *site* oficial da Secretaria da Educação da Bahia e no *site* oficial do SABE. Nesse último, podem ser encontradas as coleções de revistas referentes às avaliações dos anos de 2011 e 2012, sendo a Revista do Sistema de Avaliação a que conta com maior número de informações sobre os instrumentos de avaliação. Sobre seus objetivos, ela é voltada:

Para divulgar e facilitar o acesso a essas informações relevantes para a gestão do sistema educacional, a Revista do Sistema de Avaliação foi pensada com a intenção de estruturar, de forma objetiva, os dados obtidos pela avaliação, apresentando os resultados de desempenho dos estudantes em sua totalidade e por (DIREC), além do mapeamento das escolas, segundo práticas pedagógicas e outras análises complementares. (BAHIA, 2012, p.11).

O próximo item terá como foco o programa do SABE que conta com a presença das Ciências Humanas, o Avalie Ensino Médio. Nele será explicado como se deu o início desse programa e a sua trajetória desde a sua implementação, no ano de 2008.

1.5.2 Avalie Ensino Médio

No ano de 2008, o SABE passa a desenvolver um projeto de avaliação do Ensino Médio, sendo então criado o programa Avalie Ensino Médio, como o Secretário da Educação do estado da Bahia Osvaldo Barreto Filho, na Revista da Avaliação do Boletim Avalie Ensino Médio, expõe:

O Avalie Ensino Médio tem por finalidade avaliar as escolas da rede estadual, com relação às habilidades e competências desenvolvidas pelos estudantes. O Projeto avalia as quatro áreas de conhecimento: Linguagens, códigos e suas tecnologias, Matemática e suas tecnologias, Ciências da Natureza e suas tecnologias e Ciências Humanas e suas tecnologias e suas tecnologias no Ensino Médio Regular e na Educação Profissional Integrada ao Ensino Médio. Constitui-se em um estudo longitudinal, acompanhando o desempenho acadêmico dos estudantes avaliados nas séries subsequentes do Ensino Médio. (BAHIA, 2011, p.12)

Segundo os dados da Revista da Avaliação do Boletim Avalie Ensino Médio 2011, desde a sua implementação, o programa conta com a participação de gestores, professores e alunos, primeiramente do Ensino Médio Regular, posteriormente, sendo inserida a Educação Profissional integrada ao Ensino Médio.

Por ser um estudo longitudinal, a cada ano é realizada a avaliação de um ano específico do Ensino Médio e da Educação Profissional Integrada ao Ensino médio. O objetivo é efetuar o acompanhamento completo do desempenho de uma amostra de alunos ao longo de uma etapa específica de ensino.

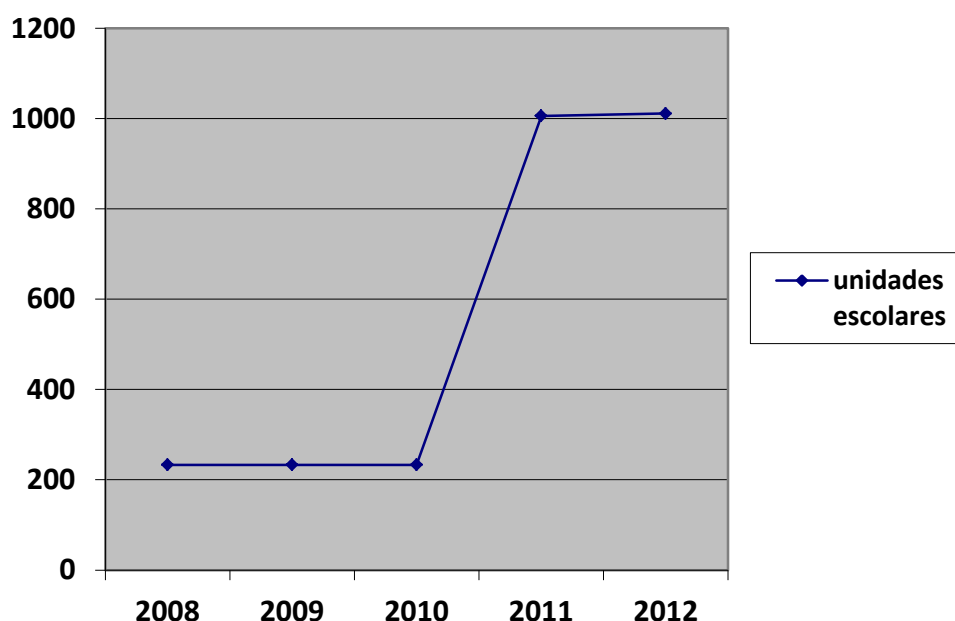
Segundo a Revista do Sistema de Avaliação da Rede Estadual de 2012, no primeiro ano, em 2008, foi avaliado o 1º ano do Ensino Médio. Já em 2009, foi avaliado

o 2º ano; e, em 2010, o 3º ano. De acordo com a gestora do SABE, até o ano de 2011, o Programa avaliava as escolas de forma amostral, e, a partir do referido ano, o Avalie Ensino Médio passou a ser feito de forma censitária, o que elevou o número de escolas avaliadas.

Outro fator que contribui para o aumento do número de escolas avaliadas é a inclusão, também no ano de 2011, da Educação profissional Integrada ao Ensino médio (Epl), sendo avaliado o 2º ano, conjuntamente com o 1º ano do Ensino Médio volta a ser avaliado.

Já em 2012, foram avaliados o 2º ano do Ensino Médio e o 3º ano da Educação profissional Integrada ao Ensino médio (Epl) das escolas estaduais da Bahia. A linha do tempo abaixo mostra como tem sido trajetória de consolidação do Avalie Ensino Médio desde o seu início:

Gráfico 1: Número de unidades escolares avaliadas pelo Avalie Ensino Médio – 2008/2012¹⁰



Fonte: Revista do Sistema de Avaliação da Rede Estadual (2012). Elaborado pela autora.

¹⁰No gráfico não consta os dados referentes a 2013 devido a não liberação deles, até o presente momento, por parte do estado da Bahia.

Como pode ser observado no gráfico nº 1, durante o triênio 2009-2010, o número de escolas avaliadas foram de 233 unidades escolares por ano. Já no ano de 2011 o número de escolas avaliadas foi de 1006 unidades. A partir de 2012, esse número continuou a aumentar quando 1011 escolas foram avaliadas pelo SABE.

O principal fator, como afirmado pela coordenadora Fátima na entrevista, foi a mudança de estruturação do sistema, que até 2010 era feito de forma amostral, e desde então passou a ser censitária.

Outro fator que contribuiu para o aumento do número de escolas avaliadas a partir do ano de 2011 foi a inclusão, dentre os segmentos avaliados pelo sistema, da Educação Profissional Integrada, conjuntamente com o Ensino Médio. Sobre essa inserção a coordenadora do Avalie Ensino Médio afirma:

Com a ampliação do projeto em 2011, a Superintendência da Educação Profissional solicitou a inclusão das escolas para a realização de estudos sobre o desempenho dos estudantes que fazem a opção por essa modalidade de ensino. (MEDEIROS, 2014)

Após conhecer o desenho do SABE, especialmente o Avalie Ensino Médio, no próximo item serão apresentados os elementos que compõe o processo avaliativo no Avalie Ensino Médio.

1.5.3 Componentes do Avalie Ensino Médio

Para a realização de uma avaliação para o aferimento da proficiência de estudantes, é necessária a utilização de ferramentas de medida. As ferramentas de medida que compõem uma avaliação externa educacional são: a Matriz de Referência, os itens, a escala de proficiência e o Padrão de Desempenho. Todas elas são trabalhadas interligadamente para a obtenção da proficiência dos estudantes e fornecer esses resultados para o público em geral.

O processo de medição do desempenho dos alunos no Avalie Ensino Médio na área de Ciências Humanas é composto por essas ferramentas, e por essa razão, elas serão conhecidas ao longo desse trabalho, pois permitirão uma compreensão mais clara dos resultados obtidos nessa área.

No processo avaliativo, um fator de fundamental importância é a definição do conteúdo que se busca avaliar, e para isso, são elaboradas as Matrizes de Referência. A Matriz de Referência consiste num recorte do currículo, com habilidades definidas para serem avaliadas. São baseadas assim, como os currículos, nos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN) para o Ensino Fundamental e para o Ensino Médio, publicados, respectivamente, em 1997 e em 2000, para garantir que todos, independente de onde venham ou quais condições tenham, acessem os conhecimentos necessários para uma formação escolar de qualidade.

No caso do Avalie Ensino Médio, durante os primeiros anos de implementação, 2008 e 2009, os itens dos testes utilizados na avaliação foram elaborados com base na Matriz Enem. A partir de 2010, foram confeccionadas as Matrizes de Referência direcionadas para o Avalie Ensino Médio. (Boletim Avalie Ensino Médio, 2008)

As Matrizes de Referência utilizadas no sistema de avaliação da Bahia partir de 2010 foram elaboradas por um conjunto de especialistas na área de Ciências Humanas, recrutados pelo Centro de Políticas Públicas e Avaliação da Educação – CAEd para a função e validadas por professores do estado.

Como resultado desse movimento, foi proposta a elaboração da Matriz de Referência de Ciências Humanas para o Avalie Ensino Médio, a partir da qual são elaborados os itens que comporão a avaliação do Ensino Médio do estado da Bahia. Segundo o Portal Avaliação do CAEd, a Matriz de referência pode ser considerada como:

[...] o objeto dos testes. São formadas por um conjunto de habilidades (descritores) mínimas esperadas dos estudantes, em seus diversos níveis de complexidade, em cada área de conhecimento e etapa de escolaridade. Cada matriz de referência é estruturada em Domínios e seus respectivos descritores, que indicam as habilidades das disciplinas a serem avaliadas. (BRASIL, 2011, p.19)

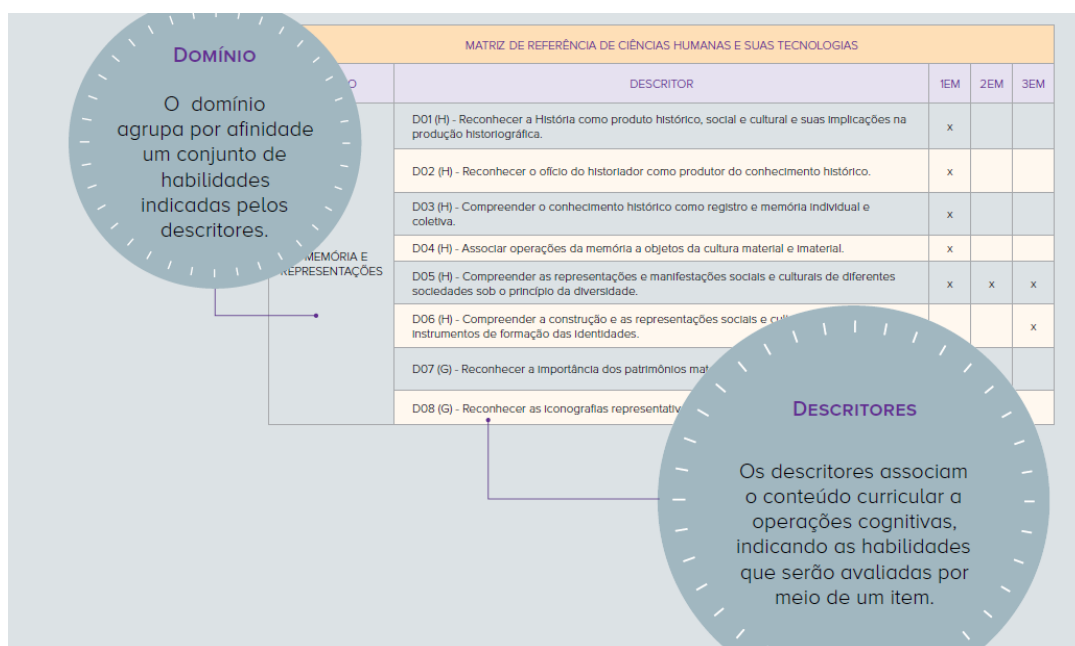
No campo das Ciências Humanas, a Matriz de Referência tem como objetivo a avaliação de diferentes habilidades que contribuam para a compreensão dos processos que envolvem as relações sociais, políticas, econômicas e culturais dentro de um contexto histórico-geográfico. (Boletim Avalie Ensino Médio – Revista da Avaliação, 2011, p.38)

As matrizes de Referência, para uma melhor elaboração dos itens é dividida por partes específicas, sendo elas: o domínio e o descritor. Segundo a revista do sistema de avaliação do Avalie Ensino Médio de 2012, o domínio é uma subdivisão entre conteúdo, competências áreas e habilidades. No caso da Matriz de Ciências Humanas e suas tecnologias do SABE, estão presentes domínios que representam as seguintes áreas:

Formas de conhecer e suas apropriações; Sujeitos, identidades e alteridade; Relações e formas de poder; Instituições e ordem social; Espacialidades, temporalidades e suas dinâmicas; Natureza, ambiente e cultura; Trabalho, economia e sociedade; Ética, cidadania e direito. Esses domínios se relacionam com os componentes curriculares e, a partir deles, são elaborados um conjunto de descritores que expressam as habilidades esperadas dos estudantes em História, Geografia, Filosofia e Sociologia para o período de escolarização em que se encontram. (BAHIA, 2011, p.21)

Já os descritores, se configuram na associação dos conteúdos curriculares e as operações mentais desenvolvidas pelo estudante. É a partir dele que são elaborados os itens que compõem a avaliação. A seguir, uma demonstração da Matriz de Referência de Ciências Humanas, delimitando seus domínios e descritores:

Figura 2: Fragmento da Matriz de Referência com domínios e descritores delimitados



Fonte: Revista Pedagógica – Ciências Humanas – 2ª série do Ensino Médio e 3ª série da Educação Profissional Integrada ao Ensino Médio.

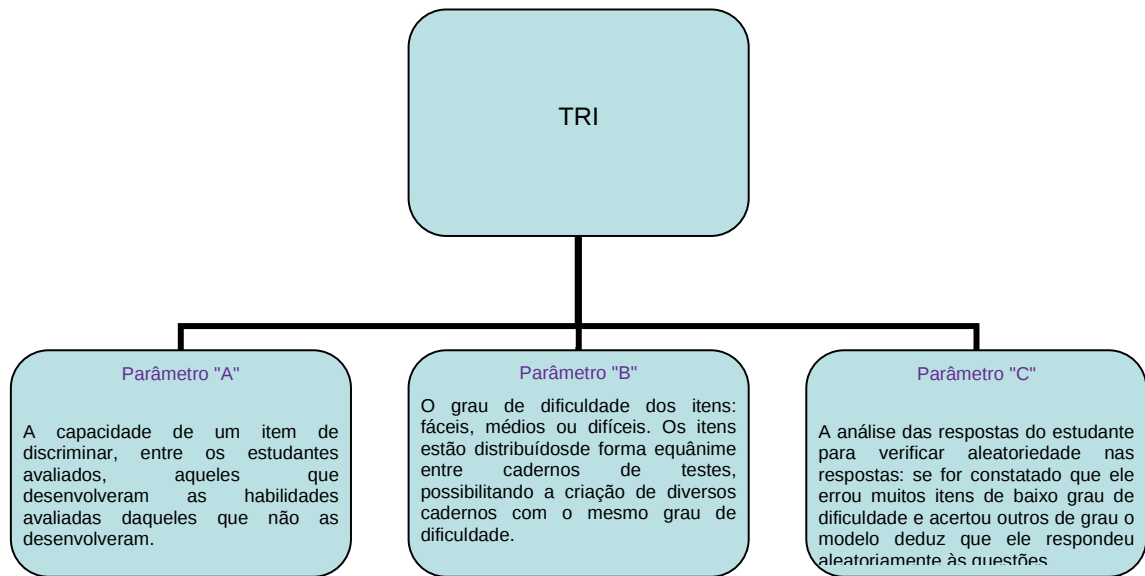
Os itens que compõem a avaliação da proficiência dos alunos são elaborados com base nas habilidades ou domínios solicitados em cada descritor, de acordo com as áreas de conhecimento. Para a realização do cálculo de acerto desses itens, é utilizada uma teoria de medida.

Nos Itens do Avalie Ensino Médio aplica-se a Teoria de Resposta de ao Item para calcular a margem de acerto dos estudantes. De acordo com a Revista Pedagógica – Ciências Humanas – 2ª série do Ensino Médio e 3ª série da Educação Profissional Integrada ao Ensino Médio:

A Teoria de Resposta ao Item (TRI) é, em termos gerais, uma forma de analisar e avaliar os resultados obtidos pelos estudantes nos testes, levando em consideração as habilidades demonstradas e os graus de dificuldade dos itens, permitindo a comparação entre testes realizados em diferentes anos. Ao realizarem os testes, os estudantes obtêm um determinado nível de desempenho nas habilidades testadas. Esse nível de desempenho denomina-se PROFICIÊNCIA. (BAHIA, 2012, p.27)

Com isso, pode-se compreender que a TRI é um modelo de cálculo de proficiência obtida por meio das avaliações. Em relação à sua constituição, ela é um modelo estatístico que determina um valor diferente para cada item do teste, sendo eles avaliados por três parâmetros fundamentais:

Organograma 1: Parâmetros da TRI



Fonte: Revista Pedagógica – Ciências Humanas – 2ª série do Ensino Médio e 3º série da Educação Profissional Integrada ao Ensino Médio. Organograma elaborado pela autora.

Com base nesses parâmetros, a TRI consegue determinar um grau de dificuldade e discriminação para cada item, além de possibilitar a identificação de quem respondeu aleatoriamente ao item bem como aqueles que possuem de fato a habilidade em questão.

Outra característica vantajosa do modelo da TRI, é a possibilidade de, a partir da determinação de um grau de dificuldade para cada item, poder gerar um equilíbrio entre os níveis de dificuldade dos testes. “Esse balanceamento permite a comparação dos resultados dos estudantes ao longo do tempo e entre diferentes escolas”. (BAHIA, 2012, p.27)

Para tornar esse processo de comparação mais eficiente, esses resultados obtidos pelos estudantes são alocados em uma progressão numérica contínua, denominada Escala de Proficiência.

Nas avaliações externas, os resultados obtidos são expressos por meio das escalas de proficiência, que demonstram por meio de números o desempenho dos alunos em uma determinada habilidade ou domínio. De acordo com a Revista Pedagógica – Ciências Humanas – 2ª série do Ensino Médio e 3º série da Educação Profissional Integrada ao Ensino Médio consistem em:

[...] uma forma de apresentar resultados com base em uma espécie de “régua” construída com critérios próprios. Em uma Escala de Proficiência, os resultados da avaliação são apresentados em níveis, de

modo a conter, em uma mesma “régua”, a distribuição dos resultados do desempenho dos estudantes no período de escolaridade avaliado, revelando, assim, o desempenho na avaliação. A média de proficiência obtida deve ser alocada na descrição dos intervalos da Escala de Proficiência no ponto correspondente, permitindo a realização de um diagnóstico pedagógico bastante útil. (BAHIA, 2012, p.29)

Por meio da escala de proficiência é possível obter o rendimento dos alunos do Ensino Médio e Profissional na Área de Ciências Humanas. Esse rendimento é disponibilizado pela Secretaria de Educação do Estado da Bahia e pelo CAEd para as escolas, gestores, alunos e público em geral, por meio das publicações que compõem o Boletim Avalie Ensino Médio, como a Revista da Avaliação e a Revista Pedagógica, publicadas anualmente pela Secretaria de Educação. A partir dos resultados obtidos na avaliação, foi elaborada uma Escala de Proficiência específica da área. Segundo a Revista Pedagógica Avalie Ensino Médio (2011), as Escalas permitem alocar os resultados na forma de um continuum, onde o estudante que alcança um resultado mais alto indica que o aluno possui as habilidades presentes nos níveis anteriores.

Essa interpretação tem o objetivo de auxiliar as equipes escolares na tarefa de “analisar e refletir sobre os resultados de seus alunos, bem como planejar intervenções pedagógicas orientadas para a melhoria da qualidade do ensino e da aprendizagem”. (UBRIACO, 2012, p.4) A partir dos números apresentados na Escala de Proficiência, são definidas as metas educacionais a serem alcançadas pela educação do estado, que são denominadas Padrões de Desempenho.

Os Padrões de Desempenho são concebidos por meio das proficiências obtidas no processo de avaliação. Esses padrões são divididos de acordo com as diretrizes adotadas pelo estado ou município.

De acordo com o site institucional do CAEd, os Padrões de Desempenho tem como principal objetivo “facilitar a interpretação pedagógica das habilidades desenvolvidas pelos estudantes, pois apresenta a descrição das habilidades distintivas de cada um de seus intervalos” (PORTAL DA AVALIAÇÃO/ CAEd –UFJF, 2013, p.1)

No caso do Avalie Ensino Médio, os Padrões de Desempenho foram definidos a partir dos níveis da Escala de Proficiência, sendo obtidos quatro Padrões de Desempenho: Muito Crítico, Crítico, Básico e Avançado; conforme pode ser compreendido através do quadro abaixo:

Quadro 2: Padrões de Desempenho do SABE e seus Significados

Padrões de Desempenho			
Muito crítico	Crítico	Básico	Avançado
Neste Padrão de Desempenho, o estudante demonstra carência de aprendizagem do que é previsto para a sua etapa de escolaridade. Ele fica abaixo do esperado, na maioria das vezes, tanto no que diz respeito à compreensão do que é abordado, quanto na execução de tarefas e avaliações. Por isso, é necessária uma intervenção focada para que possa progredir em seu processo de aprendizagem.	O estudante que se encontra neste padrão de desempenho demonstra ter aprendido o mínimo do que é proposto para o seu ano escolar. Neste nível ele já iniciou um processo de sistematização e domínio das habilidades consideradas básicas e essenciais ao período de escolarização em que se encontra.	Neste padrão de desempenho, o estudante demonstra ter adquirido um conhecimento apropriado e substancial ao que é previsto para a sua etapa de escolaridade. Neste nível ele domina um maior leque de habilidades, tanto no que diz respeito à quantidade, quanto à complexidade, as quais exigem um refinamento dos processos cognitivos nelas envolvidos.	O estudante que atingiu este padrão de desempenho revela ter desenvolvido habilidades mais sofisticadas e demonstra ter um aprendizado superior ao que é previsto para o seu ano escolar. O desempenho desse estudante nas tarefas e avaliações propostas supera o esperado e, ao ser estimulado, pode ir além das expectativas traçadas.

Fonte: Revista do Sistema de Avaliação da Rede Estadual (2012). Elaborado pela autora.

À medida que os desempenhos dos alunos são alocados dentro dos Padrões de Desempenho que lhes são característicos, é preciso que as ações pedagógicas sejam planejadas de acordo com o desenvolvimento das habilidades dos alunos, tanto os que estão alocados em padrões mais baixos – de modo a garantir a aquisição das habilidades necessárias para a etapa de ensino em que se encontram - quanto os que estão nos padrões mais avançados, que também necessitam de estímulos para a manutenção dos bons resultados.

CAPÍTULO 2 – ANÁLISE DA PRESENÇA DAS CIÊNCIAS HUMANAS NAS AVALIAÇÕES EXTERNAS: O CASO DO SABE

O capítulo 2 objetiva analisar o processo de desvalorização, e posteriormente, revalorização das Ciências Humanas nos currículos de Ensino Médio, além de melhor compreender como esse processo influenciou na presença das Ciências Humanas nas avaliações externas realizadas no país.

A análise desse processo terá como foco Sistema de Avaliação Baiano da Educação (SABE), mais precisamente o Avalie Ensino Médio. Essa análise terá como base os seguintes autores: Abrantes (2012), Barbosa *et al*, (s/d), Brooke (2012), Dallabrida *et al* (2013), Lucena (s/d), Schultz (2012), Silva (1997), Ventura (2007), documentos elaborados pelo Ministério Nacional da Educação, pela Secretaria de Educação do Estado da Bahia, bem como a análise do questionário aplicado a um grupo de professores.

A priori, ele será dividido em três seções principais: A posição das Ciências Humanas na educação brasileira a partir da segunda metade do século XX; Os resultados do SABE na área de Ciências Humanas no triênio 2011-2013; e a importância da realização de avaliações externas na área de Ciências Humanas.

Com o intuito de compreender como o processo de pesquisa para a construção desse caso de gestão foi realizado, o próximo item apresentará as ferramentas metodológicas utilizadas.

2.1 Ferramentas metodológicas

Este capítulo inicia-se com uma breve apresentação sobre as ferramentas metodológicas que são empregadas para a construção desse estudo de caso. Inicialmente, é de suma importância a conceituação do que se trata um estudo de caso, técnica metodológica utilizada nesse trabalho. De acordo com Ventura (2007):

O estudo de caso como modalidade de pesquisa é entendido como uma metodologia ou como a escolha de um objeto de estudo definido pelo interesse em casos individuais. Visa à investigação de um caso específico, bem delimitado, contextualizado em tempo e lugar para que se possa realizar uma busca circunstanciada de informações. (p.384)

Num caso como este, as ferramentas metodológicas exercem um papel fundamental para que sejam formuladas as respostas para as demandas levantadas pelo processo de sua construção. Para lidar com as informações apresentadas nesse estudo, foram utilizadas metodologias de pesquisa de natureza qualitativa e quantitativa.

A abordagem qualitativa busca analisar características mais profundas e subjetivas do objeto de estudo, sem priorizar estatísticas e medidas numéricas, voltada para a compreensão e interpretação de características do objeto de estudo. Já a abordagem quantitativa utiliza as medidas numéricas para comprovar hipóteses e constructos científicos, priorizando o tratamento desses dados para obter as informações necessárias. (DIAS, s/d, p.1)

Para realizar essas discussões, são realizadas análises documentais, leituras bibliográficas e entrevistas. As entrevistas foram realizadas com o gestor do SABE, para complementarem informações referentes ao programa; para obter informações sobre a influência das Ciências Humanas no programa e com o responsável pela elaboração e divulgação dos resultados do CAEd.

Essa discussão contará como base teórico-metodológica a análise documental e bibliográfica sobre o tema, os resultados dos questionários aplicados aos professores participantes da Oficina de Resultados do Avalie Ensino Médio 2013, as falas das entrevistas com a gestora do SABE e com estudiosos ligados à área de avaliação externa.

No próximo item, a discussão inicial será direcionada ao processo de desvalorização e posterior revalorização das disciplinas de Ciências Humanas nos currículos escolares nacionais de Ensino Médio, e como ele influenciou na presença da área nas avaliações externas realizadas no Brasil.

2.2 A diminuição da participação das Ciências Humanas na Educação Brasileira a partir da segunda metade do século XX

No primeiro capítulo, item 1, essa questão já começa a ser delineada, ao abordar como as Ciências Humanas historicamente vêm sendo tratadas na educação ao longo do tempo.

No capítulo 2, o objetivo é aprofundar essa temática, de modo a buscar hipóteses que explicam o quadro da presença das Ciências Humanas na educação e nas avaliações educacionais apresentado no capítulo anterior. Para a realização desse movimento, serão abordados os fatores econômicos e sociais, especialmente a partir da década de 1950 do século passado, que podem ter contribuído para o processo de desvalorização da contribuição das Ciências Humanas para a educação, e que ainda reflete nas políticas educacionais realizadas atualmente.

Dentre os fatores a serem abordados está o surgimento da Teoria do Capital Humano e sua influência nas práticas educacionais. Essa teoria concebe a educação como ferramenta de produção de tecnologia para o desenvolvimento econômico das nações, privilegiando as disciplinas que fundamentam essas tecnologias, como as que compõem as Ciências Exatas. Para compreender a influência da Teoria do Capital Humano na educação brasileira, será explanado como esta esteve presente nas práticas educacionais do país e suas implicações.

Posteriormente, será abordado o processo de revalorização das Ciências Humanas, especialmente a partir da década de 1990, quando os seus conhecimentos passam a ser considerados importantes para a formação de indivíduos conscientes de seu papel na sociedade e que sejam promotores do desenvolvimento da nação da qual fazem parte.

Também será compreendido como se deu a trajetória das Ciências Humanas nas avaliações realizadas no país, demonstrando como a diminuição de sua importância na educação a partir da década de 1960 influenciou no processo avaliativo externo.

Como ponto inicial dessa reflexão, o item a seguir trará a definição e o contexto do surgimento da Teoria do Capital Humano, bem como a sua influência nas práticas educacionais de diversos países ao longo das décadas de 1950/60.

2.2.1 A Teoria do capital humano: educação como produtora de tecnologia

Para compreender o processo de desvalorização das Ciências Humanas na educação brasileira e seus possíveis geradores, é preciso ter conhecimento sobre a

teoria econômica e social vigente principalmente a partir da segunda metade do século XX: a Teoria do Capital Humano.

A Teoria do Capital Humano foi formulada a partir dos desdobramentos da Segunda Guerra Mundial, baseada em conceitos do Liberalismo. O principal autor dessa Teoria foi o economista Theodore Schultz. Segundo Lucena (s/d):

A construção sistemática dessa teoria ocorreu no grupo de estudos do desenvolvimento coordenados por Theodoro Schultz nos EUA que visava descobrir o “germe” que se explica, para além dos fatores usuais tais como A (nível de tecnologia), K (insumos de capital) e L (insumo de mão de obra). Schultz notabiliza-se com a descoberta do fator H, a partir da qual elabora a Teoria do Capital Humano, que lhe valeu o Prêmio Nobel de Economia em 1978. (p.449)

O fator H proposto por Schultz configura-se no investimento na formação escolar dos indivíduos como fomentador para o crescimento econômico e social dos países, sobretudo os subdesenvolvidos.

Esse investimento foi concebido com base em alguns fatos que ocorriam no período, como a competição entre os países hegemônicos, sobretudo entre os EUA e a URSS, além do interesse por parte dos países em desenvolvimento em alcançarem os níveis de desenvolvimento econômico dos países desenvolvidos. Esse interesse levou os países em desenvolvimento a investirem em educação.

De acordo com Schultz (2012), a expansão dos sistemas educacionais e a elevação do nível educacional da população acarretam mais ganhos do que o investimento em bens físicos, e por isso, devem ser encarados como bens de capital a serem investidos pelos governos, pois será essa força de trabalho que promoverá o desenvolvimento econômico. Nas palavras de Schultz in BROOKE (2012):

Os trabalhadores se tornaram capitalistas, não porque todos compraram ações na bolsa, como se poderia pensar folcloricamente, mas sim porque passaram a adquirir conhecimentos e habilidades que têm valor econômico. Esses conhecimentos e habilidades são, em grande parte, produto de investimentos e, combinados com outros investimentos humanos, contam predominantemente para a superioridade produtiva dos países tecnologicamente avançados. (p.70)

Para que a Teoria do Capital Humano alcançasse seu objetivo, foi instituída uma nova visão de educação, voltada para a profissionalização dos estudantes. Uma das características dessa nova educação foi a elaboração de currículos voltados para o

mundo do trabalho, em que são priorizadas as habilidades voltadas para a inserção dos indivíduos no mercado. Essa teoria foi amplamente difundida para os países subdesenvolvidos e em desenvolvimento pelas agências de desenvolvimento e bancos multilaterais, como a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), a Agência dos Estados Unidos para o Desenvolvimento Internacional (USAID); grandes fundações, como a Ford e a Rockefeller; além do Banco Mundial - que promoveram uma nova forma de planejamento e execução das práticas educacionais, por meio do financiamento de centros de pesquisa e centros de graduação que contribuíssem para a sedimentação da relação entre educação, produtividade e desenvolvimento econômico. (BROOKE, 2012)

Essas instituições contribuíram, conjuntamente com os governos capitalistas – especialmente o americano - para a elaboração de concepções educacionais e materiais didáticos voltados para a produção de tecnologias que desenvolvessem o campo industrial. Por priorizar a produção de tecnologia, as áreas do conhecimento que recebiam esse investimento eram basicamente as da área de Exatas, Naturais e Engenharia.

Dentre as iniciativas está: o *Physical Sciences Study Committee* (PSSC), voltado para o ensino de Ciências Físicas; o *Biological Sciences Curriculum Study* (BSCS), o *Chemical Bond Approach* (CBA), voltado para o ensino de Química; o *School Mathematics Study Group* (MSG) voltado para a disciplina de Matemática; todos com foco no Ensino Médio. Essas iniciativas foram importadas por diversos países da América Latina, inclusive pelo Brasil.

Ainda segundo Brooke (2012), no caso específico dos países da América Latina, a Teoria do Capital Humano ganhou força durante a década de 1960, período em que a transformação na educação estava voltada para a criação de empregos técnicos. O fato implicou na concepção de um Ensino Médio que promovesse essa formação.

Dentro do contexto de transformação nas concepções educativas, o Brasil foi um dos países que aplicou a Teoria do Capital Humano em sua educação. Essa aplicação incidiu diretamente no posicionamento das Ciências Humanas dentro da Educação Básica do país, conforme será melhor compreendido no próximo item.

2.2.2 A Influência da teoria do capital humano na educação brasileira

No Brasil, uma concepção educacional voltada para a formação profissional tem representatividade desde a segunda metade da década de 1950, quando foi lançado o Manifesto dos Educadores Democratas em 1959. (BROOKE, 2012)

O Manifesto foi elaborado com o objetivo de promover uma transformação estrutural na concepção de educação, para que ela contribuísse com o desenvolvimento técnico e científico, demandas da revolução industrial pela qual o Brasil passava. Para tal, era necessário investimento no trabalho produtivo dos indivíduos, sendo a escola um dos vetores nesse processo. Esta concepção fica evidente no trecho do Manifesto a seguir:

Os povos vêm demonstrando que “o seu poder e sua riqueza dependem cada vez mais de sua preparação para alcançá-los”. Não há um que desconheça e não proclame a importância e a eficácia do papel da educação, restaurada em bases novas, na revisão de valores e de mentalidade, na criação de novos estilos de vida, como na participação do próprio progresso material. (BROOKE, 2012)

Ainda segundo Brooke (2012), na década seguinte, 1960, foram realizadas várias ações no campo educacional brasileiro com a intenção de inserir nas práticas educacionais a concepção do Capital Humano. A primeira delas foi a promulgação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBN nº 4024/1961). A Lei tinha como uma de suas principais características a descentralização da elaboração dos currículos, o que deu maior liberdade para as escolas privilegiarem as Ciências da Natureza, ciência essa que forneciam informações para o desenvolvimento tecnológico.

A autonomia das escolas na elaboração dos currículos possibilitou a circulação de materiais didáticos produzidos nos EUA no período, voltados para disciplinas como Física e Biologia, como os projetos PSSC e o BSCS. Esses materiais visavam transformar o ensino das duas disciplinas.

As influências da Teoria do Capital Humano se tornam mais enfáticas a partir da emergência da Ditadura Militar em 1964, período em que o governo apresentou maior ambição pelo desenvolvimento econômico do país. Nesse contexto, acreditava-se que a função primordial da escola era a formação de trabalhadores que impulsionariam esse crescimento. Sobre a aplicação dessa Teoria no período militar Lucena (s/d) expõe:

No Brasil, esta teoria é rapidamente alçada ao plano das teorias do desenvolvimento e da equalização social no contexto do milagre econômico. A Teoria do Capital Humano, que inspirou a concepção e a formulação das políticas educacionais pós-1964, teve seu instrumental originalmente desenvolvido para avaliar a rentabilidade dos gastos empresariais em treinamento profissional. (p. 949)

Durante o governo militar, sobretudo no período entre 1968 e 1975, as concepções baseadas nessa teoria passam a exercer forte influência na educação brasileira, sendo considerado por alguns teóricos como a solução para a promoção do desenvolvimento e redução das desigualdades, pois impulsionava a equalização do acesso à escola. O professor Mário Henrique Simonsen, foi um dos que acreditavam que as desigualdades sociais seriam solucionadas pelo acesso da população à escola, tendo criado o Sistema MOBRAL com base nessa concepção. (LUCENA, s/d)

O economicismo vigente na administração militar, que tinha como intuito o ajuste da educação aos interesses capitalistas e de alinhamento ao grande capital, promoveu a criação de uma nova Lei de Diretrizes e Bases para Educação Nacional (Lei nº 5692/71), que apresenta como principal proposta a profissionalização do Ensino Médio.

A partir daí, o currículo passa a ser dividido entre educação geral e a formação especial. A formação especial consistia na educação profissional, e tinha a função de fornecer habilitações relacionadas às áreas econômicas: primária (agricultura), secundária (indústria) e terciária (serviços), além de incluir como disciplinas obrigatórias: Educação Física, Educação Moral e Cívica, Educação Artística, Programa de Saúde e Religião (facultativa ao aluno). (SILVA, 1997)

Essa nova concepção educacional acarreta impactos sobre a forma como são abordadas as diferentes áreas do conhecimento nos currículos nacionais, especialmente no Ensino Médio. No item a seguir, será compreendido como os preceitos defendidos pela Teoria do Capital Humano incidiram sobre a forma como as Ciências Humanas são concebidas na educação brasileira.

2.2.3 A desvalorização das Ciências Humanas no Brasil

Como já mostrado no item anterior, a elaboração de propostas educacionais no Brasil pautadas nos preceitos da Teoria do Capital Humano, a partir da década de

1960, incentiva a valorização de conhecimentos que sejam diretamente responsáveis pela formação de mão de obra qualificada, com objetivo de promover o crescimento econômico do país.

Com isso, observa-se a ampliação do espaço dentro da educação, especialmente na grade curricular, para disciplinas que contribuem para a criação de tecnologias - como é o caso das Ciências Exatas e da Natureza – e a diminuição do espaço das Ciências Humanas.

Nesse sentido, Abrantes (2012) afirma que: “[...] com a nova LDB, Lei nº 4024, de 21 de dezembro de 1961, ampliou-se bastante a participação das ciências (física, química e biologia) no currículo escolar, que passaram a figurar desde o 1º ano do curso ginásial”. (ABRANTES in BROOKE, 2012, p. 18). Esse aumento, na etapa do Ensino Médio, foi possibilitado pelo artigo 35º da LDB, cujo conteúdo apontava que:

Art. 35. Em cada ciclo haverá disciplinas e práticas educativas, obrigatórias e optativas.

§ 1º Ao Conselho Federal de Educação compete indicar, para todos os sistemas de ensino médio, até cinco disciplinas obrigatórias, cabendo aos conselhos estaduais de educação completar o seu número e relacionar as de caráter optativo que podem ser adotadas pelos estabelecimentos de ensino.

§ 2º O Conselho Federal e os conselhos estaduais, ao relacionarem as disciplinas obrigatórias, na forma do parágrafo anterior, definirão a amplitude e o desenvolvimento dos seus programas em cada ciclo. (BRASIL, 1961, p.7)

Com a possibilidade fornecida pela LDB de 1961 dos estabelecimentos de ensino poder inserir disciplinas optativas de acordo com os seus interesses, e os estados definirem a forma como serão desenvolvidas as disciplinas em seus programas, propiciou a maior a presença das Ciências da Natureza e Exatas no currículo escolar. Em contrapartida, essas proposições contribuíram para a marginalização do conteúdo de humanidades no currículo, gerando uma crescente desvalorização da área no período. (DALLABRIDA *et al*, 2013)

No entanto, foi a partir da chegada dos militares ao poder, no golpe de 1964, que foram observadas as maiores transformações nas concepções educacionais em prol do desenvolvimento econômico. De acordo com Barbosa *et al* (s/d), foi nesse período que

as discussões sobre a manutenção da História e Geografia ou a sua substituição pelos Estudos Sociais se tornaram mais pungentes.

Essas transformações atingiram diretamente o ensino das Ciências Humanas no país. Dentre as principais mudanças na área estão: a retirada de História e Geografia como disciplinas independentes no 1º grau obrigatório - com a sua substituição pelas disciplinas de Estudos Sociais e de EMC (Educação Moral e Cívica) - além da diminuição da presença de seus conteúdos no 2º grau, especialmente com a adoção do ensino profissionalizante. (BRASIL, 1999)

No caso específico do 2º grau, as mudanças consistiram na inserção da disciplina OSPB (Organização Social e Política Brasileira) conjuntamente com o ensino de História e Geografia, além da retirada de Filosofia, Sociologia e Psicologia, com o intuito de adequar o ensino da área aos interesses do governo no período, conforme atesta Barbosa *et al*, (s/d):

No Ensino de 2º Grau, incluiu-se Organização Social e Política. Cumpre registrar que as duas disciplinas incluídas na formação básica visavam esvaziar o caráter crítico-reflexivo da área de Ciências Humanas e impor a adaptação e a conformação dos estudantes à ordem vigente. Além disso, a prioridade dada à formação técnico-profissionalizante levou à completa exclusão das disciplinas Filosofia, Psicologia e Sociologia da grade curricular. (p.247)

Como foi ressaltado, esse esvaziamento crítico-reflexivo da área de Ciências Humanas está ligado a uma concepção de que os indivíduos não deveriam refletir criticamente a realidade vivida então, pois, além de não ser interessante para o governo, também não contribuía para o tipo de desenvolvimento defendido pelo governo autoritário. Nesse caso, o tipo de desenvolvimento defendido era pautado principalmente nas tecnologias produzidas pelas Ciências Naturais, no qual o conhecimento produzido pelas Ciências Humanas até então não se encaixava.

Nesse mesmo período, ainda havia outra mudança na área da educação em curso: a Reforma Universitária de 1968. De acordo com Brooke (2012), essa Reforma tinha o intuito de diminuir a entrada de alunos do Ensino Médio para as universidades, que já estavam saturadas, de alunos da área de Ciências Humanas, que não apresentavam uma formação que permitisse o reembolso dos investimentos realizados por parte do governo, além de incutirem ideais políticos-ideológicos contrários aos de seus interesses.

Brooke (2012) salienta também que, foram adotadas medidas que promovessem a diminuição do estigma relacionado aos trabalhos manuais e o interesse em profissões a nível de Ensino Médio, intensificadas por meio da implantação de um ensino profissionalizante voltado para o cumprimento das metas voltadas para o desenvolvimento econômico.

As medidas adotadas buscavam valorizar preceitos como produtividade e eficiência, além de contribuir com a doutrinação ideológica, especialmente pela presença de disciplinas como Educação Moral e Cívica.

Esse quadro permaneceu até a década de 1980, quando o processo de redemocratização política também promoveu transformações na forma de conceber a educação no país, dentre elas, a revalorização das Ciências Humanas como área de conhecimento integrante do Ensino Médio, especialmente pelos documentos oficiais do Ministério da Educação elaborados nas décadas posteriores, conforme será explicitado no próximo item.

2.3 A revalorização das Ciências Humanas - A união da produção de cidadania e tecnologia

A partir do processo de redemocratização experimentado pelo Brasil a partir dos anos 1980, a educação escolar passa por uma fase de redefinição de seu conteúdo, tendo como um dos pilares principais a reformulação dos currículos, especialmente a partir de 1982, quando são retomadas as eleições para governadores estaduais e prefeitos. (BROOKE, 2012)

Outro fato importante para a educação brasileira ocorrida no ano de 1982 é a eliminação da obrigatoriedade do treinamento para o trabalho, base propositiva dos cursos de segundo grau profissionalizantes ou de cursos voltados ao trabalho. (BROOKE, 2012)

No entanto, é a partir da promulgação da Constituição Federal de 1988, que se observam as maiores modificações na concepção educacional até então vigente, por meio de determinações como o acesso à educação como um direito social de todos os segmentos da sociedade, e a garantia de que esse acesso ocorra de forma igualitária. No caso do Ensino Médio, o artigo 208º determina que:

Art. 208. O dever do Estado com a educação será efetivado mediante a garantia de:

I - educação básica obrigatória e gratuita dos 4 (quatro) aos 17 (dezessete) anos de idade, assegurada inclusive sua oferta gratuita para todos os que a ela não tiveram acesso na idade própria;

II - progressiva universalização do ensino médio gratuito; (BRASIL, 1988, p.1)

Cabe ressaltar que, primeiramente, a Constituição Federal de 1988 determinava o oferecimento de educação básica obrigatória dos 7 aos 14 anos, sendo posteriormente modificada para enquadrar desde 4 aos 17 anos.¹¹ A Constituição também estabeleceu como obrigação do Estado garantir o acesso à educação gratuita também para os indivíduos que cursam a etapa do Ensino Médio, além de ter a obrigação de fornecer essa etapa de ensino a toda população.

Em complemento aos pressupostos da Constituição de 1988, a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 – que determinam as Diretrizes e Bases e os Parâmetros Curriculares Nacionais – promulgados em suas primeiras versões no ano de 1996 e 1997, respectivamente, aprofundam a determinação dos conteúdos que necessitam serem trabalhados no Ensino Médio.

A LDB de 1996 traz no conteúdo do seu artigo 36, proposições sobre os temas que deverão estar presentes nos currículos do Ensino Médio, o que inclui pressupostos pertencentes às disciplinas da área de Ciências Humanas:

Art. 36. O currículo do ensino médio observará o disposto na Seção I deste Capítulo e as seguintes diretrizes:

I - destacará a educação tecnológica básica, a compreensão do significado da ciência, das letras e das artes; o processo histórico de transformação da sociedade e da cultura; a língua portuguesa como instrumento de comunicação, acesso ao conhecimento e exercício da cidadania; [...]

IV – serão incluídas a Filosofia e a Sociologia como disciplinas obrigatórias em todas as séries do ensino médio. (Incluído pela Lei nº 11.684, de 2008) (BRASIL, 1996, p.1)

Em seu conteúdo, a LDB afirma que o currículo do Ensino Médio deverá fornecer meios para que os alunos compreendam o significado da ciência e o processo

¹¹Em 2009, com a Emenda Constitucional nº 59, a Educação Básica passou a compreender a faixa dos 4 aos 17 anos.

histórico de transformação da sociedade e da cultura. Para a aquisição dessas habilidades, faz-se fundamental a presença das disciplinas das Ciências Humanas, evidenciado pelo retorno das disciplinas de Filosofia e Sociologia como parte obrigatória do currículo, a partir de 2008.

Concomitantemente com a LDB de 1996, os Parâmetros Curriculares Nacionais – Ensino Médio, lançado em 1999, também estabelecem quais temas devem estar presentes nesta etapa de ensino, dividindo-os nas áreas de conhecimento:

- Linguagens, Códigos e suas tecnologias.
- Ciências da Natureza, Matemática e suas tecnologias.
- Ciências Humanas e suas tecnologias.

De acordo com o PCN (1999), essa abordagem das áreas de conhecimento e seus conteúdos têm como objetivo a construção de instrumentos que possibilitam a compreensão e atuação por parte do estudante na realidade em que vive.

Essa forma de lidar com o conteúdo das Ciências Humanas no Ensino Médio resgata a sua importância para a formação dos estudantes, além de fornecer uma posição relevante dessa área dentro do processo de produção tecnológica, preconizada pela Teoria do Capital Humano.

A partir dessa nova abordagem das Ciências Humanas adotada pelas legislações educacionais a partir de 1988, sua função dentro do processo educativo também se transforma, deixando o seu conteúdo de ser operado de forma enciclopédica e pouco relacionado entre si, passando a ser compreendida como ferramentas que auxiliam os estudantes a compreender como ocorrem as relações humanas, e a partir delas, realidades sociais, históricas e geográficas, como é afirmado no Livro do Professor - História Geografia e Ciências Humanas e suas Tecnologias: Ensino Fundamental e Médio¹², elaborado em parceria entre MEC e INEP no ano de 2003.

Ainda de acordo com o Livro do Professor – Ensino Fundamental e Médio: História, Geografia, Ciências Humanas e suas Tecnologias (2003), para se chegar a

¹² O Livro do Professor – Ensino Fundamental e Médio: História, Geografia, Ciências Humanas e suas Tecnologias é uma publicação feita em conjunto pelo MEC e o INEP no ano de 2003, com o objetivo de fornecer um subsídio aos professores que lecionam em turmas de EJA (Educação de Jovens e Adultos) do Ensino Fundamental e Médio para a compreensão das proposições curriculares das referidas disciplinas.

essa concepção, os estudos na área de Ciências Humanas tem sido fundamentados em três princípios básicos: seu papel para a compreensão e enfrentamento dos problemas sociais, a revisão da relação entre homem e natureza, e – a mais relevante para este estudo – a relação das Ciências Humanas e a produção de tecnologia.

O primeiro princípio visa a utilização das disciplinas das Ciências Humanas para identificar os problemas das sociedades atuais, especialmente aqueles que levam à ocorrência de conflitos em diferentes escalas, sendo, neste caso, o conteúdo das “ciências sociais articulado ao conhecimento pragmático adquirido pelos diferentes indivíduos a partir de práticas cotidianas, dos conflitos pessoais e coletivos, das relações de poder em seus diferentes níveis.” (BRASIL, 2003, p.52)

Já o segundo eixo volta-se para a revisão da relação entre homem e natureza, com o objetivo de realizar uma aproximação entre as Ciências Humanas e as Ciências da Natureza. O fato de ciências modernas aprofundarem seus conhecimentos sobre os fenômenos da natureza e a sua subordinação à ação antrópica, faz necessária um novo pensar por parte das Ciências Humanas, conforme explicita MEC/INEP (2003):

A ciência moderna fundamentada no conhecimento dos fenômenos da natureza e no princípio de subordinação dessa natureza pelo homem torna um outro aspecto importante e significativo para o repensar sobre uma nova concepção humanística. (BRASIL, 2003, p. 52)

Essa aproximação entre Ciências Humanas e Ciências da Natureza contribui para que a tradicional separação entre essas áreas de estudo, que culminou na desvalorização das primeiras dentro do contexto da educação como produtora de tecnologia seja desconstruída, para que em seu lugar surja uma educação onde as características de cada área contribuam para a formação de um indivíduo preparado para o mercado do trabalho e que saiba pensar criticamente a sociedade em que vive.

A aproximação entre Ciências Humanas e Naturais alinha-se à proposição do terceiro eixo, voltado para a compreensão do papel das Ciências Humanas no contexto de uma sociedade voltada para a produção de conhecimento tecnológico, conforme é exposto nos Parâmetros Curriculares Nacionais do Ensino Médio (1999):

A presença das tecnologias na área de Ciências Humanas dá-se a partir do alargamento do entendimento da própria tecnologia, tanto como produto quanto como processo. Se, enquanto produto, as tecnologias apontam mais diretamente as Ciências da Natureza e a Matemática,

enquanto processo, remetem ao uso e às reflexões que sobre elas fazem as três áreas de conhecimento. (BRASIL, 1999, p.9)

Como pode ser entendido através dessa passagem, as Ciências Humanas assumem, dentro de um conceito aprofundado de tecnologia, o papel de entender como ela é utilizada e refletir sobre a sua presença na sociedade.

Para isso, é necessário compreender primeiramente que as tecnologias produzidas a partir das Ciências Humanas são voltadas principalmente para as ideias e reflexão de seu uso, diferentemente das produzidas pelas Ciências da Natureza, que produzem tecnologias mais voltadas para a prática, por meio da produção de seus instrumentos. (BRASIL, 1999)

Esse aprofundamento permite que a tecnologia seja concebida como um fenômeno social, podendo observar os seus avanços com as ferramentas providas pelas Ciências Humanas.

Devido ao peso que a tecnologia assume nas sociedades atuais, é de fundamental importância que o humanismo tente compreender esse processo, pois ele acarretou grandes transformações em diversas áreas, especialmente no que tange às redes de comunicação, gerando novas formas de relações no meio social e trabalhista. Esse estudo tem grande importância para compreender o próprio papel da tecnologia na sociedade, pois como afirma MEC/INEP (2003):

Esta dimensão da tecnologia necessita de reflexões visando a estabelecer seu “lugar” na sociedade. Um número significativo de estudos sobre os problemas fundamentais das sociedades tem identificado as dificuldades em se perceber as diferenças entre meio e fim criadas pelos fundamentos do conhecimento técnico-científico que localizaram a tecnologia como base exclusiva para o desenvolvimento. (p.54)

As Ciências Humanas, dentro de uma sociedade voltada para o desenvolvimento tecnológico, fornece subsídios para haja uma reflexão sobre o impacto que esse desenvolvimento acarreta nas relações culturais e sociais dos indivíduos que estão inseridos nesse contexto.

O maior objetivo final do eixo educação e tecnologia é a realização de uma síntese entre as Ciências Humanas e a tecnologia, com o intuito de promover não apenas o desenvolvimento econômico de um país, como preconizava a Teoria do Capital Humano, mas também a superação de seus problemas sociais, como se

compreende a partir dessa passagem presente nos Parâmetros Curriculares Nacionais do Ensino Médio:

Sem perder de vista a dimensão histórica e fugindo à pretensão de uma volta ao século XV ou ao XIX, esse resgate se dá através do ideal possível de uma síntese entre humanismo e tecnologia, em que a mão do homem e o teclado do computador estejam ambos a serviço da construção de uma sociedade mais justa e solidária. (BRASIL, 1999, p.8)

O estabelecimento de nova forma de compreender as Ciências Humanas dentro da educação escolar, sobretudo pelos documentos oficiais do MEC, demonstra haver um direcionamento para que esse campo de conhecimento tenha novamente maior importância no processo de formação dos estudantes, ainda que de maneira diferenciada da forma como ela era vista até meados do século XX.

Com isso, a sua presença não tem a importância intensificada apenas nos currículos escolares do Ensino Médio, mas também em outras áreas da educação, como as avaliações externas, como será compreendido no item a seguir.

2.4 O processo de desvalorização/revalorização das Ciências Humanas nas avaliações externas

As transformações ocorridas na forma de abordagem das Ciências Humanas no contexto educacional brasileiro ao longo da segunda metade do século XX foram impactantes em áreas diversas da educação, estando dentre elas, os processos seletivos, e posteriormente, as avaliações externas a nível estadual.

A diminuição importância dada às Ciências Humanas na educação, a partir da década de 1960, perdurando até a década de 1980, teve como consequência a também diminuição de sua relevância para processos seletivos – como o vestibular, e posteriormente, com a implantação dos sistemas de avaliação estaduais, menos requisitadas para fazer parte do processo avaliativo, conforme é explicitado no texto dos Parâmetros Curriculares:

Ecoando a definição curricular oficial, o imaginário social e o escolar ratificavam a impressão de que tais disciplinas, “absolutamente inúteis” do ponto de vista da vida prática, roubavam precioso tempo ao aprendizado da Língua Portuguesa e das “Ciências Exatas”. Estes

conhecimentos eram os que realmente importavam, na luta pela aprovação nos exames vestibulares de ingresso aos cursos superiores de maior prestígio social. (BRASIL, 1999, p.7)

Como já apresentado em seções anteriores, esse desprestígio das Ciências Humanas resulta da visão utilitarista que era corrente especialmente no período da ditadura militar – e ainda hoje compartilhada por muitos – de que o conhecimento produzido pelas disciplinas da área não era importante para a formação dos estudantes, como ressaltam os Parâmetros Curriculares Nacionais do Ensino Médio:

Dentre os desafios impostos à área de Ciências Humanas e suas Tecnologias, relembramos os preconceitos de que esses estudos são vítimas, face à permanência de posturas tipicamente positivistas, que [...] desconfiam da eficácia dos estudos das Ciências Humanas. Sobrevive ainda muito do desprestígio que se abateu sobre essa área de conhecimento, durante os recentes anos de chumbo da história brasileira. (BRASIL, 1999, p.66)

Um caso específico onde se observa esse quadro são as avaliações externas realizadas no Brasil. Como já explicitado no capítulo 1, as avaliações externas tiveram seu início no país durante a década de 1960, mas a sua realização para avaliação de desempenho de estudantes começou de fato a partir do final década de 1980, intensificando-se nas décadas de 1990 e 2000.

Durante esse período, poucos projetos de avaliação desse tipo realizados no país incluíam as disciplinas humanas, priorizando, sobretudo as disciplinas de Língua Portuguesa e Matemática. As poucas exceções foram a experiência de avaliação das séries iniciais no Paraná em 1988, que incluiu Ciências Sociais, e o projeto Escola Padrão na cidade de São Paulo, vigente entre 1993 e 1996, que avaliava o desempenho dos alunos do Ensino Fundamental em História e Geografia.

O professor Joaquim Soares Neto, ex-presidente do Inep (2009-2011), durante a entrevista realizada na Universidade Federal de Juiz de Fora, explicita a concepção vigente no início do processo de expansão das avaliações externas, sobretudo a concepção do funcionamento do SAEB durante a década de 1990:

No começo, lá na década de 1990, foi feita uma análise que eu acho correta para aquele momento: Porque avaliar a Língua mãe? Por que se a pessoa se expressa bem e consegue compreender o que lê, é o primeiro passo para desenvolver as outras áreas. Não poderia se fazer uma avaliação sem avaliar a Língua Portuguesa. A outra área, a Matemática também é linguagem, muito importante para que o aluno domine além das questões da vida prática, como é o caso da aritmética, ele precisa da Matemática para que ele possa desenvolver o conhecimento em outras áreas, como as Ciências da Natureza. (NETO, 2014)

A importância dada às áreas de Língua Portuguesa e Matemática dentro do processo avaliativo deriva da sua percepção como conhecimentos fundamentais para a formação dos estudantes, sobretudo para a aquisição dos conhecimentos de outras áreas. Partindo desse princípio, a aferição dos desempenhos dos alunos nessas duas disciplinas serviriam como base para se pressupor a qualidade do aprendizado nas Ciências Naturais e Humanas, conforme afirma Neto:

Essas duas linguagens seriam importantes porque elas estão na base de todo conhecimento moderno. Tinha-se uma visão, que de certa forma não é equivocada, de que se o aluno domina bem a língua e domina a matemática como a linguagem provavelmente estaria bem nas outras. O que estatisticamente é verdade. (NETO, 2014)

Diante desse quadro, Língua Portuguesa e Matemática historicamente são as áreas avaliadas externamente, tanto por sistemas de avaliação a nível federal, como o SAEB, quanto por projetos de avaliação de menor escala, como é o caso dos sistemas estaduais de educação.

Os estados brasileiros começaram a criar sistemas próprios de avaliação a partir da década de 1990, e o desenho de suas avaliações foram elaborados de forma semelhante aos projetos de avaliação até então existentes. Como reflexo, durante essa década, todos os sistemas de avaliação estaduais¹³ incluíam somente as disciplinas de Língua Portuguesa e Matemática.

¹³Durante a década de 1990, os estados brasileiros que apresentavam sistemas de avaliação próprios eram: Ceará, que implementou o SPAECE em 1991; Minas Gerais, com o Programa de Avaliação do Sistema Estadual de Ensino de Minas Gerais, também em 1991; São Paulo, que criou o SARESP em 1996; e a Bahia, com o Programa de Avaliação Externa da Secretaria de Educação da Bahia, implementado no ano de 1999; Espírito Santo, que implementou o PAEBES em 2000.

Esse quadro começa a sofrer alterações já no final da década de 1990, mais precisamente no ano de 1998, quando é criado o Exame Nacional do Ensino Médio – ENEM, que inclui Ciências Humanas em seu processo avaliativo, e devido às suas características seletivas para o Ensino Superior e diagnóstica da qualidade da educação, contribui para que os estados passem a se interessar pela inclusão dessas disciplinas em suas avaliações, como é o caso do SABE. (BAHIA, 2012)

A partir da primeira década de 2000, alguns estados começam a se interessar pela inclusão das Ciências Humanas nos seus sistemas, como foi o caso do Amazonas, com o SADEAM, que desde a sua criação, em 2008, já conta com História e Geografia nas suas avaliações; de São Paulo, com o SARESP, que incluiu História e Geografia em 2004; e a Bahia, com o SABE, que desde a sua criação em 2007, avalia as quatro disciplinas da área de Ciências Humanas, História, Geografia, Sociologia e Filosofia. Posteriormente, outros estados, como o Espírito Santo e o Rio de Janeiro, promoveram a inclusão de disciplinas da área de Ciências Humanas nas suas avaliações.

Apesar de experimentar um processo de expansão nos últimos anos, boa parte dos estados ainda hoje avaliam apenas Língua Portuguesa e Matemática. Essa resistência por parte de alguns estados em inserir as Ciências Humanas, e também as Ciências da Natureza, em seus sistemas de avaliação dificulta nas palavras do INEP “a construção de um sistema de avaliação que dialogue com a realidade das práticas escolares desse ensino”. (BRASIL, 2014, p.23)

Pois, na medida em que determinadas áreas do conhecimento são excluídas do sistema de avaliação, o estado deixa de obter medidas sobre o desempenho dos seus alunos em várias disciplinas que são fundamentais para a formação dos estudantes, o que pode reafirmar a visão delas como menos importantes dentro do saber educacional, como bem explicitou Neto:

A gente sabe que o teste dá uma dimensão daquilo que é importante, se você não põe a avaliação nessas outras áreas, e como se elas fossem menos importantes, a avaliação acaba induzindo a importância do que se propõe a avaliar, colocando como se as Ciências Humanas e da Natureza fossem menos importantes, o que é perigoso, porque elas são importantes. (NETO, 2014)

No caso das Ciências Humanas, assim como ressalta o INEP (2013) no seu documento pela implantação das Ciências Humanas e da Natureza no SAEB, é geral a compreensão de que um dos desafios da educação brasileira é formação de cidadãos plenos, e os conceitos e linguagens próprios das Ciências Humanas são fundamentais para tal. Devido a essa função “é coerente propor uma forma de medição acerca da compreensão e da apropriação de conceitos, linguagens, métodos e práticas atinentes às Ciências Humanas”. (BRASIL, 2014, p.23)

Como já ressaltado nesse item, o estado da Bahia, com o seu Sistema de Avaliação Baiano da Educação – SABE, foi um dos pioneiros no país em compreender a importância da inserção de todas as disciplinas das Ciências Humanas – não apenas História e Geografia como ocorre em alguns estados – no seu processo avaliativo, o que vêm acarretando transformações na forma como é operada a educação no estado. Essas transformações serão compreendidas a partir do próximo item.

2.5 O efeito da presença das Ciências Humanas no SABE para a educação do estado da Bahia

Como ressaltado na seção anterior, a presença das Ciências Humanas é um fenômeno que vêm paulatinamente ocorrendo nos sistemas de avaliação estadual, especialmente devido à revalorização da área de Ciências Humanas na educação brasileira. O Sistema de Avaliação Baiano de Educação – SABE, por meio do seu programa Avalie Ensino Médio, é um precursor dessa tendência, ao promover desde 2007, ano de sua criação, a avaliação dos desempenhos dos alunos nas disciplinas de História, Geografia, Filosofia e Sociologia.

Desde a sua criação, o Avalie Ensino Médio se voltou para realização de um diagnóstico da qualidade da aprendizagem dos alunos do Ensino Médio, e posteriormente da Educação Profissional aplicada ao Ensino Médio, por meio de estudos longitudinais onde uma mesma coorte de alunos é avaliada ao longo de toda a sua trajetória nessas etapas de ensino.

Com os resultados obtidos a partir desses estudos, os professores têm a possibilidade de tornarem mais eficientes as práticas pedagógicas realizadas nas escolas - nesse caso específico, nas disciplinas que compõem a área das Ciências

Humanas - como é explicitado na Revista Pedagógica Avalie Ensino Médio 2012–Ciências Humanas e suas Tecnologias:

[...] os resultados do Avalie têm contribuído para o redimensionamento da prática pedagógica e favorecido a inclusão ou intensificação de pontos que os estudantes têm revelado a necessidade de mais atenção ou que carecem de maior e melhor abordagem. Assim, esses dados repercutem na metodologia que o professor escolhe para elaboração do seu material, provocando uma ação mais reflexiva sobre o processo de ensino e de aprendizagem. (BAHIA, 2012, p.9)

Corroborando com essa visão do Avalie Ensino Médio como ferramenta de melhoria das práticas pedagógicas, a pedagoga Rita de Cássia Bastos de Carvalho, coordenadora da Diretoria Regional de Alagoinhas no ano de 2012, afirma na mesma revista:

[...] a implantação de programas de avaliação no sistema educacional, enquanto políticas públicas, é fundamental para elaborar diretrizes básicas, definir metas e estratégias, diagnosticar os problemas que configuram a realidade educacional e acompanhar os resultados das ações técnicas, pedagógicas e de gestão de recursos, contribuindo, assim, para potencializar a qualidade da educação no estado ou município. (BAHIA, 2012, p.99)

A coordenadora da Diretoria Regional de Alagoinhas acrescenta ainda uma contribuição importante por parte do Avalie Ensino Médio para a educação: a possibilidade de monitoramento das ações realizadas, tanto no campo pedagógico quanto no de gestão. Em virtude dessa possibilidade, foram criadas no estado da Bahia políticas públicas que se apropriam dos dados produzidos pelo Avalie Ensino Médio para promoverem “uma reflexão sobre a prática pedagógica e as demandas apresentadas pelos estudantes possam ser mediadas de acordo com a necessidade de cada um”. (BAHIA, 2012, p.99)

2.5.1 A influência do SABE em Outras Políticas Educacionais do Estado

Devido ao papel desempenhado pelo Avalie Ensino Médio no aferimento das habilidades dos estudantes, ele contribui para a formulação e atuação de políticas voltadas para o monitoramento do ensino e aprendizagem da educação.

Dentre as políticas que utilizam os dados do Avalie Ensino Médio, está o Projeto de monitoramento, Acompanhamento, Avaliação e intervenção Pedagógica – PaiP.

De acordo com a Secretaria Estadual de Educação, o PaiP foi criado em 2011, com objetivo principal o monitoramento, o acompanhamento, a avaliação e a intervenção nas escolas para promover a melhoria da qualidade de ensino escolar. (BAHIA, 2013, p.1)

De acordo com o site institucional do Paip, esse projeto trabalha com os dados produzidos pelos principais sistemas de avaliação e de acompanhamento escolar presentes no estado da Bahia¹⁴, estando dentre eles os dados produzidos na área de Ciências Humanas do Avalie Ensino Médio; com o objetivo de realizar intervenções pedagógicas juntamente às unidades escolares.

As dimensões do Paip são analisadas por meio de ações realizadas nos núcleos de Acompanhamento Central e Regional (Nupaip). Esses núcleos são responsáveis pelo acompanhamento e formação continuada nas unidades escolares das 33 diretorias Regionais de Educação. As ações em questão contribuem para a elaboração de Planos de intervenção pelas escolas, com o intuito de melhorar os resultados obtidos no Avalie Ensino Médio. (BAHIA, 2013, p.1)

Um exemplo de ação conjunta entre o Paip e as diretorias regionais do estado, é a reunião na Diretoria Regional de Educação (DIREC) de Alagoinhas entre os técnicos do NUPaip regional, gestores escolares, coordenadores e articuladores das áreas de conhecimento para a discussão dos resultados do Avalie Ensino Médio. Além das reuniões, também são realizadas oficinas de acordo com as áreas de conhecimento, sendo uma específica para a área de Ciências Humanas e suas Tecnologias “com o objetivo de analisar e interpretar os resultados para o replanejamento das ações pedagógicas a serem definidas pelas escolas envolvidas no processo de avaliação”. (BAHIA, 2012, p.100)

No que tange diretamente à atuação dos professores, a Secretaria da Educação da Bahia afirma, na Revista Pedagógica Avalie Ensino Médio 2012– Ciências Humanas e suas Tecnologias, realizar ações de formação docente, no intuito de capacitar os professores a se apropriarem dos resultados promovidos pela avaliação:

¹⁴Além dos dados do Avalie Ensino Médio, o Paip também utiliza os dados dos seguintes programas: Censo Escolar, Escola 10, Ideb, SGE, Portal da Transparência, Saeb, Seconline e Enem.

A Secretaria da Educação do Estado da Bahia também tem oportunizado aos professores formação on-line sobre avaliação e apropriação dos resultados, bem como oficinas de elaboração de itens e encontros presenciais para discussão dos resultados das avaliações, com a intenção de aproximar os professores dos dados produzidos pelo Avalie e de revelar os aspectos que precisam de mais atenção e que ainda não foram alcançados pelos estudantes, bem como as condições para isso. (BAHIA, 2012, p.9)

Ainda de acordo com a Secretaria, essas ações têm contribuído para que os professores utilizem os dados para melhor compreender as dificuldades apresentadas pelos estudantes, além de proporem estratégias para superá-las. (BAHIA, 2012)

Corroborando com a informação acima, o professor de Geografia Fabio Sousa Sampaio, que atua na rede estadual, fornece um parecer sobre a importância do Avalie Ensino Médio na área de Ciências Humanas, quando afirma na Revista Pedagógica Avalie Ensino Médio 2011– Ciências Humanas e suas Tecnologias, que a partir dos dados do Avalie Ensino Médio, “fica fácil fazer as intervenções necessárias em sala de aula”, além de “intensificar o trabalho sobre os pontos em que os estudantes tiveram resultados abaixo do esperado, reforçando os resultados positivos através das discussões temáticas desenvolvidas em sala de aula” (BAHIA, 2011, p.63)

Ainda na mesma revista, o professor Fábio ressalta também que as informações passadas por meio dos boletins e das revistas ligadas ao Avalie Ensino Médio, sobretudo a compreensão dos Padrões de Desempenho, auxilia na “preparação dos estudantes e do corpo docente no entendimento da necessidade do aprendizado como ferramenta fundamental para inserção no mundo globalizado”. (BAHIA, 2011, p.63)

Com base nas informações trazidas pela Secretaria da Educação, juntamente aos depoimentos de profissionais da educação do estado nas revistas pedagógicas de Ciências Humanas e suas Tecnologias, observa-se uma contribuição por parte do Avalie Ensino Médio na área de Ciências Humanas para a identificação das dificuldades e potencialidades dos estudantes, bem como a proposição de práticas educacionais que promovam a melhoria do ensino ofertado.

Para se ter uma visão ampliada de como os resultados do Avalie Ensino Médio na área de Ciências Humanas vem impactando na atuação dos professores, foi realizada a aplicação de questionários para um pequeno grupo de professores participantes da Oficina de Resultados do Avalie Ensino Médio 2013, cujos resultados serão apresentados no próximo item.

2.5.2 O programa Avalie Ensino Médio e seus resultados na Área de Ciências Humanas a partir da visão dos professores

Com o propósito de demonstrar a importância de se avaliar em larga escala as disciplinas das Ciências Humanas, bem como compreender de que forma esses resultados impactam nas práticas escolares dos professores do estado da Bahia, foi realizada uma pesquisa consultiva com os professores participantes da Oficina de Resultados do Avalie Ensino Médio, realizada na cidade de Salvador nos dias 23 e 24 de maio de 2014. (CAEd, 2014, p.1)

A Oficina de Resultados é uma realização da Secretaria Estadual de Educação da Bahia, aplicada por técnicos do Caed e da Universidade Federal de Juiz de Fora. É direcionada a gestores, articuladores e professores da rede estadual, onde é apresentado um panorama dos desempenhos dos estudantes, além de apresentar dados qualitativos e quantitativos obtidos a partir do Avalie Ensino Médio. Essas informações são passadas aos profissionais da educação com o intuito “de orientar sobre as intervenções que deverão ser feitas nas escolas da rede com foco no fortalecimento da educação”. (CAEd, 2014, p.1)

Ao todo, foram entrevistados 14 professores atuantes em diferentes disciplinas da área de Ciências Humanas. A escolha desses profissionais foi feita em decorrência do seu contato com o processo avaliativo externo, o que possibilita um maior conhecimento sobre as questões levantadas.

O questionário divide-se em questões abertas e fechadas, que buscam obter informações sobre o perfil dos professores e a sua percepção do Avalie Ensino Médio e seus resultados.

Para uma melhor análise desses dados, eles serão divididos entre os que procuram compreender qual é o perfil dos professores entrevistados e aqueles que contribuem para uma melhor compreensão da visão que eles têm da avaliação e dos resultados por ela obtidos.

O questionário foi respondido por professores de todas as disciplinas contempladas nas avaliações externas. Com relação à disciplina de atuação, 6 eram professores de História, 5 de Geografia, 3 de Filosofia e 1 de Sociologia.

Quanto ao nível de escolaridade, 11 dos professores entrevistados possuem pós-graduação lato sensu como grau de formação, enquanto 3 contam com mestrado (pós-graduação stricto sensu), e apenas 1 entrevistado possui apenas a graduação. Nenhum dos professores entrevistados apresenta doutorado.

Os entrevistados exercem a profissão por tempo variado, com tempo de magistério entre 14 e 28 anos, sendo que a média entre os entrevistados é de 19,1 anos. Do total de entrevistados, 4 não responderam a pergunta.

A área de atuação dos professores é predominantemente apenas no Ensino Médio, visto que 11 deles atuam apenas nessa etapa de ensino. Já 3 professores alegaram trabalhar tanto no Ensino Médio quanto na Educação profissional Integrada ao Ensino Médio. Nenhum dos professores entrevistados trabalha apenas na modalidade Educação profissional Integrada ao Ensino Médio.

2.5.3 A Percepção dos professores sobre o Avalie Ensino Médio e seus resultados

Sobre o acesso aos dados do Avalie Ensino Médio, 8 professores entrevistados alegaram não ter acesso fácil a esses dados, enquanto 6 deles afirmaram ter um acesso facilitado aos dados do Avalie Ensino Médio. Esse dado é um indicativo de que as formas de comunicação das informações referentes ao Avalie Ensino Médio, apesar de serem eficientes para a maioria, ainda precisam ser melhoradas.

As principais formas de acesso dos professores aos dados do Avalie Ensino Médio é o próprio site do SABE e os Boletins Pedagógicos, visto que foram ambas assinaladas por 6 deles, demonstrando que, no geral, os resultados das avaliações são repassados aos professores na escola. Também são utilizados os Boletins Pedagógicos e outras formas de obtenção de acesso aos resultados, como, assinaladas por 2 professores cada. Nenhum professor assinalou a Oficina de Resultados como forma de acesso, além de 2 não terem respondido à questão.

Metade do quantitativo de professores entrevistados afirmou ter momentos de discussão ao longo do ano letivo dos resultados da avaliação nas escolas em que atuam. Já a outra metade assinalou não contar com esses momentos nas suas escolas de atuação. Esse dado demonstra haver, em parte dos casos, uma discussão sobre os resultados do Avalie Ensino Médio longo ano nas escolas, especialmente no momento

das Atividades Complementares¹⁵. Ainda assim, um número expressivo de entrevistados alegou não existir esses momentos nas escolas onde atuam, como foi alegado pelo professor M sobre a periodicidade das discussões em as escola: “Às vésperas da prova”.

Dentre os professores entrevistados, 11 afirmaram nunca terem participado de cursos de formação continuada cujo foco seja os resultados do Avalie Ensino Médio. Em contrapartida, 3 professores afirmaram ter participado de cursos de formação continuada com esse foco. Observou-se a partir desse dado que o número de professores que já realizaram cursos relacionados ao Avalie Ensino Médio é muito baixo, sendo citados, dentre aqueles que alegaram já terem participado, a própria oficina de resultados e cursos ministrados pelo CAEd.

No que tange à contribuição do Avalie Ensino Médio para a melhoria das práticas pedagógicas nas disciplinas lecionadas, 7 entrevistados responderam que a avaliação contribui positivamente, enquanto que outros 4 alegaram não haver contribuição do Ensino Médio para a melhoria de suas práticas pedagógicas. Já 3 entrevistados não responderam à pergunta. Esse dado é um indicativo sobre a necessidade ainda existente de um aprofundamento das reflexões acerca dessa avaliação nas escolas baianas, de modo que o diagnóstico do aprendizado dos alunos promovido pelo Avalie Ensino Médio contribua para a construção de práticas educacionais mais eficientes.

Quanto à presença das Ciências Humanas no Avalie Ensino Médio, 12 professores avaliaram esse fato como sendo muito importante, enquanto 2 deles não responderam à pergunta. O quantitativo de professores que consideram a importância da presença das Ciências Humanas no processo avaliativo demonstra a necessidade da expansão do processo de avaliação externa nessa área.

Em relação ao conteúdo da Matriz de Referência de Ciências Humanas, 5 dos professores entrevistados alegaram conhecer seu conteúdo, enquanto 3 afirmaram ter conhecimento parcial do seu conteúdo. Um total de 4 professores alegaram não conhecer o seu conteúdo da Matriz de Referência e 2 não responderam à pergunta.

¹⁵De acordo com o artigo 7º da Lei estadual 12578/12, a Atividade Complementar consiste na carga horária direcionada para “preparação e avaliação do trabalho didático, bem como às reuniões pedagógicas, pelos professores em efetiva regência de classe, com participação coletiva dos docentes, por área de conhecimento, e ao aperfeiçoamento profissional,” (BAHIA, 2012, p.1)

Esse dado indica que os professores entrevistados, em sua maioria, conhecem a Matriz, mesmo que parcialmente, entretanto, o expressivo número de professores que alegam não conhecê-la demonstra uma maior necessidade de se trabalhar o seu conteúdo nas escolas, pois os professores precisam ter o conhecimento das habilidades que são avaliadas.

Dentre os professores que conhecem o conteúdo da Matriz de Referência, 4 deles afirmam que os seus descritores contemplam satisfatoriamente as habilidades necessárias para a formação dos alunos no Ensino Médio, enquanto que o mesmo quantitativo de professores afirma que os descritores contemplam parcialmente as habilidades. Já 6 professores não responderam à pergunta. Essas informações podem ser indicativas de duas situações: que as avaliações precisam estar em maior consonância com o que é aprendido nas escolas; ou de que alguns professores não tenham consolidado o conhecimento sobre os componentes das Matrizes de Referência.

Ainda relacionado à Matriz de Referência, 5 entrevistados alegaram haver compatibilidade entre ela e o currículo do estado, enquanto 3 informaram haver um alinhamento parcial. Já 1 entrevistado alegou não haver compatibilidade entre Matriz de Referência e currículo, e os outros 5 não responderam à pergunta. O fato de alguns professores não considerarem a Matriz de Referência parcial ou totalmente alinhadas pode estar ligado ao desconhecimento, por parte de alguns professores, sobre a forma como são compostas as habilidades avaliadas pelo Avalie Ensino Médio.

Por último, 7 professores afirmam que a oficina de resultados da qual participam, promoveram transformações nas suas relações com os dados produzidos pelo Avalie Ensino Médio. Já 2 deles afirmaram não terem mudado a forma como se relacionam com os dados do Avalie Ensino Médio, enquanto que 5 professores não responderam à pergunta. Com base nas respostas, infere-se que houve uma mudança de visão por parte da maioria dos professores, tendo como justificativas a compreensão do desempenho dos alunos e melhoria do desempenho dos professores, além do entendimento de como os itens das avaliações são construídos. Entretanto, um número grande de professores afirmou não ter mudado sua relação com os dados do Avalie Ensino Médio ou não responderam à pergunta, justificando suas respostas com a falta de conhecimento ou por não terem participado ainda da Oficina. Esse dado é indicativo

de que as oficinas de resultados trazem uma elucidação aos professores em relação aos dados do Avalie Ensino Médio, mas nem todos tem acesso a ela.

2.5.4 Os pontos positivos e negativos do Avalie Ensino Médio e as melhorias necessárias para o seu funcionamento

Além das questões de múltipla escolha, o questionário apresentou também questões abertas, tendo como foco identificar quais os pontos considerados positivos e negativos no Avalie Ensino Médio pelos professores, além obter contribuições acerca dos conteúdos que deveriam estar, na opinião deles, presentes na Matriz de Referência de Ciências Humanas.

Dentre os pontos positivos, a maior parte dos professores destacou a presença das Ciências Humanas no Avalie Ensino Médio como um fator de reconhecimento da importância da área dentro do processo educativo, como é ressaltado por respostas como: “a participação das Ciências Humanas no Avalie, visto que, as demais avaliações externas contemplam apenas Matemática e Língua Portuguesa”, apresentada pelo professor G e o “Reconhecimento das Ciências Humanas na formação dos estudantes”, ressaltada pelo professor E.

Outros pontos positivos destacados relacionam-se à possibilidade da utilização dos resultados obtidos pelo Avalie Ensino Médio como ferramenta contributiva para a melhoria das práticas pedagógicas, expressa por meio de respostas como a do professor D: “Ampliou a compreensão do processo de aprendizagem numa perspectiva de multidisciplinaridade e na aprendizagem por competências”, e também a do professor B: “refere-se aos dados (utilização) para se pensar junto a comunidade escolar a metodologia ideal para o bom desenvolvimento do trabalho”.

Além dos já citados anteriormente, outro ponto positivo levantado pelos professores refere-se à possibilidade de avaliar a compreensão e interpretação dos estudantes de fenômenos sociais e políticos, como é exposto na resposta do professor C: “Verificar se o aluno compreende o mundo, interpreta. Se compreende a política, etc.”.

Já dentre os pontos negativos, os professores ressaltaram aspectos estruturais do Avalie Ensino Médio, sobretudo em relação ao tratamento dos resultados, o que é

verificado por meio de falas como a do professor H: “Falta de divulgação em massa do Avalie” e a do professor L: “A falta da redação”.

Outro ponto negativo levantado pelos professores relaciona-se à forma como o conteúdo das disciplinas é abordado no processo avaliativo, evidenciado pela resposta do professor C: “A baixa visualização do que é dado nas disciplinas de Filosofia e Sociologia”.

Ainda no que tange à presença dos conteúdos das disciplinas de Ciências Humanas no Avalie Ensino Médio, especificamente na Matriz de Referência, observa-se uma heterogeneidade de respostas obtidas. Para alguns professores, a Matriz abrange satisfatoriamente os conteúdos do currículo escolar, entretanto muitos não responderam a pergunta, ou alegaram desconhecimento do conteúdo da Matriz, evidenciado em respostas como a do professor E: “Não conheço a Matriz, portanto não posso opinar”.

Quanto à abrangência da Matriz de Referência sobre os conteúdos das disciplinas de Ciências Humanas, no geral, os professores avaliaram positivamente esse aspecto, por meio de respostas como a obtida do professor D: “Sim, contempla satisfatoriamente” e a do professor F: “Na minha opinião, a abrangência é satisfatória”. No entanto, muitos professores não responderam a essa questão, ou alegaram não conhecerem suficientemente a Matriz para emitir um parecer sobre a sua relação com os conteúdos ministrados na escola, ressaltado por respostas como a do professor C: “Não conheço a Matriz do Avalie” e a do professor E: “Não conheço a Matriz, portanto não posso opinar”.

Em relação aos componentes curriculares que deveriam estar presentes na Matriz de Referência do Avalie Ensino Médio, poucas respostas foram obtidas por parte dos professores, estando dentre elas a resposta dada pelo professor L, que sugere a presença de “situações problemas”. Esse dado demonstra que para maioria dos professores a Matriz de Referência comporta bem os conteúdos curriculares relativos aos anos que se propõe avaliar, mas também é um indicativo, devido ao baixo número de respostas, que os professores apresentam dificuldade em compreender a forma como são tratados esses conteúdos curriculares na Matriz.

2.6 Considerações sobre a presença das Ciências Humanas nos sistemas de avaliação estaduais e as acarretações do Avalie Ensino Médio para a educação Baiana

A partir das informações levantadas pela pesquisa bibliográfica e documental, juntamente às entrevistas realizadas, compreende-se que durante as décadas de 1960 e 1970, as Ciências Humanas foram desvalorizadas dentro do processo de formação, o que influenciou posteriormente na sua pouca expressão nos sistemas avaliativos estaduais, criados a partir da década de 1990.

No entanto, desde a década de 1990, observa-se um processo de revalorização dos conhecimentos gerados pelas Ciências Humanas, que vem contribuindo para o crescimento da sua inclusão nas avaliações externas estaduais, a partir da década de 2000. Dentre os estados pioneiros nesse movimento está a Bahia, com a criação do Avalie Ensino Médio, que avalia as quatro disciplinas do Ensino Médio desde o seu início, no ano de 2007.

No que tange especificamente ao Avalie Ensino Médio, os dados obtidos por meio da aplicação dos questionários aos docentes do estado da Bahia, possibilita compreender que a inclusão das Ciências Humanas no Avalie Ensino Médio é vista como uma medida de grande importância para os professores entrevistados. Quanto ao seu funcionamento um grande quantitativo de professores alegou ter acesso fácil aos resultados do Avalie Ensino Médio, além de conhecerem o conteúdo da Matriz de Referência de Ciências Humanas e suas relações com o currículo do estado. Porém, alguns professores afirmaram não terem acesso facilitado a esses resultados, além de desconhecem o funcionamento da avaliação.

Os pontos ressaltados demonstram que existe a necessidade da realização de ações por parte dos gestores estaduais no sentido de inserir as Ciências Humanas nos seus sistemas de avaliação, como foi feito pelo estado da Bahia com o Avalie Ensino Médio.

Já no caso do Avalie Ensino Médio, os dados obtidos sobre a relação entre o projeto e a amostra de professores baianos, demonstra haver uma necessidade de estreitamento entre os resultados produzidos pelo programa e as atividades realizadas em sala de aula.

Tendo em vista as necessidades elencadas, referentes tanto no desenho das avaliações estaduais, quanto ao funcionamento do Avalie Ensino Médio, o próximo capítulo apresentará um Plano de Ação Educacional com proposições que poderão contribuir para que os sistemas de avaliação estaduais avaliem de forma mais completa o desempenho dos estudantes, e, no caso específico do Avalie Ensino Médio, que seus resultados possam ser ferramentas mais eficientes para a melhoria das práticas educacionais.

3. PLANO DE AÇÃO EDUCACIONAL

A análise do caso apresentado demonstra que a presença das Ciências Humanas nas avaliações externas configura-se em um dado de suma importância para a realização de um diagnóstico completo da qualidade da educação no Ensino Médio, além de ser um elemento representativo do maior valor dado às disciplinas dessa área dentro da educação brasileira.

Diante do progressivo reconhecimento da necessidade da presença das Ciências Humanas nas avaliações externas, experiências como a realizada pelo estado da Bahia, com a implementação do projeto Avalie Ensino Médio, se consolidam como inspirações para estados que ainda não contam com a avaliação das disciplinas nessa área.

Conjuntamente a esses fatores, a análise do caso também evidenciou a necessidade de ações que possibilitem aos professores terem uma melhor compreensão, e conseqüentemente, utilização dos resultados do Avalie Ensino Médio em suas práticas escolares.

Para auxiliar o suprimento dessas demandas, primeiramente propõe-se um protocolo que apresente as etapas e os passos iniciais para a inclusão das disciplinas da área de Ciências Humanas nos sistemas de avaliação estaduais, tendo como base a experiência do Sistema de Avaliação Baiano da Educação.

Será também apresentado um plano de atividades a serem realizadas para a consolidação das proposições, e, posteriormente, uma conclusão acerca do trabalho realizado para a construção do Plano de Ação Educacional.

3.1 Protocolo para a expansão da presença das ciências humanas nas avaliações estaduais com base na experiência do SABE

Como foi observado nos dois últimos capítulos, as Ciências Humanas, apesar de serem disciplinas obrigatórias nos conteúdos curriculares de todas as etapas de ensino, sobretudo no Ensino Médio, não constam como componentes da maioria dos sistemas de avaliação estaduais.

Diante dessa constatação, a proposição para este caso consiste na elaboração de um protocolo com o passo a passo inicial para a inserção das Ciências Humanas nos sistemas de avaliação estaduais que ainda não contam com a sua presença.

Esse protocolo é direcionado para os gestores dos sistemas de avaliação estaduais que ainda não contam com a presença de Ciências Humanas nas suas avaliações, com o objetivo de fornecer os subsídios necessários para que esses profissionais possam refletir junto a sua equipe e os gestores estaduais da educação, sobre a possibilidade de inserção das disciplinas dessa área de conhecimento nos seus sistemas de avaliação. Logo, serão apontadas também as direções que esses sistemas interessados devem seguir para a realização do processo de inserção.

Os estados que objetivam a inclusão das Ciências Humanas deverão seguir as etapas pelas quais o estado da Bahia percorreu ao formular os elementos necessários para compor a avaliação na área de Ciências Humanas, adaptando-os de acordo com as suas demandas específicas.

Esse protocolo apresentará as orientações, em forma de passos, para a conclusão das etapas a serem seguidas nos estados para a definição do desenho da avaliação da área de Ciências Humanas e elaboração dos elementos que a comporá.

A primeira etapa, voltada para a definição do desenho da avaliação, será composta pelos passos a serem dados para a definição dos anos, das redes contempladas, do tipo de amostragem utilizada e dos profissionais envolvidos nesse processo.

Já a etapa seguinte concebe o processo de elaboração dos componentes da avaliação, como a Matriz de Referência, a Escala de Proficiência, os Padrões de Desempenho e os itens da área de Ciências Humanas. Nesta etapa, será definida a maneira como esses elementos serão elaborados, bem como os responsáveis por essa função.

Para garantir que esse protocolo seja recebido por todos os estados que ainda não apresentam disciplinas de Ciências Humanas nos seus sistemas de avaliação, o mesmo deverá ser enviado aos coordenadores de avaliação, de modo que possam analisar suas proposições conjuntamente com os gestores estaduais e discutir a possibilidade de sua adoção para a inserção das Ciências Humanas em seus processos avaliativos.

Com relação às bases legais que fundamentam essa proposição, ela será realizada sob o âmbito de atuação dos governos estaduais, que segundo o artigo 4º da Lei de Diretrizes e Bases nº 9394/96, tem a atribuição de promover o oferecimento do Ensino Médio à população, além de atender “padrões mínimos de qualidade de ensino, definidos como a variedade e quantidade mínimas, por aluno, de insumos indispensáveis ao desenvolvimento do processo de ensino-aprendizagem”. (BRASIL, 1996, p.1)

As avaliações externas são uma ferramenta educacional que ajudam os estados a alcançarem esses objetivos, e por essa razão, já estão estabelecidos como atribuições dos sistemas de ensino estaduais, sobretudo no Ensino Médio. (BRASIL, 2002)

Diante da necessidade de implementação por parte dos estados de sistemas de avaliação baseados nas Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação e nos Projetos Políticos Pedagógicos das escolas, é de suma importância que dentre os conhecimentos e saberes avaliados estejam as disciplinas das Ciências Humanas, assim como é feito pelo estado da Bahia. A inclusão dessas disciplinas possibilita que alguns dos objetivos almejados pela formação de Ensino Médio sejam alcançados, como por exemplo, a preparação do estudante para o trabalho e a cidadania e “o aprimoramento do estudante como pessoa humana” (BRASIL, 1996, p.10)

Por serem ações realizadas nos sistemas estaduais de ensino, o nível de atuação abrangerá as secretarias estaduais de educação e as unidades escolares que oferecem o Ensino Médio.

No que se refere ao efetivo pessoal que promoverá a operacionalização das ações a serem feitas, não será necessária a contratação de novos profissionais, pois, na maioria dos estados brasileiros os sistemas de avaliação já estão implementados, devendo apenas as Ciências Humanas serem incluídas dentro do desenho já existente dessas avaliações, o que poderá ser feito pela equipe de avaliação já existente nos

estados. Para a elaboração de componentes da avaliação específicos de cada área do conhecimento, as secretarias de educação interessadas deverão firmar uma parceria com universidades e com empresas especializadas na área de avaliação, que apresentem profissionais com referência na área.

Quanto ao financiamento das ações propostas pelo protocolo, elas serão integrantes da Manutenção e Desenvolvimento do Ensino (MDE)¹⁶, por meio do Programa 2030, Ação 20 RM – Exames e Avaliações da Educação Básica. (BRASIL, 2014). Essa ação consta como parte integrante da Lei Orçamentária para 2014, e no seu conteúdo, é ressaltada a sua atuação:

Diretamente na elaboração e construção das orientações básicas para os exames e avaliações, constituindo a elaboração, adaptação, montagem, reprodução e aplicação de instrumentos, coleta dos dados e divulgação dos resultados dos exames e avaliações. São estabelecidas e fortalecidas parcerias com as Secretarias de Educação Estaduais, Municipais e do Distrito Federal para a execução dos procedimentos técnico-administrativos e operacionais necessários à realização das avaliações e exames. Contratação de entidades especializadas na área de pesquisa, de ensino e avaliação educacional e instituições federais de ensino superior para aplicação, correção, processamento e análise dos dados coletados, de acordo com critérios definidos nacional e/ou internacionalmente. Parcerias com organismos internacionais, instituições privadas de ensino e pesquisa para o desenvolvimento de estudos e análises resultantes de avaliações, bem como outras parcerias que se fizerem necessárias. (BRASIL, 2014, p.1)

Por sua forma de atuação ser descentralizada, os estados podem utilizar esse recurso direcionado para a Manutenção e Desenvolvimento do Ensino para financiar ações que melhorem o funcionamento dos seus sistemas de avaliação.

Como base para a elaboração desse protocolo, foi escolhido o programa Avalie Ensino Médio, que é parte integrante do SABE, sistema de avaliação estado da Bahia. Como já ressaltado na introdução deste trabalho, esse programa foi escolhido por ser um dos primeiros que contam desde o início com as quatro disciplinas da área de

¹⁶O MDE é composto por ações criadas a partir da proposição do artigo 212º da Constituição Federal, realizadas com os recursos decorrentes do repasse da receita de impostos – o mínimo de 18% para a União e 25% para os estados e municípios - com o objetivo de remunerar e aperfeiçoar o magistério; a aquisição, manutenção e construção de instalações e equipamentos; o uso e a manutenção de bens e serviços; estudos e pesquisas para expandir e melhorar o ensino; a realização de atividades-meio para o funcionamento do processo de aprendizagem; a concessão de bolsas de estudos aos alunos de escolas públicas e privadas e a quitação de empréstimos destinados à manutenção e desenvolvimento do ensino. (conteúdo da disciplina Administração e Financiamento da Educação Pública)

Ciências Humanas no seu processo avaliativo, o que o torna um modelo inspirador para outros estados que se interessam em incluir em suas avaliações as disciplinas de Ciências Humanas.

A próxima seção trará a primeira etapa do protocolo a ser consolidada: a definição do desenho da avaliação das Ciências Humanas, indicando como ele deverá ser pensado nos sistemas de avaliação, e quais os responsáveis pela sua execução.

3.1.1 Definição do desenho da avaliação na área de Ciências Humanas

O primeiro passo para a implantação das Ciências Humanas nos sistemas de avaliação estaduais será voltado para determinar a finalidade para a realização da avaliação das Ciências Humanas na etapa do Ensino Médio. Para isso, a equipe de avaliação deverá realizar encontros na Secretaria de Educação estadual com a participação dos gestores da educação estadual, coordenadores regionais e pesquisadores acadêmicos na área de avaliação para determinar os objetivos da avaliação. Essa primeira etapa tem papel determinante no estabelecimento de aspectos que irão compor o desenho da avaliação, como os anos e o tipo de amostragem.

O objetivo a ser alcançado pela avaliação deverá ser proposto sob duas óticas: nos primeiros e últimos anos, com o objetivo de analisar como o desempenho dos estudantes na entrada e saída do Ensino Médio; ou a exemplo do Avalie Ensino Médio, avaliará todos os anos do Ensino Médio, tendo como finalidade promover um estudo longitudinal sobre o desempenho dos alunos nas disciplinas escolares. Os estudos realizados terão como base os modelos de avaliação e aos resultados obtidos na avaliação.

O segundo passo consistirá na determinação do o tipo de amostragem a ser feita e a definição da equipe estadual de avaliação. Com relação ao tipo de amostragem, ela deverá seguir a já adotada pelos seus sistemas de avaliação, podendo ser amostral ou como no caso do Avalie Ensino Médio, censitária. Essa ação se dará por meio de reuniões entre o gestor da educação do estado e o coordenador da equipe de avaliação, que executará as ações determinadas junto aos membros de sua equipe.

Com o desenho da avaliação definido, o terceiro passo consiste na operacionalização da avaliação. Para isso, o estado deverá estabelecer parceria com uma empresa de pesquisa e avaliação para compor a equipe de avaliação do estado, especialmente na elaboração dos componentes necessários para a avaliação das Ciências Humanas. Caso o sistema estadual já tenha o auxílio de uma empresa dessa natureza para a operacionalização de avaliações das outras áreas de conhecimento, esse auxílio se expandirá para o processo de inserção da área de Ciências Humanas. Caso o estado não conte com o apoio de uma empresa que realize avaliações educacionais, os coordenadores de avaliação do estado deverão buscar uma que se adeque aos seus interesses.

Assim como no sistema de avaliação baiano, os profissionais da coordenadoria de avaliação do estado deverão trabalhar no fornecimento de subsídios para os profissionais das diretorias de ensino e das unidades escolares compreendam o funcionamento da avaliação. Essa atividade é realizada junto a uma empresa da área de avaliação, no caso do SABE, a avaliação é realizada com o auxílio operacional do Centro de Políticas e Avaliação da Educação Básica – CAEd.

Para os estados que pretendem inserir as Ciências Humanas, essa forma de atuação será de grande valia para nortear essa implantação, pois a atuação conjunta com instituições da área de pesquisa e avaliação possibilitam a construção de modelos de avaliação mais eficazes.

A seguir, será apresentado um cronograma com as atividades sugeridas e o tempo de exequibilidade para que a etapa de definição do desenho da avaliação de Ciências Humanas seja concluída.

Quadro 3: Sugestão de cronograma de execução da etapa de definição do desenho da avaliação

Atividades sugeridas	Cronograma sugerido
Passo 1: Encontros para a determinação dos objetivos para a avaliação na área de Ciências Humanas	Janeiro de 2015
Passo 2: Reunião para a definição do desenho da avaliação na área de Ciências Humanas	Fevereiro de 2015
Passo 3: Contratação ou expansão do contrato com empresa de pesquisa e avaliação para a inclusão das Ciências Humanas no sistema de avaliação	Fevereiro a março de 2015

Fonte: elaboração própria.

A partir do momento da definição do modelo de avaliação e dos profissionais que participarão dela, será dado prosseguimento à próxima etapa dessa proposição, que é a elaboração dos instrumentos de avaliação, como será compreendido a partir do item a seguir.

3.1.3 Elaboração dos Componentes da Avaliação

Essa etapa do protocolo consistirá no processo de elaboração dos elementos que comporão a avaliação na Área de Ciências Humanas. Para iniciá-la, a coordenação de avaliação do estado deverá requisitar a composição desses componentes da avaliação para a empresa escolhida, estabelecendo os objetivos e prazos a serem alcançados para a elaboração dessa tarefa.

Como modelo, serão utilizadas as etapas de implantação da avaliação proposta pelo CAEd no seu Guia de Elaboração de Itens¹⁷. Como essa proposição consiste na implantação da área de Ciências Humanas, os estados que pretendem inserir as Ciências Humanas deverão ter como inspiração o processo de elaboração dos componentes da avaliação das Ciências Humanas do Avalie Ensino Médio, que também contou com o trabalho de profissionais de uma empresa de pesquisa e avaliação educacional para essa tarefa.

Estabelecido os objetivos e os prazos a serem cumpridos, o primeiro passo será o processo de elaboração da Matriz de Referência para a área de Ciências Humanas. No caso do Avalie Ensino Médio, nos últimos três anos, o estado da Bahia passou a utilizar uma Matriz própria do estado, baseada nos seus currículos de Ensino Médio. Para a sua confecção, o estado acionou uma empresa especializada na área de avaliações para realizar a elaboração de uma Matriz de Referência de referência própria, tendo como base o currículo das escolas baianas, sendo ela posteriormente validada pelos professores das escolas com melhores resultados nas avaliações externas do estado.

No caso das Matrizes de Referência, os estados que forem fazer a inclusão devem fazer o mesmo movimento realizado pelo estado da Bahia: promover a elaboração de uma Matriz na área de Ciências Humanas do estado. Quanto à forma de elaboração da Matriz, ela poderá ser realizada de duas formas: por profissionais dessa área de conhecimento, oriundos de uma empresa especializada em pesquisa e avaliação externa, como o caso da Bahia, ou – o mais indicado – poderão ser construídas conjuntamente por especialistas da empresa e por professores do estado. A segunda forma é a mais indicada por propiciar um maior contato com os profissionais da escola com esses componentes da avaliação, visto que, como foi observado a partir das respostas dos professores baianos sobre o conteúdo da Matriz, muitos alegaram não terem conhecimento sobre os seus elementos, o que dificulta a compreensão dos itens e dos resultados.

Como base para a Matriz, em ambas as formas serão utilizadas, caso o estado tenha disponibilizado, o currículo mínimo das disciplinas de Ciências Humanas ou outro

¹⁷O guia utilizado para esse trabalho foi o Guia de Elaboração de Itens – Matemática, publicado pelo CAEd no ano de 2008.

documento correspondente. Caso não haja um documento do estado, os técnicos da equipe de avaliação deverão determinar com o auxílio de uma junta de professores das disciplinas de Ciências Humanas do estado que lecionem no Ensino Médio, as proposições curriculares que deverão ser a base da Matriz.

No caso de a construção da Matriz de Referência ser elaborada por profissionais da empresa e por professores da área de Ciências Humanas do estado, escolhidos dentre os que lecionam nas escolas com melhores resultados nas avaliações nacionais, a secretaria estadual de educação e a empresa de avaliação deverão organizar encontros entre esses dois grupos.

Na primeira forma, após a criação da Matriz, a Secretaria de Educação e a empresa especializada em pesquisa e avaliação deverão elaborar conjuntamente uma Oficina de Validação da Matriz, com a participação dos técnicos de avaliação do estado, os profissionais da empresa responsáveis pela elaboração da Matriz e os professores da área de Ciências Humanas do estado, que assim, como na alternativa de construção conjunta, também serão escolhidos dentre os que lecionam nas escolas com melhores resultados nas avaliações nacionais. Nessa oficina, os descritores que compõem a Matriz passam pela avaliação dos professores antes de ser aplicada.

Com a Matriz de Referência já elaborada, o segundo passo dessa etapa consistirá na elaboração dos itens que comporão a avaliação. Essa incumbência será delegada aos profissionais da área de Ciências Humanas da empresa contratada de avaliação. Assim como no Avalie Ensino Médio, posteriormente deverão ser realizadas oficinas de elaboração de itens com os professores e técnicos da equipe de avaliações, podendo seus itens serem aproveitados para avaliações futuras.

Os itens elaborados para a avaliação de Ciências Humanas deverão ser pré-testados, sendo esse o terceiro passo a ser seguido. O pré-teste será realizado por meio da aplicação dos testes a uma amostra semelhante ao grupo objeto da avaliação. Essa amostra pode ser constituída por estudantes do Ensino Médio de outro estado que tenha características semelhantes ao estado de aplicação, sobretudo no que tange aos rendimentos nas avaliações nacionais.

Os resultados obtidos pelo pré-teste indicarão quais itens obtiveram melhores desempenhos quanto aos parâmetros da Teoria de Resposta ao Item, sendo esses os utilizados na prova de Ciências Humanas.

Após a realização do pré-teste, o quarto passo será voltado para a realização da análise pedagógica e estatística dos itens. Assim como observado no Avalie Ensino Médio, a análise pedagógica, que observará se os itens estão no formato requerido para terem seus parâmetros calculados pela TRI e se o conteúdo está correto e condizente com os anos avaliados.

Conjuntamente com a análise pedagógica, os itens também passarão por análise psicométrica, por meio da averiguação dos seus comportamentos a partir dos parâmetros da TRI. Essas análises serão realizadas por profissionais das disciplinas da área de Ciências Humanas e de Estatística contratados pela empresa de avaliação.

Com os itens elaborados analisados pedagógica e estatisticamente, será dado prosseguimento ao quinto passo, com a montagem dos testes a serem aplicados aos alunos do estado. Para tal, os itens serão alocados de acordo com o método dos Blocos Incompletos Balanceados (BIB). Essa forma de organização dos testes divide os itens em blocos combinantes entre si, que formarão cadernos de prova, que devem conter itens de dificuldades variadas. A aplicação dos testes nas escolas, estarão inseridas dentro da lógica de aplicação das avaliações já utilizada pela secretaria de educação.

No caso específico da Bahia, conforme pode ser observado na Revista Pedagógica de Ciências Humanas – 2º série do Ensino Médio e 3º série do Ensino Fundamental de 2012, na avaliação do mesmo ano, os itens de Ciências Humanas foram alocados nos cadernos de prova junto aos itens de Ciências da Natureza. No caso das Ciências Humanas, ao todo foram utilizados 147 itens, divididos em 21 blocos de 7 itens cada um. Esses blocos foram alocados nos 52 modelos de cadernos de prova, sendo que cada um contava com 3 blocos de itens de área de Humanas, o que significa a quantia de 21 itens em cada caderno. Essa conformação da prova pode ser adotada pelos estados que inserirem as Ciências Humanas em suas avaliações.

Após a aplicação dos testes, a equipe de estatística integrante da empresa de avaliação fornecerá os resultados obtidos a partir da avaliação, com a análise do comportamento dos itens a partir dos parâmetros psicométricos dentro teste. Além da obtenção dos resultados estatísticos, os profissionais da área de Ciências Humanas realizarão análises pedagógicas para a melhor compreensão desses resultados obtidos. Essas duas ações consistirão no sétimo passo.

Posterior ao pré-teste dos itens, o sétimo passo a ser dado será o Processamento e Constituição da Base de Dados. O processamento de uma base de dados é importante para se configurar os resultados matemáticos obtidos a partir dos parâmetros da TRI e para se delinear o desempenho dos alunos que responderam os itens.

Assim como é observado no Avalie Ensino Médio, a obtenção desses resultados será função dos profissionais da área de estatística e informática da empresa de avaliação, por meio da utilização de softwares especializados para o cálculo desses dados. Posteriormente ao cálculo dos parâmetros e do desempenho dos alunos, serão feitas equalizações desses resultados, para que possam ser alocados na Escala de Proficiência da área de Ciências Humanas.

O oitavo passo será a criação, por parte dos profissionais da área de avaliação contratados pela empresa de avaliação educacional, de uma Escala de Proficiência para cada disciplina da área de Ciências Humanas, onde são alocados os resultados obtidos pelos estudantes. Essas Escalas serão elaboradas como uma progressão numérica de 0 a 1000 pontos, que é o padrão seguido pelas avaliações externas em geral, como é o caso do Avalie Ensino Médio.

Para representar os valores obtidos pelos estudantes dentro da Escala e tendo como base os resultados obtidos pelos alunos, a empresa de avaliação elaborará Padrões de Desempenho de acordo com as metas de aprendizagem estabelecidas pelo estado. Esses Padrões podem ser feitos tendo como base o Avalie Ensino Médio - que determinou seus Padrões de Desempenho em: Muito crítico, Crítico, Básico e Avançado -, ou poderão seguir os Padrões já propostos pelo estado nas avaliações de outras disciplinas. A elaboração desses dois componentes - Escala e Padrões de Desempenho - será o terceiro passo dessa etapa.

O nono e último passo a ser realizado será a divulgação dos resultados obtidos a partir da avaliação das Ciências Humanas para a equipe de avaliação do estado e para o público em geral, e para isso, serão elaborados relatórios gerais e pedagógicos. Os resultados por escolas e diretorias regionais serão disponibilizados unicamente para os profissionais da educação do estado, com acesso apenas com senha.

Já os resultados estaduais, municipais e por unidades regionais serão disponibilizados em domínio público, por meio de boletins elaborados e disponibilizados em atuação conjunta de profissionais da equipe de avaliação estadual e da empresa de

avaliação. No caso da Bahia, é elaborada anualmente uma coleção de revistas que apresentam análises pedagógicas sobre os resultados da avaliação.

Todos esses componentes, após serem elaborados pela empresa de avaliação, passarão pela avaliação dos profissionais da secretaria de educação e por professores da área de Ciências Humanas dos estados, de modo a garantir a coerência com as demandas do estado.

Primeiramente, os componentes serão apresentados, pela empresa de avaliação, para a coordenação de avaliação do estado, por meio de uma reunião na Secretaria de Educação. Sendo assim, o quarto passo da etapa de elaboração dos componentes da avaliação.

Para a realização dessa etapa, será apresentado um cronograma com os passos a serem realizados e as datas de execução estipuladas de modo que a avaliação de Ciências Humanas possa ser aplicada ainda no ano de 2015.

Quadro 4: Sugestão de cronograma de execução dos componentes da avaliação

Atividades sugeridas	Cronograma sugerido
Passo 1: Elaboração da Matriz de Proficiência na área de Ciências Humanas	Março a Abril de 2015
Passo 2: Elaboração dos itens para a avaliação	Abril a Maio de 2015
Passo 3: Pré – testagem dos itens	Maio de 2015
Passo 4: Análise estatística e pedagógica dos itens	Maio a junho 2015
Passo 5: Montagem dos Blocos Incompletos Balanceados, padronização dos testes	Junho de 2015
Passo 6: Processamento e Constituição da Base de dados da Avaliação	Junho a agosto de 2015

Passo 7: Análise e produção dos resultados	Agosto a outubro de 2015
Passo 8: Construção e Interpretação das Escalas de Proficiência	Outubro de 2015
Passo 9: Elaboração dos Relatórios Gerais e Pedagógicos	Novembro a Dezembro de 2015

Fonte: Elaborado pela autora.

Ressalta-se que essa proposição visa apresentar os passos iniciais para a implantação das Ciências Humanas em um sistema de avaliação, tendo com base na experiência de um estado com processo avaliativo consolidado, mas além dos passos apresentados, também são necessárias ações que apresentem o processo de avaliação àqueles que terão seus trabalhos avaliados, os profissionais da área de educação.

Nesse sentido, deverão ser oferecidas atividades de formação para os profissionais das escolas e das diretorias de ensino quanto ao funcionamento da avaliação e a apropriação dos resultados, necessidade inclusive ressaltada dentro do próprio funcionamento do Avalie Ensino Médio a partir das respostas obtidas com os professores da Bahia, e que devem ser levadas em consideração pelos estados que pretendem pôr em prática o protocolo.

Essas ações, por sua vez, demandarão a continuação da atuação conjunta entre a secretaria estadual de educação e a empresa de pesquisa e avaliação educacional para a elaboração de oficinas e cursos de formação voltados para essas finalidades.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho teve como objetivo demonstrar a necessidade da inserção das disciplinas de Ciências Humanas nos sistemas de avaliação estaduais, tomando como modelo um sistema que já apresente essas disciplinas, como é o caso do sistema de avaliação estadual baiano, o SABE, mais especificamente do programa Avalie Ensino Médio.

Ele parte do princípio de que as avaliações externas estão alcançando um espaço cada vez maior dentro da educação brasileira, e, devido a esse fator, é necessário que a sua realização abarque de forma completa os saberes produzidos no meio escolar, sendo necessária para tal, a inclusão de todas as áreas de conhecimento, dentre elas as Ciências Humanas.

As análises bibliográficas e documentais demonstraram como o desprestígio das Ciências Humanas na educação durante a segunda metade do século XX, com a aplicação de preceitos da Teoria do Capital Humano, que valorizava conhecimentos que produzissem tecnologia voltada para o crescimento econômico, impactou na presença dessa área de conhecimento nas avaliações externas, visto que ainda hoje a maioria dos sistemas de avaliação ainda não conta com a sua presença.

Ainda que as Ciências Humanas tenham passado por uma nova significação na educação a partir da década de 1990, quando também os sistemas de avaliação externa estaduais passaram a ser implantados no Brasil, essa área do conhecimento só passou a integrar os sistemas de avaliação, de poucos estados, no final da década de 2000, o que é representativo de como a visão da área de Ciências Humanas como produtora de conhecimentos menos relevantes se enraizou no pensamento dos gestores educacionais, produzindo reflexos até os tempos atuais.

Em direção contrária a essa visão, o estado da Bahia com o seu Sistema de Avaliação Baiano da Educação – SABE, ao optar por incluir todas as disciplinas humanas – Filosofia, Geografia, História e Sociologia – no seu processo avaliativo do Ensino Médio, é um exemplo de que essa importância dada às Ciências Humanas tende e precisa ser superada, pois o conhecimento produzido por essas disciplinas são de fundamental importância para a formação cidadã e reflexiva dos estudantes nessa etapa de ensino.

Mesmo que o SABE, mais especificamente o Avalie Ensino Médio, apresente alguns problemas no seu funcionamento no que se refere ao conhecimento dos componentes da avaliação por parte dos professores, bem como a falta de cursos voltados apropriação dos resultados, como foi ressaltado pelas respostas obtidas pelos professores do estado, ele também, com base nas respostas dos professores, realiza um movimento avaliativo de suma importância ao incluir as disciplinas dessa área, pois contribui para o reconhecimento de sua importância e para a criação de práticas pedagógicas mais eficientes.

Diante da importância da inclusão das Ciências Humanas nas avaliações externas estaduais - como foi ressaltado pelo levantamento bibliográfico e pelas respostas dos professores da Bahia - a realização de um protocolo que indique os passos iniciais a serem tomados pelos estados que ainda não avaliam disciplinas dessa área contribui para que haja uma maior reflexão sobre o papel da avaliação externa. Com um processo avaliativo mais abrangente, os estados poderão melhorar integralmente suas estratégias pedagógicas, de modo a garantir aos estudantes do Ensino Médio uma formação para o trabalho e para a cidadania.

REFERÊNCIAS

ACRE. Secretaria de Estado de Educação e Esporte. SEAPE – 2012/ Universidade Federal de Juiz de Fora, Faculdade de Educação, CAEd. v. 3 (jan/dez. 2012), Juiz de Fora, 2012 – Anual.

ALAGOAS. Secretaria de Estado da Educação e do esporte. Disponível em: <<http://www.educacao.al.gov.br/sistema-estadual-de-educacao/avaliacao-educacional/saveal-1>>. Acesso em: 13 abril 2014.

ALVES, Thiago. A Concepção Marxista da História: Aspectos da Contribuição de Marx na História da Educação. Disponível em: <http://www.pucpr.br/eventos/educere/educere2009/anais/pdf/3190_1502.pdf>. Acesso em: 03 agosto 2014.

BAHIA. Secretaria da Educação do Estado. SABE (Sistema de Avaliação Baiano de Educação). AVALIE ENSINO MÉDIO – 2011 / Universidade Federal de Juiz de Fora, Faculdade de Educação, CAEd. v. 3 (jan/dez. 2011), Juiz de Fora, 2011 – Anual.

BAHIA. Secretaria da Educação. Revista do Sistema de Avaliação Rede MUNICIPAL. Avalie Alfa – 2012/ Universidade Federal de Juiz de Fora, Faculdade de Educação, CAEd. v. 3 (jan/dez. 2012), Juiz de Fora, 2012 – Anual.

BAHIA. Secretaria da Educação. Revista Pedagógica – Ciências Humanas e suas tecnologias – 2ª série do Ensino Médio e Educação Profissional integrada ao Ensino Médio. Avalie Ensino Médio– 2012/ Universidade Federal de Juiz de Fora, Faculdade de Educação, CAEd. v. 1 (jan/dez. 2012), Juiz de Fora, 2012 – Anual

BAHIA. Secretaria da Educação. Revista do Sistema de Avaliação. Avalie Ensino Médio– 2012/ Universidade Federal de Juiz de Fora, Faculdade de Educação, CAEd. v. 1 (jan/dez. 2012), Juiz de Fora, 2012 – Anual.

BAHIA. Secretaria de Educação do Estado. PAIP. Disponível em: <<http://institucional.educacao.ba.gov.br/paip>>. Acesso em 25 outubro 2013.

BAHIA. Secretaria de Educação do Estado. SISTEMA DE AVALIAÇÃO BAIANO DA EDUCAÇÃO – SABE. Disponível em: <<http://institucional.educacao.ba.gov.br/avaliacao>>. Acesso em: 18 outubro 2013.

BAHIA. Secretaria da Educação do Estado. SABE (Sistema de Avaliação Baiano de Educação). VOLUME 1 - AVALIE ENSINO MÉDIO – 2011/ Universidade Federal de Juiz de Fora, Faculdade de Educação, CAEd. v. 1 (jan/dez. 2011), Juiz de Fora, 2011 – Anual

BAHIA. Secretaria da Educação do Estado. SABE (Sistema de Avaliação Baiano de Educação). VOLUME 2 AVALIE ALFA – 2011 / Universidade Federal de Juiz de Fora, Faculdade de Educação, CAEd. v. 2 (jan/dez. 2011), Juiz de Fora, 2011 – Anual

BAHIA. Secretaria da Educação do Estado. VOLUME 3 – CIÊNCIAS HUMANAS E SUAS TECNOLOGIAS – 1º ano Ensino Médio/2ª série da Educação Profissional Integrada ao Ensino Médio BAHIA.

BARBOSA, Maria Valéria, *et al.* Interdisciplinariedade, Ciências Humanas e os Desafios da Formação Integral. Disponível em: <<http://www.unesp.br/prograd/PDFNE2002/interdisciplinaridade.pdf>>. Acesso em: 10 março 2014.

BRASIL. *Constituição da República Federativa do Brasil*. Promulgada em 5 de outubro de 1988. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm>. Acesso em: 28 maio 2014.

BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep). Inclusão de Ciências no SAEB – Documento Básico. Disponível em: <http://download.inep.gov.br/educacao_basica/prova_brasil_saeb/menu_do_professor/matriz_de_referencia/livreto_saeb_ciencias.pdf>. Acesso em: 21 maio 2014.

BRASIL. LEI N. 4.024, DE 20 DE DEZEMBRO DE 1961. Disponível em: <<http://www.fc.unesp.br/~lizanata/LDB%204024-61.pdf>>. Acesso em: 10 junho 2014.

BRASIL. Lei n.º 9394, de 20 de dezembro de 1996. Disponível em: <<http://www.fc.unesp.br/~lizanata/LDB%204024-61.pdf>>. Acesso em: 10 junho 2014.

BRASIL. Ministério da Educação e Cultura. *Parâmetros Curriculares Nacionais do Ensino Médio* – Parte IV – Ciências Humanas e suas tecnologias, Brasília, 1999.

BRASIL. Ministério da Educação e Cultura/. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. História e geografia, ciências humanas e suas tecnologias : livro do professor : ensino fundamental e médio / Coordenação Zuleika de Felice Murrie . - Brasília : MEC : INEP, 2002.

BRASIL. Ministério do Planejamento Orçamento e Gestão. Ações Orçamentárias Integrantes da Lei Orçamentária para 2014. Disponível em: <<http://www.orcamento.federal.gov.br/orcamentos-anuais/orcamento-2014/arquivos-cadastros-de-acoas/2030.pdf>>. Acesso em: 23 julho 2014.

BROOKE, Nigel, CUNHA, Maria A. A avaliação externa como instrumento da gestão educacional nos estados. Disponível em: <<http://www.fvc.org.br/pdf/livro2-01-avaliacao.pdf>>. Acesso em: 16 janeiro 2013.

BROOKE, Nigel, et all. A Avaliação Externa Como Instrumento Da Gestão Educacional Nos Estados - Relatório Final. Disponível em: <<http://www.fvc.org.br/pdf/relatorio-avaliacoes-externas.pdf>>. Acesso em: 24 set. 2013.

BROOKE, Nigel (Org.). Marcos históricos na reforma da educação. Belo Horizonte: Fino Traço, 2012, 520 p.(Coleção EDVCERE, 19).

CÂMARA MUNICIPAL DE CARIRI DO TOCANTINS. Salto - Sistema de Avaliação do Tocantins. Disponível em: <<http://www.cariridotocantins.to.leg.br/noticias/salto-sistema-de-avaliacao-do-tocantins>>. Acesso em: 01 março 2014.

DALLABRIDA, NORBERTO et al. As Mudanças Experimentadas pela Cultura Escolar do Ensino Secundário Devido a Implantação da Reforma Capanema de 1942 e da Lei de Diretrizes e Bases da Educação de 1961. Disponível em: <http://www.google.com.br/url?sa=t&rct=j&q=&esrc=s&source=web&cd=4&ved=0CDUQFjAD&url=http%3A%2F%2Fwww.revistas.udesc.br%2Findex.php%2FEnsinoMedio%2Farticle%2Fdownload%2F4066%2F2787&ei=NI_VU7Pxq7IsAS2hYGwDA&usg=AFQjCNGGpRyBS6WNga4d-i0ev7lafiwQeg>. Acesso em: 05 julho de 2014.

ESPÍRITO SANTO. Secretaria de Estado da Educação do Espírito Santo. PAEBES – 2012/ Universidade Federal de Juiz de Fora, Faculdade de Educação, CAEd. v. 1 (jan/dez. 2012), Juiz de Fora, 2012 – Anual.

GATTI, Bernardete, A. Avaliação de sistemas educacionais no Brasil. *Sísifo. Revista de Ciências da Educação*, 09, pp. 7-18. Disponível em: <<http://sisifo.fpce.ul.pt>>. Acesso em: 18 abr. 2013.

GOIÁS. Secretaria de Estado da Educação. Saego irá avaliar rede estadual de ensino. Disponível em:<<http://www.educacao.go.gov.br/imprensa/?Noticia=2989>>. Acesso em: 03 abril 2014.

NETO, João Luiz Horta. Um olhar retrospectivo sobre a avaliação externa no Brasil: das primeiras medições em educação até o SAEB de 2005. *Revista Iberoamericana de Educación* nº42/5, 2007.

MINAS GERAIS. Programa de Avaliação da Parentizagem Escolar. Disponível em: <http://paae.institutoavaliar.org.br/sistema_ava_v3/default.aspx?id_objeto=23967&id_pai=23967&area=AREA>. Acesso em: 02 julho 2014.

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DA BAHIA. Programa Educação para vencer. Disponível em: <<http://www.mpba.mp.br/atuacao/cidadania/programas/estadual/educacao/educar>>. Acesso em: 07 outubro 2013.

MATO GROSSO DO SUL. Secretaria de Estado de Educação. SAEMS – 2012/ Universidade Federal de Juiz de Fora, Faculdade de Educação, CAEd. v. 3 (jan/dez. 2012), Juiz de Fora, 2012 – Anual.

NOTA DE APROVAÇÃO DA MATRIZ DE REFERÊNCIA. Disponível em: < http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/matriz_referencia_novoenem.pdf>. Acesso em: 02 setembro 2013.

PARÁ. Projeto SISPAE - SISTEMA PARAENSE DE AVALIAÇÃO EDUCACIONAL. Disponível em: <[http://www.pactoeducacaopara.org /blog/sispae-sistema-paraense-de-avaliacao-educacional](http://www.pactoeducacaopara.org/blog/sispae-sistema-paraense-de-avaliacao-educacional)>. Acesso em: 02 agosto 2014.

PERNAMBUCO. Secretaria de Educação e Esportes. Sistema de Avaliação da Educação Básica de Pernambuco – SAEPE. Disponível em: <<http://www.siepe.educacao.pe.gov.br/WebModuleSme/itemMenuPaginaConteudoUsuarioAction.do?actionType=mostrar&idPaginaItemMenuConteudo=5912>>. Acesso em: 05 abril 2014.

PIAUÍ. Secretaria da Educação e Cultura. SAEPI – 2012/ Universidade Federal de Juiz de Fora, Faculdade de Educação, CAEd. v. 3 (jan/dez. 2012), Juiz de Fora, 2012 – Anual.

PORTAL DA AVALIAÇÃO CAEd/ UFJF . Disponível em: <<http://www.portalavaliacao.caedufjf.net/tag/spaee/>>. Acesso em: 07 setembro 2013.

PORTAL DA AVALIAÇÃO - CAEd/ UFJF. Padrão de Desempenho. Disponível em: <<http://www.portalavaliacao.caedufjf.net/pagina-exemplo/padroes-de-desempenho/>>. Acesso em: 13 novembro 2013.

PORTAL DA AVALIAÇÃO- AVALIE BAHIA. Oficina orienta gestores e educadores a interpretar dados do Avalie e elaborar plano de ação. Disponível em: <http://www.avalieba.caedufjf.net/?page_id=132>. Acesso em: 03 junho 2014.

PORTAL DA AVALIAÇÃO - PAEBES. Disponível em: <<http://www.paebes.caedufjf.net/>> Acesso em: 03 setembro 2013.

PORTAL DA AVALIAÇÃO – SAERS. O Programa disponível em: <<http://www.saers.caedufjf.net/o-programa/>>. Acesso em: 10 março 2014.

PORTAL DA AVALIAÇÃO – SAEPI. O PROGRAMA. Disponível em: <http://www.saepi.caedufjf.net/?page_id=6>. Acesso em: 26 fevereiro 2014.

PORTAL DA AVALIAÇÃO – SIMAVE. Disponível em: <http://www.simave.caedufjf.net/wpcontent/uploads/2013/07/PROALFA_GESTAO_2012.pdf>. Acesso em: 03 março 2014.

PORTAL DA AVALIAÇÃO – SPAECE. Disponível em: <<http://www.spaeece.caedufjf.net/o-programa/>>. Acesso em: 06 setembro 2013.

PORTAL DA AVALIAÇÃO CAEd/ UFJF . Disponível em: <<http://www.portalavaliacao.caedufjf.net/tag/spaeece/>>. Acesso em: 07 setembro 2013.

PORTAL MEC. ENEM – APRESENTAÇÃO. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=183&Itemid=310>. Acesso em: 04 setembro 2013.

RELATÓRIO PEDAGÓGICO SARESP – HISTÓRIA E GEOGRAFIA. Disponível em: <http://saresp.fde.sp.gov.br/2009/ArquivosPdf/Relatorios/3_Saresp%202009%20%20Relat%C3%B3rio%20Pedag%C3%B3gico_Hist%C3%B3ria%20e%20Geografia.pdf>. Acesso em: 03 setembro 2013.

RIO GRANDE DO SUL. Secretaria da Educação. SAERS - Sistema de Avaliação do Rendimento Escolar do RS. Disponível em: <<http://www.educacao.rs.gov.br/pse/html/saers.jsp?ACAO=acao1>>. Acesso em: 06 abril 2014.

RIBEIRO, Renilson, R. O Saber em Discursos, Projetos e Leis: A História Ensinada no Brasil entre o Pós II Guerra e a Ditadura Militar. Educação Temática Digital, Campinas, SP, v.4, n.2, p.17-34, jun. 2003

RIO DE JANEIRO. Secretaria de Estado de Educação. Saerjinho. Disponível em: <<http://www.rj.gov.br/web/seeduc/exibeconteudo?article-id=451554>>. Acesso em: 06 setembro 2013.

RIO DE JANEIRO. Subsecretaria de Comunicação do Estado. Saerjinho Começa a Ser Aplicado Nesta Terça-feira (16/04) Disponível em: <<http://www.rj.gov.br/web/imprensa/exibeconteudo?article-id=1533195>>. Acesso em: 06 setembro 2013.

RONDÔNIA. Secretaria de Estado da Educação. SAERO – 2012/ Universidade Federal de Juiz de Fora, Faculdade de Educação, CAEd. v. 3 (jan/dez. 2012), Juiz de Fora, 2012 – Anual.

SILVA, Sérgio Pereira da. Exclusão e Retorno do Ensino da Filosofia nas Escolas Públicas e Estaduais Mineiras. Disponível em: <http://www.google.com.br/url?sa=t&rct=j&q=&esrc=s&source=web&cd=1&ved=0CB0QFjAA&url=http%3A%2F%2Fwww.see.r.ufu.br%2Findex.php%2FEducacaoFilosofia%2Farticle%2Fdownload%2F887%2F804&ei=rjr6U7fZJPXKsQT6ICQDA&usg=AFQjCNE_df7Z1407XJAYQgUkHVgIPRLxHg>. Acesso em: 05 junho 2014.

UBRIACO, Fabiana, Esméria, de Castro. Interpretação de Escalas de Proficiência com Utilização do Método Marcador. Disponível em: <<http://www.fcc.org.br/pesquisa/publicacoes/eae/arquivos/1730/1730.pdf>>. Acesso em: 15 novembro 2013.

VENTURA, Magda, Maria. O Estudo de Caso como Modalidade de Pesquisa. Disponível em: <http://www.polo.unisc.br/portal/upload/com_arquivo/o_estudo_de_caso_como_modalidade_de_pesquisa.pdf>. Acesso em: 28 maio 2014.

ANEXOS

Anexo 1

Roteiro de perguntas para a Gestora do SABE

- 1- Por que o Programa de Avaliação Externa do Estado da Bahia foi interrompido e, posteriormente, criado o Sistema de Avaliação Baiano da Educação - SABE?
- 2- Por que o interesse do SABE em avaliar, primeiramente, o Ensino Médio?
- 3- O Avalie Alfa, foi implementado quatro anos após a criação do Avalie Ensino Médio. Qual o objetivo da criação de dois projetos distintos – Avalie Alfa e Avalie Ensino Médio - dentro do SABE?
- 4- A partir de 2011, a elaboração das avaliações do SABE passaram a ser feitas pelo CAEd, bem como a divulgação dos resultados. Até esse ano, como eram elaboradas as avaliações e divulgados os resultados?
- 5- Entre os anos de 2008 a 2010, o número de escolas avaliadas foi de 233 unidades por ano. A partir do ano de 2011, esse número aumentou para 1006 escolas, e em 2012, para 1011. Quais foram os fatores que levaram ao grande aumento de unidades escolares avaliadas pelo Avalie Ensino Médio a partir de 2011?
- 6- Durante o período de 2008 a 2010 foram avaliados pelo Avalie Ensino Médio apenas o Ensino Médio regular. Por que decidiram incluir o Ensino Profissional na avaliação do Ensino Médio a partir de 2011?
- 7 – Até o ano de 2012, o Avalie Ensino Médio avaliava os anos do Ensino Médio de forma longitudinal, no entanto, no ano de 2013, todos os anos do Ensino Médio foram avaliados. Por que essa mudança ocorreu?
- 8- Alguns sistemas de avaliação estaduais – como o SPAECE, do Ceará, e o SAEPE, de Pernambuco – atrelam os resultados obtidos nas avaliações à políticas de bonificação. Há algum interesse por parte do estado da Bahia em implementar esse tipo de política?

Anexo II

Roteiro de Perguntas – Professor Joaquim Soares Neto

- 1-** O SAEB avaliou a área de Ciências Humanas no ano de 1999, mas não deu prosseguimento a avaliação dessa área nos anos posteriores. Por que o SAEB deixou de incluir disciplinas da área de Ciências Humanas no seu processo avaliativo?
- 2-** Na sua opinião, qual é o panorama atual da presença das Ciências Humanas dentro das avaliações externas realizadas no país?
- 3-** Por que as disciplinas da área de Ciências Humanas foram historicamente menos avaliadas externamente no Brasil se comparado à disciplinas como Matemática e Língua Portuguesa?

Anexo III
Questionário Professores

Município:

Disciplina que atua: ☐ Filosofia
 ☐ Geografia
 ☐ História
 ☐ Sociologia

Nível de Escolaridade: ☐ Superior
 ☐ Pós Graduação
 ☐ Mestrado
 ☐ Doutorado

Tempo de exercício do magistério:

Área de atuação: ☐ Ensino Médio
 ☐ Educação profissional Integrada ao Ensino médio
 ☐ Ambos

Você tem fácil acesso aos dados do Avalie Ensino Médio?

☐ Sim ☐ Não

Qual é a principal forma de acesso a esses dados?

☐ Boletins Pedagógicos
☐ Site do SABE
☐ Oficina de resultados
☐ Reuniões pedagógicas
☐ Outros _____

Existem momentos ao longo do ano letivo para a discussão desses resultados na escola?

☐ Sim. Quando? _____
☐ Não.

Você já participou de cursos de formação continuada com foco nos resultados do Avalie Ensino Médio?

- ☐ Sim. Qual? _____
☐ Não.

Os resultados do Avalie Ensino Médio contribuem para a melhoria das práticas pedagógicas na sua disciplina de atuação?

- ☐ Sim
☐ Não

Comente: _____

Como você avalia a inserção de disciplinas da área de Ciências Humanas no Avalie Ensino Médio?

- ☐ muito importante.
☐ medianamente importante.
☐ pouco importante.
☐ sem importância.

Justifique sua resposta: _____

Você conhece o conteúdo da matriz de referência de Ciências Humanas do Avalie Ensino Médio?

- ☐ Sim
☐ Parcialmente
☐ Não

Comente: _____

Caso tenha conhecimento do conteúdo da Matriz, você considera que seus descritores contemplam as habilidades necessárias a serem desenvolvidas pelos alunos?

- ☐ Sim.
☐ Parcialmente
☐ Não.

Comente: _____

Há o alinhamento do currículo com a Matriz de Referência do Avalie Ensino Médio?

- ☐ Sim
☐ Parcialmente
☐ Não

Comente:

As oficinas de divulgação dos resultados mudaram a sua relação com os dados das avaliações de Ciências Humanas?

() Sim.

() Não.

Comente: _____

O que você considera como pontos positivos da implementação de Ciências Humanas no Avalie Ensino Médio para a educação do estado?

O que você considera como pontos negativos da implementação de Ciências Humanas do Avalie Ensino Médio para a educação do estado?

Em sua opinião, a Matriz de Referência do Avalie Ensino Médio abrange satisfatoriamente os conteúdos das disciplinas de Ciências Humanas? Indique componentes do currículo que deveriam estar presentes na avaliação:
